

Dissertação de Mestrado

Laguna, paisagem e preservação: o patrimônio cultural e natural do município.

Ana Paula Cittadin

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo

Ana Paula Cittadin

**LAGUNA, PAISAGEM E PRESERVAÇÃO: O PATRIMÔNIO
CULTURAL E NATURAL DO MUNICÍPIO.**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal de Santa Catarina,
como um dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Profa. Sonia Afonso, Dra.

Florianópolis, 2010

ANA PAULA CITTADIN

**LAGUNA, PAISAGEM E PRESERVAÇÃO: O PATRIMÔNIO
CULTURAL E NATURAL DO MUNICÍPIO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Fernando Oscar Ruttkay Pereira, PhD
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo

BANCA EXAMINADORA

Profª. Sonia Afonso, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Prof. Ayrton Portilho Bueno, Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Nelson Popini Vaz, Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Silvio Soares Macedo, Dr.
Universidade de São Paulo

Florianópolis, 2010.

Dedico esta pesquisa à Paisagem de Laguna, e a todos que por aqui passaram ou passarão, deixando de alguma forma seus registros.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que contribuíram com este trabalho não é tarefa fácil, o maior desafio não é decidir quem incluir, mas sim quem não incluir. Por isso, meus amigos, expresso minha profunda gratidão àqueles que contribuíram e estiveram presentes em mais esta etapa da minha vida.

Inicialmente agradeço à professora Dra. Sonia Afonso, pela orientação e conhecimentos que me proporcionaram amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal.

A meus pais e irmãos que estão sempre ao meu lado.

Aos membros da banca, professores Dr. Silvio Soares Macedo, Dr. Nelson Popini Vaz e Dr. Ayrton Portilho Bueno.

À Universidade Federal de Santa Catarina, e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PósARQ.

Aos professores do PósARQ, em especial a Prof^ª. Dra Alina Santiago, e a secretária Ivonete Maria Coutinho Seifert.

Aos amigos Gizely Cesconetto de Campos e Ulisses Munarim, pela torcida e apoio desde a elaboração do projeto de mestrado.

À Sonia E. Rampazzo, amiga e orientadora para todas as horas.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que me acolhe e possibilitou novos olhares sobre a paisagem de Laguna.

A equipe do ETEC-Laguna/IPHAN-SC: Gizely e Vladimir amigos eternos, e Carlos Eduardo, estagiário surpreendente.

Aos colegas do IPHAN-SC, em especial Sonia, Edenir, Guilherme e Rafael, por nossas saídas de campo pela paisagem de Laguna, piadas, risadas e muita conversa séria.

Aos meus queridos chefes e amigos, Marina Cañas Martins e Fabiano Teixeira dos Santos, pelo apoio e incentivo.

A Deisi Scunderlick E. de Farias e Matilde Villegas, pelas leituras, sugestões e amizade.

Aos colegas do PósArq, em especial aos amigos Larissa Carvalho Trindade, Delma Cristiane Morari, Marcelo Tavares e Geraldo Landovski.

E principalmente a Jean Carlo de Souza, fonte inesgotável de amor, apoio e confiança, por dividir comigo dúvidas, angústias, decisões e sonhos, pela paciência e compreensão durante o percurso desta dissertação.

RESUMO

CITTADIN, Ana Paula. **Laguna, Paisagem e Preservação: o patrimônio cultural e natural do município**. 2010. 199 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis, 2010.

A pesquisa refere-se à paisagem do município de Laguna e suas relações com o ser humano, no tempo e no espaço: a cultura, a memória, o meio físico, o patrimônio cultural e natural, as transformações ocorridas e a necessidade de sua preservação. O patrimônio natural e cultural do município de Laguna tem características litorâneas, expressas pela fauna, flora, praias, promontórios, dunas, restingas, lagoas, sítios arqueológicos, comunidades pesqueiras tradicionais, pequenas propriedades rurais e aglomerados urbanos. Neste contexto, as paisagens culturais e naturais, além das transformações espontâneas, enfrentam processos de descaracterização relacionados às atividades humanas, com uso e ocupação do solo, que refletindo os sucessivos ciclos econômicos, agravaram-se na última década pelo crescente processo de urbanização da costa, devido à segunda residência e ao turismo sazonal, sem uma contrapartida adequada de infra-estrutura. Com este trabalho pretende-se introduzir objetivos de proteção ao patrimônio cultural e natural da paisagem na elaboração de diretrizes de política urbana para o município de Laguna. Para tanto, adotou-se como base conceitual e metodológica o método do Catálogo de Paisagem da *Cataluña* na Espanha apropriada à organização e gestão da paisagem, à perspectiva de planejamento territorial e à integração da paisagem em políticas urbanísticas: de infraestrutura, agrícola, cultural, ambiental, social e econômica. Com base nos dados levantados, seis unidades de paisagem foram identificadas e caracterizadas, permitindo avaliar a paisagem natural e cultural, urbana e rural, reconhecendo valores e dinâmicas próprias. Na busca da definição dos objetivos de qualidade paisagística foram estabelecidas diretrizes, medidas e propostas de atuação necessárias para gestão e proteção da paisagem natural e cultural de Laguna.

Palavras-chaves: Paisagem Natural e Cultura. Patrimônio Natural e Cultural. Preservação. Laguna.

ABSTRACT

CITTADIN, Ana Paula. **Laguna, landscape and preservation: the city's cultural and natural heritage.** 2010. 199 p. Thesis (Master's degree) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis, 2010.

This study refers to the landscape of Laguna, State of Santa Catarina and the relationship between nature and humans through time and space, including the culture, memory, physical environment, cultural and natural heritage, changes, and the need for its preservation. The natural and cultural heritage of Laguna has coastal characteristics, expressed by the fauna, flora, beaches, headlands, dunes, reefs, lagoons, archaeological sites, traditional fishing communities, small rural farms and urban areas. In this context, cultural and natural landscapes face disfigurement due to human activities, soil use and occupation, which reflects the successive economic cycles. This process has worsened in the last decade because of the increasing coastal urbanization, due to the seasonal tourism and second homes, without appropriate infrastructure. This study is intended to set goals for cultural heritage and natural landscape protection by developing guidelines for the urban policy of Laguna. For that purpose, the proposal of Landscape Catalogue of Catalonia, Spain was adopted as the conceptual and methodological basis for the appropriate landscape organization and management, the perspective of territorial planning and the integration of landscape in urban policies, encompassing infrastructure and agricultural, cultural, environmental, social and economic components. Based on data collected, six landscape units were identified and characterized, allowing evaluation of the natural, cultural, urban and rural landscape and recognizing their own dynamics and values. In setting goals for landscape quality, guidelines, measures and proposals for action were established to improve the natural and cultural landscape management and protection of Laguna.

Keywords: Landscape and culture. Natural and cultural heritage. Preservation. Laguna.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estado de Santa Catarina, município de Laguna.	23
Figura 2	Municípios da Região de Laguna	23
Figura 3	Mapa do município de Laguna	26
Figura 4	Delimitação administrativa do município de Laguna	27
Figura 5	Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial	40
Figura 6	Categorias do Patrimônio Mundial definidas pela UNESCO	41
Figura 7	Categorias de Paisagem Cultural Adotadas pela UNESCO	55
Figura 8	Mapa de Declividade do Município de Laguna	63
Figura 9	Elevações existentes em Laguna.	64
Figura 10	Mapa Geomorfológico do Complexo Lagunar Sul Catarinense	66
Figura 11	Foz do Rio Tubarão, desembocando na Lagoa de Santo Antônio, 1978	68
Figura 12	Foz do Rio Tubarão, desembocando na Lagoa de Santo Antônio, 2010.	68
Figura 13	Dunas existentes em Laguna	70
Figura 14	Remanescente da Floresta Tropical Atlântica encontrados em Laguna	72
Figura 15	Espécies de vegetação encontradas em Laguna	75
Figura 16	Patrimônio Arqueológico de Laguna	77
Figura 17	Mapa dos sítios arqueológicos	79
Figura 18	Mapa do Tratado de Tordesilhas	80
Figura 19	Mapa do Povoamento Vicentista	82
Figura 20	Vista aérea do núcleo urbano original de Laguna, 1960	83
Figura 21	Freguesias próximas a Laguna, ocupadas por açorianos a partir de 1749.	84
Figura 22	Vista do Núcleo Urbano de Laguna em 1834.	85
Figura 23	Vista parcial de Laguna, 1890	87
Figura 24	Evolução Urbana, 1880.	88
Figura 25	Construção dos molhes para melhorar o acesso ao porto, 1900.	89
Figura 26	Edificações com influencia do movimento eclético	89

Figura 27	Evolução Urbana, 1938.	90
Figura 28	Mercado Público e Cine-teatro Mussi, linguagem arquitetônica <i>art déco</i> .	91
Figura 29	Evolução Urbana, 1995.	92
Figura 30	Edificações demolidas e substituídas antes do tombamento de Laguna em 1985	93
Figura 31	Mapa de análise visual da paisagem.	96
Figura 32	Município de Laguna – Anexo II	97
Figura 33	Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Laguna	108
Figura 34	Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP I	141
Figura 35	Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP II	142
Figura 36	Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP III	143
Figura 37	Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP IV	144
Figura 38	Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP V	145
Figura 39	Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP VI	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Representação cartográfica de elementos mapeados na paisagem de Laguna, SC	45-46
Quadro 2	Legislação Federal Brasileira de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural	48
Quadro 3	Elementos Naturais e Antrópicos identificados nas Unidades de Paisagem	98-103
Quadro 4	Paisagem Atual Rural e Urbana de Laguna.	109-136
Quadro 5	Paisagens de Laguna reconhecidas de interesse natural	139
Quadro 6	Paisagens de Laguna reconhecidas de interesse cultural	140
Quadro 7	Valores estéticos atribuídos à paisagem de Laguna	151
Quadro 8	Valores Simbólicos atribuídos à paisagem de Laguna	152
Quadro 9	Valores de Paisagem para cada Unidade de Paisagem de Laguna	143-158
Quadro 10	Dinâmicas e Processos que Incidem na Paisagem de Laguna	161-163
Quadro 11	Cenários da Paisagem de Laguna	166-171
Quadro 12	Medidas e Propostas de Atuação	173-174

-

LISTA DE SIGLAS

AMUREL	Associação de Municípios da Região de Laguna
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Áreas de Preservação Permanente
ARIE	Áreas de Relevante Interesse Ecológico
CEF	Caixa Econômica Federal
CLIMERH	Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODESP	Cia. Docas do Estado de São Paulo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto Internacional para a Conservação de Trabalhos Históricos e Artísticos
ICMBio	Instituto Chico Mendes
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	<i>(International Council on Monuments and Sites)</i> Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICROM	Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural
IF-SC	Instituto Federal de Santa Catarina
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAE/USP	Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade de São Paulo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN/UFRJ	Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PMHIS	Plano Municipal de Habitação e Interesse Social
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SAF	Sistemas Agroflorestal
SDM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina.
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO PROPOSTO	19
1.2	O PROBLEMA	21
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.2.2	Objetivos Específicos	22
1.3	DELIMITAÇÃO ESPACIAL ADMINISTRATIVA	22
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
2.1	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM	30
2.2	AVALIAÇÃO DA PAISAGEM	32
2.3	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE QUALIDADE PAISAGÍSTICA	34
2.4	ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES, MEDIDAS E PROPOSTAS DE AÇÃO	34
2.5	ESTABELECIMENTO DE INDICADORES DE SEGUIMENTO	34
3	REVISÃO DE LITERATURA	35
3.1	PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO	35
3.1.1	O Patrimônio Cultural e Natural	38
3.2	A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL NA EUROPA E BRASIL	42
3.2.1	Cartas e Recomendações sobre o Patrimônio Cultural e Natural	43
3.2.2	Aspectos da Legislação Federal e Estadual	46
3.3	O PROJETO ORLA	49
3.4	A PAISAGEM	51
3.4.1	Paisagem Cultural	53
3.4.2	Unidade de Paisagem	57
4	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM DE LAGUNA	60
4.1	ELEMENTOS NATURAIS QUE CONDICIONAM A PAISAGEM DE LAGUNA ÂMBITO TERRITORIAL	60

4.1.1	Geomorfologia	61
4.1.2	Hidrografia	67
4.1.3	Dunas	69
4.1.4	Vegetação	71
4.2	ELEMENTOS ANTRÓPICOS APARTIR DO PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PAISAGEM DE LAGUNA	76
4.2.1	A Paisagem e a Ocupação do Território pelos Povos Sambaquianos, Grupos Jês e Guaranis	76
4.2.2	A Paisagem de Laguna com Ocupação do Território pelos Europeus	80
4.3	UNIDADES DE PAISAGEM	94
5	AVALIAÇÃO DA PASAIGEM DE LAGUNA	105
5.1	PAISAGEM ATUAL RURAL E URBANA DE LAGUNA	105
5.2	IDENTIFICAÇÃO E VALORAÇÃO DA PAISAGEM DE LAGUNA	138
5.2.1	Paisagens Reconhecidas de Interesse Natural e Cultural	139
5.2.2	Valores de Paisagem	148
5.3	DINÂMICAS E PROCESSOS QUE INCIDEM NA PAISAGEM	160
6	PROPOSTA PARA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL E CULTURAL DE LAGUNA	165
6.1	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE QUALIDADE PAISAGÍSTICA	165
6.2	ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES, MEDIDAS E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO	173
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
7.1	SUGESTÕES PARA NOVOS TRABALHOS	185
8	REFERÊNCIAS	186

1. INTRODUÇÃO

As paisagens protegidas são paisagens culturais donde co-evoluem com suas sociedades humanas. As qualidades das paisagens transformam e são transformadas pelas gentes! Os processos de gestão têm de tomar claramente esta realidade em conta. (AGUIAR, 2007)

Este trabalho refere-se à paisagem e suas relações com o tempo, o espaço e o ser humano. Refere-se também, à cultura, à memória, ao meio físico e à proteção do patrimônio cultural e natural de um determinado lugar que foi ocupado, construído e transformado no decorrer do tempo, e hoje, merece ser preservado.

Pode-se dizer que em alguns países, a proteção da paisagem cultural e natural tenha sido omitida durante muito tempo. Este fato, talvez seja atribuído ao discurso de progresso versus preservação, onde muitos acreditam na incompatibilidade destas duas ações.

Entretanto, este discurso pode ser superado, principalmente pelo fato de que nas últimas décadas a proteção da paisagem adquiriu relevância através da Convenção Europeia de Paisagem, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Considerando as paisagens europeias mais protegidas em seu caráter e identidade, tanto urbano quanto rural, foi aplicada em Laguna a ferramenta de trabalho utilizada na Espanha para elaboração dos Catálogos de Paisagem da *Cataluña*. Estes catálogos são fundamentados na Lei 8/2005 de 08 de junho de 2005, que tem como objetivo “o reconhecimento, proteção, gestão e organização da paisagem, a fim de preservar seus valores naturais, patrimoniais, culturais, sociais e econômicos em prol do desenvolvimento sustentável. Esta lei pretende impulsionar a integração da paisagem no planejamento e nas políticas de ordenação territorial e urbanística da *Cataluña*, assim como as demais políticas setoriais que incidem no território de forma direta ou indireta”. (URÍA MENÉNDEZ, 2010).

Neste contexto, aborda-se a paisagem cultural e natural do município de Laguna, possibilitando a proteção dos ecossistemas e dos ambientes urbanos, das alterações causadas por interferências humanas.

1.1. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO PROPOSTO

O conceito de patrimônio sempre esteve relacionado às construções ou monumentos arquitetônicos, o chamado patrimônio histórico. Com o passar dos anos, o entorno dos conjuntos e sítios também foram considerados patrimônio. Em seguida passaram a integrar este grupo as expressões, modos de fazer e saber de um povo, e recentemente as paisagens culturais.

É a partir da paisagem que se torna possível a expressão territorial da diversidade do patrimônio (cultural e natural), e razão pela qual começa a ter sua proteção garantida por estatutos e legislações.

Bueno (2006) afirma que hoje a consciência da importância do ambiente na manutenção da vida do planeta já é tão difundida e aceita que a necessidade de proteção e conservação do ambiente, notadamente de seus patrimônios naturais e culturais, é parte integrante de programa de desenvolvimento de nações e dos requisitos exigidos pelas agências de fomento.

A proteção da paisagem ganhou importância e levou o Conselho Europeu a discutir a elaboração da Convenção Européia de Paisagem (CEP), que tem por objetivo “incorporar a dimensão paisagística nas políticas públicas mediante o desenvolvimento de instrumentos de ordenação, gestão e fomento dos valores paisagísticos”. (CONVENÇÃO EUROPÉIA DA PAISAGEM, 2005). Para os efeitos da presente Convenção “a paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos (CONVENÇÃO EUROPÉIA DA PAISAGEM, 2005, p. 1025).

Pensar em desenvolvimento implica saber respeitar, sobretudo, nossos recursos naturais e culturais. Para tanto, faz-se necessário compreender paisagem e planejamento ambiental na perspectiva de buscar a integração da racionalidade ambiental e social à econômica, na ocupação e organização do espaço, visando priorizar a boa qualidade ambiental e, conseqüentemente, a vida, dentro de uma visão sistêmica e histórica.

Tendo em vista a relevância da paisagem como meio onde se desenvolvem as relações humanas com a natureza, deve-se pensar o território como sendo a expressão dos fenômenos culturais. Paisagem e patrimônio entendidos como ambiência espacial podem ser amplamente

protegidos pelas leis nacionais e internacionais, e conquistar maior destaque na elaboração e execução do planejamento territorial. Fato que geralmente inexiste na gestão da maioria das cidades brasileiras.

A realidade do município de Laguna no estado de Santa Catarina faz parte desta problemática, pois sua paisagem sofre diversas alterações degradantes. Como afirma Macedo (1993), a urbanização, as culturas anuais ou sazonais e o extrativismo têm alterado a paisagem litorânea, acarretando a destruição de seus ecossistemas.

Portanto, faz-se necessário admitir e estimular o usufruto dos atributos naturais e exploração do ambiente de forma sustentável. Para isso, é importante compreender a paisagem do município de Laguna, reconhecer a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, suas diferentes unidades de paisagem, para manter a biodiversidade e os atributos culturais e naturais de forma socialmente justa e economicamente viável, contribuindo para a proteção, gestão e organização da paisagem.

Meneses (1992), afirma que a preservação deve ser apresentada sempre como solução e que as intervenções, estas sim, devam ser justificadas. Ou seja, preservar levando em conta as pessoas que vivem no local, os visitantes e demais espécies da flora e fauna, a partir deste olhar, propor soluções aos problemas encontrados na apropriação da paisagem.

A paisagem do município de Laguna constitui o objeto de leitura. A pesquisa fundamenta-se no entendimento de que paisagem é um fato cultural como propõe Meneses (2002, p.29). Neste sentido podemos prever a complexidade da paisagem de Laguna, pois possui áreas desertas, marítimas, praias, promontórios, dunas e restingas. Abriga fauna e flora específicas, terrestres e aquáticas, numa área onde se incluem espécies migratórias como a baleia franca, peixes variados e diversas aves marítimas. Além disso, encontram-se na região sítios arqueológicos do tipo sambaquis, ceramistas e oficinas líticas, área protegidas por legislação federal, comunidades tradicionais que vivem da pesca artesanal e pequenas propriedades rurais.

Estas características contribuem para que Laguna esteja inserida na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca e possua uma área protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esta última constitui o núcleo urbano original da cidade, tombado em

1985, devido ao seu acervo paisagístico, ao conjunto de logradouros em seu traçado urbano e dimensão, além do conjunto de edificações que devido às características expressam a evolução histórica de Laguna.

1.2. O PROBLEMA

Ao observar a paisagem de Laguna verifica-se o que dizem Macedo e Pellegrino (1999) a respeito do litoral brasileiro, quando se referem aos padrões de ocupação com loteamentos totalmente ortogonais apontados como principal fator de destruição dos recursos paisagísticos e ambientais existentes na linha costeira, pois os ecossistemas costeiros estão suscetíveis à urbanização e quando fragmentados e subdivididos tendem a desaparecer. Do mesmo modo, os recursos cênicos litorâneos ao serem ocupados, muitas vezes são totalmente eliminadas as características que geraram sua ocupação, com grande e definitiva perda de suas qualidades paisagísticas iniciais.

Os autores citam ainda os efeitos da urbanização sobre o meio ambiente costeiro brasileiro, alguns deles também encontrados em Laguna, como: poluição das águas, erradicação das dunas e restingas, assoreamento de barras, rios e praias, destruição e descaracterização dos costões, transformações das estruturas urbanas primitivas.

O processo de ocupação que vem acontecendo no litoral de Santa Catarina é parecido com o que acontece no restante da costa brasileira, apontado por Macedo e Pellegrino (1999) como excelente meio de geração de recursos para a indústria turística e imobiliária. Para os autores as perdas de recursos ambientais e paisagísticos são grandes e quando recuperadas se faz por meios demorados e de custos sociais elevados. As ações oficiais ou particulares para a conservação são pontuais e têm se mostrado, razoavelmente, ineficazes.

Bueno (2006) afirma que em vez de pensar, primeiramente, em onde e como se ocupa o território e com quais atividades, é necessário priorizar a definição de quais espaços podem ser utilizados e quais devem ser conservados.

Em 2010 as paisagens do município de Laguna enfrentam processos de descaracterização relacionados às atividades humanas, com uso e ocupação do solo, que refletindo os sucessivos ciclos econômicos, agravou-se na última década pelo crescente processo de urbanização da costa, devido à segunda residência e ao turismo sazonal, sem uma

contrapartida do poder público com adequação técnica de planejamento e suporte jurídico. Em Laguna, assim como em outros municípios brasileiros, as paisagens naturais e culturais são desconsideradas na gestão territorial. A ausência de políticas urbanas construídas a partir de um plano de gestão para proteção do patrimônio cultural e natural da paisagem, resulta na ineficiência de diretrizes para o uso e ocupação do solo, ocasionando a descaracterização da mesma.

Diante dos problemas expostos, são apresentadas os objetivos gerais e específicos que nortearam este trabalho.

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar as tipologias da paisagem de Laguna sob a perspectiva do patrimônio natural e cultural, seu estado de conservação, os objetivos e qualidade que as mesmas devem cumprir para a proteção, gestão e organização da paisagem.

1.2.2. Objetivos específicos

Definir as unidades de paisagem de Laguna utilizando o método do Catálogo de Paisagem da Cataluña.

Identificar os valores naturais e ecológicos, históricos, religiosos e espirituais, produtivos, sociais, simbólicos e estéticos da paisagem de Laguna.

Sugerir diretrizes venham a promover melhorias na paisagem cultural e natural de Laguna, minimizando os conflitos entre seu uso e ocupação.

1.3. DELIMITAÇÃO ESPACIAL ADMINISTRATIVA

O município de Laguna faz parte do estado de Santa Catarina e situa-se 120 km ao sul da capital, Florianópolis (Fig.1). Junto com outros doze municípios do sul do estado, tais como: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Tubarão, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Martinho e Treze de Maio faz parte da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL (Fig. 2), fundada em 14 de agosto de 1970 com intuito de organizar e fortalecer os projetos e reivindicações para a região sul de

Santa Catarina, junto ao poder público estadual e federal (AMUREL, 2010).



Figura 1: Estado de Santa Catarina, município de Laguna.
Fonte: autora, 2010.

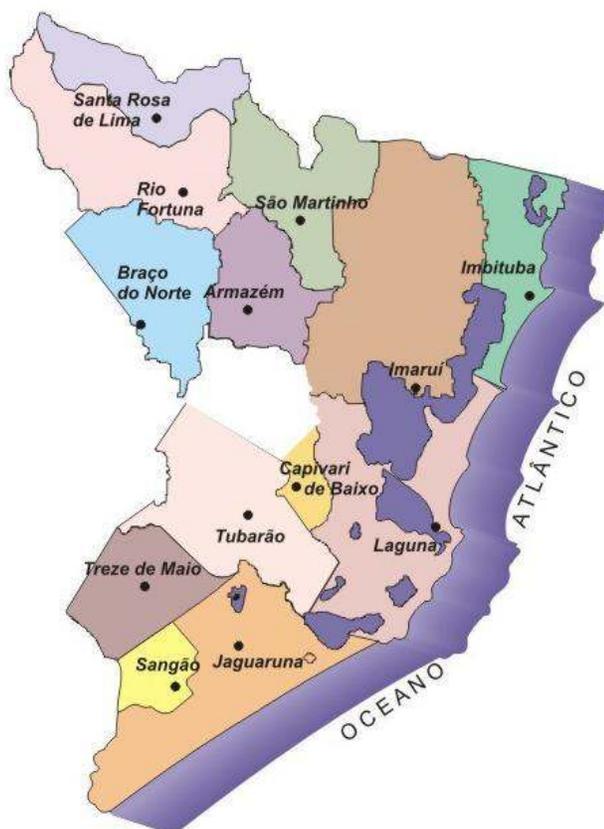


Figura 2: Municípios da Região de Laguna.
Fonte: AMUREL, (2010).

Um dos principais elementos de ligação de Laguna com os municípios vizinhos, talvez o mais importante, são os variados ecossistemas existentes na zona costeira, destacando-se o complexo de lagoas que abrange a Lagoa do Mirim, Imaruí, Santo Antônio dos Anjos, Ribeirão Grande, Manteiga Santa Marta, Gamboa Grande, Camacho e Garobapa, interligadas entre si através de grandes áreas alagadas e pelos rios Jaguaruna, Congonhas, Madre e Sambaqui Pequeno (Fig.3). O outro tipo de elemento de integração é a rodovia BR101 que se estende no sentido norte/sul do estado de Santa Catarina, além das rodovias estaduais SC437, SC436 e SC100 (Fig.3 e 4).

O relevo de Laguna apresenta ondulações montanhosas declividades superiores a 30%. na região nordeste, representadas pelo Morro Grande com altitude de 420 metros e Morro da Pescaria Brava chegando a 220 metros de altitude, elevações menores a leste representadas pelo Morro da Glória, Gi e Morro da Passagem da Barra com altura aproximada de 120 metros. O restante da área territorial do município é formado por planícies com declividades suaves variando entre 0% a 15% na área costeira. As áreas com maior declividade possuem remanescente da Floresta Tropical Atlântica em estágio médio avançado de regeneração e as áreas com declividades suaves nas margens das lagoas e próximas as praias apresentam vegetação de restinga. As áreas às margens do complexo de lagoas e rios encontra-se vegetação diversificada classificada por Klein (1978) como agrupamentos varzosos compostas por mangues, capins praturas, junco e marismas. Observa-se também a presença de dois campos de dunas, um na porção sul do município junto à praia de Ipoã até a barra do Camacho e o outro na região norte (Fig.3).

Laguna faz divisa ao norte os municípios de Imbituba e Imaruí, ao sul o município de Jaguaruna, ao oeste os municípios de Capivari de Baixo, Gravatal e Tubarão e ao leste o Oceano Atlântico. Na Figura 4 pode-se perceber que a divisão administrativa do município não respeita os perímetros naturais, ao norte a divisão acontece entre as lagoas de Imaruí e Mirim e ao sul entre as lagoas do Camacho e Garopaba do Sul.

Laguna é dividida em cinco regiões, ao sul a Região da Ilha, assim denominada por moradores e pescadores, que através de relatos orais afirmam que até a década de 1950, só conseguia-se chegar a determinados locais, como por exemplo a Praia da Galheta, deslocando-se com canoas. Segundo Deblasis et al. (2007) o nível do mar e do

complexo de Lagoas nesta área variou muito, sendo que na pré-história esta região era formada por pequenas ilhas. Neste local encontram-se a maior concentração de sítios arqueológicos do município. A Região da Ilha é composta pelas comunidades: Cigana, Farol de Santa Marta, Canto da Lagoa, Galheta, Santa Marta Pequena, Campos Verdes, Ipoã, Praia da Tereza, Passagem da Barra e Ponta da Barra (Fig.4).

Na porção noroeste do município localiza-se a região da costa da lagoa caracterizada por atividades vinculadas a pesca e agricultura, mais conhecida como Região do Distrito do Ribeirão composta pelas comunidades: Sertão da Maricota, Bananal, Morro Grande, Figueira, Ponta do Daniel, Parobé, Ribeirão Pequeno, Ribeirão Grande, Cortical e Madre (Fig.4).

A centro-oeste localiza-se a Região do Distrito da Pescaria Brava, caracterizada também por atividades vinculadas a pesca e agricultura, e por localidades que desenvolvem-se ao longo da rodovia Br101: Ponta das Laranjeiras, Laranjeiras, Km37, Santiago, Barreiros, Pescaria Brava, Siqueiro, Carreira, Sertão da Estiva, Estiva e Taquaraçu (Fig.4).

A Região Central é caracterizada por apresentar os maiores adensamentos urbanos onde estão concentrados os serviços públicos e privados. Este local é marcado pela ocupação inicial da cidade em 1676, é formada pelos bairros: Centro Histórico, Ponta das Pedras, Vila Vitória, Ponta da Balsa, Mar Grosso, Esperança, Casqueiro, Malvina, Portinho, Laguna Internacional, Vila Francisco de Assis, Jardim Juliana, São Judas Tadeu e Barranceira.

A Região Norte é formada por comunidades implantadas ao longo da rodovia Br101 e por praias, por enquanto, pouco ocupadas, devido à falta de infraestrutura e por estarem inseridas em local com áreas de preservação permanente, tais como, dunas, costões, restingas, manancial de água potável entre outros: Praia do Sol, Itapiruba, Bentos, Caputera, Perrixil e Nova Fazenda (Fig.4).

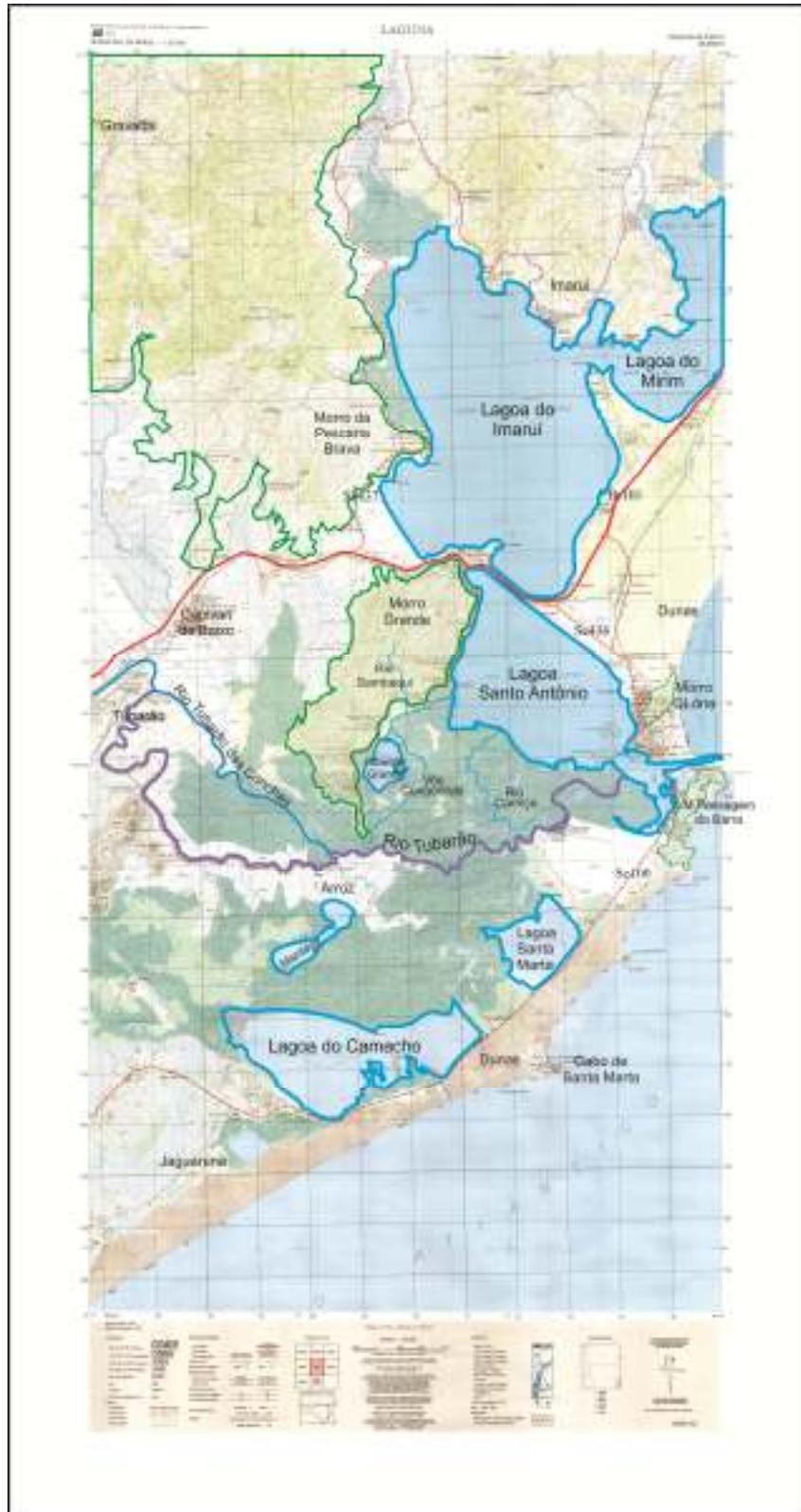


Figura 3: Mapa do município de Laguna, Escala 1.250.000.

Fonte: Modificado pela autora a partir de IBGE, 1976.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem multidisciplinar, possível através da adoção de instrumentos e métodos pertinentes para a análise pretendida, possibilitou o traçado de um panorama mais fidedigno para a paisagem. Ao longo do trabalho foram abordadas diversas produções textuais referentes ao tema proposto nos contextos nacional e internacional. Inicialmente realizou-se uma revisão histórica e conceitual dos temas de interesse, analisando os conceitos de patrimônio, preservação e paisagem. Entre diversos autores, foram destacados alguns consagrados no meio acadêmico, como Choay, Unesco, Macedo, Forman e Godron. Além de autores do campo da Geografia, que discutem o tema paisagem cultural desde o início do século XIX, como Sauer e Cosgrove.

O trabalho ainda contempla o termo paisagem no âmbito da Unesco que resultou na nova categoria patrimonial conhecida como paisagem cultural, sua proteção, gestão e ordenamento. Foi realizada uma síntese as cartas patrimoniais que abordam questões referentes à proteção da paisagem. Além de uma breve descrição da legislação Brasileira sobre a proteção e preservação dos recursos naturais e culturais.

Como o estudo foi voltado às estratégias de gestão territorial com ênfase nas paisagens culturais e naturais de Laguna, recorreu-se a uma série de procedimentos metodológicos. Inicialmente, não foram constatados demais trabalhos que abordassem a paisagem cultural no contexto brasileiro, exceto a metodologia utilizada no Projeto Orla - Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, que no entanto, se restringe a elaborar um plano de gestão para a orla de municípios brasileiros. De acordo com o Nakano (2006), a proposta do projeto orla é:

“Atuar de forma sustentável nesse espaço, que constitui a sustentação natural e econômica da Zona Costeira, requer enfrentar o desafio de lidar com a diversidade em uma faixa que atinge cerca de 8.500Km de extensão. Ademais, subjacente aos aspectos ligados ao território, encontram-se inúmeros conflitos em torno da destinação e do uso dos terrenos situados no litoral – em grande parte pertencentes à União – o que tem reflexos na disponibilidade de espaços públicos de

convivência e lazer, com destaque para as praias, bens de uso comum do povo e que, por isso, devem ser acessíveis a todos, indiscriminadamente.” (NAKANO, 2006)

Por fim, identificou-se nos Catálogos de Paisagem da *Cataluña* – Província Autônoma da Espanha – características muito próximas à estrutura de pesquisa desejada para a paisagem de Laguna em Santa Catarina, visando a preservação do seu patrimônio natural e cultural. Sendo assim, para identificar os valores patrimoniais atribuídos à paisagem, analisando-os sob a ótica da preservação, foi utilizada como base conceitual e metodológica a proposta do Catálogo de Paisagem, elaborado pelo Observatório de Paisagem da *Cataluña* – Espanha que estabelece normas para proteção, gestão e planejamento da paisagem. Nogué e Sala (2006) afirmam que esta metodologia é qualitativa, pois, nem todas as paisagens têm o mesmo significado para a população e, por outro lado, é possível atribuir-lhe diferentes valores e em graus distintos, de acordo a percepção de cada indivíduo.

As dificuldades metodológicas e as diferentes percepções a respeito da paisagem impedem a definição de um método quantitativo de valorização da qualidade da mesma, que seja válido e aceitável por parte da sociedade. Por este motivo “os catálogos evitam a hierarquização de níveis de qualidade de paisagem e a quantificação de seus valores, tarefa complexa, uma vez que, a maioria dos valores responde a percepção ou sensações da população subjetivas e incomensuráveis”. (NOGUÉ E SALA, 2006)

O Estudo de Caso se caracteriza pela capacidade de lidar com uma completa variedade e evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações. Yin (1989), afirma que a preferência pelo uso do Estudo de Caso deve ser dada quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas.

Os Catálogos de Paisagem da *Cataluña* surgem como instrumentos proativos, com finalidade de servir à organização e gestão da paisagem, desde a perspectiva do planejamento territorial. A escolha da metodologia apóia-se no fato de que através dos catálogos é possível introduzir questões ambientais no planejamento, considerando a paisagem em todos os seus aspectos naturais e culturais. Pois, a paisagem de Laguna é composta por elementos socioculturais, cênicos,

ambientais e econômicos que devem ser utilizados de maneira articulada e equilibrada, com vistas ao melhor aproveitamento da vida humana e de outros seres. Para Nougé e Sala (2006) os catálogos devem favorecer a integração da paisagem a outras políticas públicas que podem ter efeito direto ou indireto sobre a mesma, como por exemplo: as urbanísticas, de infraestrutura, agrícolas, culturais, ambientais, sociais ou econômicas.

A aplicabilidade exposta pelo autor está relacionada à sua viabilidade econômica, as propostas dos catálogos devem ser realmente viáveis, sobre tudo, economicamente, ou seja, devem possibilitar a adesão dos interesses econômicos do setor público e privado. Para obter resultados práticos referentes à paisagem de Laguna que possam servir de ferramentas para serem implantadas nas políticas públicas do município, durante toda pesquisa, foi consultada uma equipe multidisciplinar de técnicos que trabalham de forma direta e indireta com a paisagem de Laguna, tais como, geógrafos, arqueólogos, biólogos, engenheiros agrônomos e arquitetos vinculados a instituições como UNESCO, IPHAN, UFSC, UNISUL e UDESC. Além de um conjunto de pessoas que são agentes sociais e participam diretamente do planejamento urbanístico e político de Laguna. A participação ativa destes agentes foi fundamental para compreender a dinâmica da paisagem de Laguna e quais fatores poderão contribuir para melhor sua qualidade.

Segundo Nougé e Sala (2006), os catálogos são formados por cinco etapas que foram adaptadas para o caso da paisagem de Laguna: Identificação e Caracterização da Paisagem; Avaliação da Paisagem; Definição dos Objetivos de Qualidade Paisagística; Estabelecimento de Diretrizes; Medidas e Propostas de Atuação, Estabelecimento de Indicadores de Seguimento.

2.1. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM

Nesta etapa do trabalho foram identificadas as áreas do território com caráter similar, tomando como base o estudo dos elementos naturais, culturais e visuais que configuram a paisagem, assim como, os de caráter perceptual e simbólico. Para identificar e caracterizar a paisagem foi necessário identificar as unidades de paisagem, mapeá-las e descrevê-las a partir dos conceitos de Nougé e Sala.

A identificação e caracterização da paisagem foi realizada a partir de cartografias, algumas produzidas especificamente para este trabalho, a imagem da área estudada foi registrada pelo satélite SPOT, com resolução espacial aproximada de 0,5 metro (EMBARAPA, 2008). Foram gerados mapas temáticos de uso do solo, unidade de paisagem e divisão administrativa na escala 1:90.000 que abrangem todo município. De acordo com a extensão territorial de cada unidade de paisagem a cartografia abordou mapas de sistema viário e uso do solo entre escalas 1:10.000 até 1:60.000.

Além destes procedimentos e buscando caracterizar melhor a paisagem de Laguna, foram elaborados mapas de declividade e cobertura vegetal. Tomou-se como referência a base cadastral que esta sendo utilizada na elaboração do plano diretor municipal da cidade, onde a ferramenta de trabalho adotada é o programa Auto Cad, a partir de escalas 1: 110.000 e 1: 40.000. Esta base foi disponibilizada pela Companhia do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC para o Consórcio Hardt-Engemin, empresa responsável pela execução do planejamento macro (faixa lindeira à rodovia BR101 sul) e elaboração de planos diretores nos municípios de Santa Catarina sob a influência da obra de duplicação da rodovia Br-101, no trecho compreendido entre Biguaçu e Passo de Torres¹. Foi utilizada também a cartografia editada pelo IBGE em 1976 nas escalas 1:50.000 e 1:250.000 que abordou hidrografia, geomorfologia, cobertura vegetal, sistema viários e divisão administrativa.

Além da análise da cartografia, o processo de identificação e caracterização da paisagem de Laguna consistiu em: estudar a seqüência evolutiva da paisagem, descrever sua dinâmica, os fatores naturais e antrópicos que têm intervindo e intervêm em sua evolução e transformação, analisar se seguem às tendências atuais, tais como, perda da estrutura de mosaico florestal ou de biodiversidade, riscos de contaminação das águas, urbanização, extrativismo, torres e antenas de telecomunicação.

¹ Elaboração do Plano Municipal de Laguna: objeto de contrato firmado em 28 de agosto de 2008, entre a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e o Consórcio Hardt-Engemim, visando a execução do planejamento macro (faixa lindeira à rodovia Br101sul) e elaboração dos planos diretores nos municípios se SC impactados pela obra de duplicação da Br101 sul.

Ao final do processo de caracterização se obteve uma base de dados e levantamento fotográfico da paisagem de Laguna, a partir dos quais foi possível identificar seis unidades de paisagem com características peculiares e delimitadas por elementos geográficos e antrópicos.

2.2. AVALIAÇÃO DA PAISAGEM

Esta etapa do trabalho consiste em identificar as partes do território ou elementos de paisagem reconhecidos legalmente, ou seja, protegidos por lei nas esferas nacional, estadual e municipal, e também, identificar as áreas de considerável valor paisagístico que não são protegidas legalmente. Citamos como exemplo: na esfera municipal o parque da Pedra do Frade, no caso de proteção estadual as ilhas e promontórios, no caso de proteção federal a Área de Proteção da Baleia Franca. A etapa de identificação dos valores de paisagem foi considerada uma das mais significativas, realizada através da classificação que contemplou a diversidade e necessidade de identificá-las e preservá-las.

Os valores de paisagem foram identificados de acordo com a classificação de Ignácio et al (1984), através de métodos diretos, ou seja, a valoração se realizou a partir da contemplação da totalidade da paisagem, por meio de visitas a campo, gravuras e fotografias. O principal agente da valoração da paisagem foi à própria autora, a análise aconteceu por percepção, foram destacados fatores profissionais, educativos, culturais, emotivos, afetivos derivados da relação da observadora com o meio ambiente. Outro fator considerado foi a relação do público em geral e de grupos representativos da comunidade com as paisagens de Laguna, além da colaboração de técnicos do setor público e privado. Esta observação foi possível pelo fato da autora estar desenvolvendo o trabalho acadêmico no território onde reside e atua profissionalmente, no Escritório Técnico de Laguna - IPHAN-SC.

Os valores analisados foram mapeados conforme definição de Nougé e Sala (2006):

a) Valores Naturais e Ecológicos: referem-se aos fatores e elementos que determinam à qualidade do meio natural. São identificados como parte da paisagem que mesmo sem desfrutar de

nenhuma forma de proteção apresentam valores ecológicos de primeira ordem.

b) Valores Históricos: referem-se aos espaços e conjuntos de elementos que tenham valor paisagístico dentro de uma perspectiva histórica. São marcas mais relevantes que o ser humano deixou na paisagem ao longo da história, como tipologias construtivas, tipologias de assentamento, centros históricos, conjuntos arquitetônicos, estruturas de parcelamento do solo e estruturas de limites físicos, sistemas de irrigação, rede de caminhos públicos.

c) Valores Religiosos e Espirituais: referem-se aos elementos da paisagem ou paisagens como conjunto que se relacionam com práticas e crenças religiosas.

d) Valores Produtivos: são aqueles referentes à capacidade de uma paisagem proporcionar benefícios econômicos convertendo seus elementos em recursos.

e) Valores Estéticos: referem-se à capacidade de uma paisagem de transmitir sentimento de beleza, em função do significado e apreciação cultural que adquiriu ao longo da história. Representam seus valores intrínsecos, em função das cores, diversidade, forma, proporções, escala, textura e unidades dos elementos que conformam a paisagem. Porém, o valor estético da paisagem costuma ter uma base cultural profunda, associado à beleza padrões ou modelos e não deve ser resultado apenas dos fatores primários como a cor e a textura.

f) Valores Simbólicos e Identitários: correspondem à identificação que um determinado grupo sente em relação à paisagem. Referem-se aos elementos da paisagem que despertam relações de pertencimento.

Contudo, para atingir um resultado satisfatório referentes aos Valores Estéticos e Simbólicos, que representasse uma parcela dos usuários da paisagem de Laguna, realizou-se uma entrevista junto ao público em geral, com pessoas responderam os seguintes questionamentos:

1. A qual a paisagem do município de Laguna você atribui maior valor estético (beleza)?
2. A qual a paisagem do município de Laguna você atribui maior valor simbólico?

Após estas definições foram elencadas as ameaças e oportunidades para proteção, gestão e organização da paisagem de

acordo com a metodologia aplicada para elaboração dos Catálogos de Paisagem da *Cataluña*.

2.3. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE QUALIDADE PAISAGÍSTICA

Os objetivos de qualidade paisagística foram definidos para cada unidade de paisagem identificada no território de Laguna. Classificados segundo sua funcionalidade na paisagem, isto é, sua preservação, recuperação, valorização, criação ou uma combinação dos anteriores.

São identificados os possíveis cenários paisagísticos de Laguna, analisando-se a inter-relação entre as dinâmicas naturais e as tendências sócio-econômicas, assim como, as consequências fruto de implementações políticas territoriais urbanísticas que incidem sobre o território de Laguna.

São definidos segundo as diretrizes do planejamento territorial local ou das políticas setoriais que possam ter um efeito direto ou indireto na paisagem, como as de conservação da natureza, as florestais, industriais, de desenvolvimento rural, de atividades extrativas, turismo, transportes, telecomunicações, energética, águas, resíduos, culturais, de educação, fiscalização e patrimoniais.

2.4. ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES, MEDIDAS E PROPOSTAS DE AÇÃO

Nesta etapa foram definidas normas, diretrizes e recomendações para o planejamento territorial e urbanístico de cada unidade de paisagem, e também, para o âmbito territorial geral. Além disso, foram definidos critérios e medidas necessárias para o planejamento setorial.

2.5. ESTABELECIMENTO DE INDICADORES DE SEGUIMENTO

A partir dos objetivos de qualidade paisagística, foram estabelecidos indicadores ambientais, culturais e sociais para paisagem, compreensíveis pela população, políticos e gestores públicos, com intuito de implantar as diretrizes estabelecidas para alcançar um cenário ideal da paisagem de Laguna.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo aborda a revisão histórica e conceitual dos temas de interesse para o entendimento do trabalho. Analisa a ampliação dos conceitos: patrimônio, preservação e paisagem. Aborda o termo paisagem no âmbito da Unesco que resultou na nova categoria patrimonial conhecida como paisagem cultural, bem como a proteção, gestão e ordenamento da paisagem. Além de definir o conceito de unidade de paisagem, é desenvolvida também, uma descrição da legislação vigente no Brasil referente à proteção e preservação dos recursos naturais e culturais, e uma explanação referente à proposta do Projeto Orla no Brasil.

3.1. PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO

Choay inicia o livro, *A Alegoria do Patrimônio*, afirmando que o significado da palavra patrimônio, na origem, estava ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo (CHOAY, 2006).

Pode ser caracterizado também como a herança paterna e/ou materna que é repassada aos filhos. Gonçalves (2003), afirma que a palavra patrimônio está entre as que mais usamos em nosso dia a dia. Falamos dos patrimônios econômicos, financeiros e imobiliários de uma empresa, família ou país, além disso, discutimos também os conceitos de patrimônio artístico, histórico, etnográfico, ecológico, genético, tangível, intangível, paisagístico e natural.

Segundo Rodrigues (2005), o uso da palavra patrimônio estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação. No século XIX, o conceito de patrimônio cultural intensificou-se e serviu para exaltar determinadas características de uma cultura, resultando muitas vezes na imposição de costumes, história e de uma língua nacional. O patrimônio passou a ser uma construção social de extrema importância política.

Para Crespo-Toral e Casares (2007) o patrimônio cultural é um recurso fundamental para o desenvolvimento. Esse recurso pode ser considerado como um fator que se enquadra no modelo do

desenvolvimento sustentável². Em outras palavras, o uso do patrimônio não exclui a população local, tampouco compromete a habilidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Pois, geralmente é a população local que se apropria de um recuso natural que ao longo do tempo e de acordo com a forma que é usado, passa a fazer parte do patrimônio de uma cultura.

Patrimônio, portanto, é um resultado de uma dialética entre o ser humano e seu meio, entre a comunidade e seu território. Patrimônio não é apenas constituído pelos objetos do passado que são oficialmente reconhecidos, mas também por tudo que nos liga ao nosso passado. O conceito integrado de patrimônio engloba tanto o território quanto seus habitantes, seu objetivo final sendo uma qualidade de vida resultante de uma economia sustentável e de um crescimento social, sua metodologia representa uma administração integrada dos recursos de herança baseados nas estratégias territoriais.

Assim, segundo De Campos (2007), podemos dizer que, quando relacionado a bens culturais, patrimônio faz parte da memória de um povo, pode auxiliar na tarefa do relembrar, através dele estabelecemos vínculos com o passado tornando-nos indivíduos mais seguros da nossa própria existência. Preservar o patrimônio cultural – objetos, documentos escritos, imagens, traçados urbanos, edificações, áreas naturais ou paisagens, é a garantia que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber-se a si própria.

² Apesar de não ser intenção deste trabalho realizar uma abordagem completa sobre o tema desenvolvimento sustentável, é importante conceituá-lo, uma vez que constitui um conceito dinâmico discutido no contexto nacional e internacional em constante expansão. Para efeito deste trabalho buscou-se adotar as definições utilizadas pelo professor Miguel Aloysio Sattler, Engenheiro Civil e Agrônomo, PhD em Tecnologia da Arquitetura do Programa de pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O mesmo afirma que a definição mais amplamente aceita é aquela de Bundtland:

“Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de futuras gerações atenderem às suas próprias necessidade”.

“Uma sociedade sustentável é aquela capaz de persistir ao longo das gerações, aquela que consegue enxergar suficientemente longe, que é suficientemente flexível e suficientemente sabia para não colocar em risco seus sistemas de suporte, sejam eles físicos ou sociais. Para ser socialmente sustentável, as contribuições da população, do capital e da tecnologia para a sociedade, teriam de ser configuradas de modo a proporcionar condições materiais de vida adequadas e seguras para todos. Para ser fisicamente sustentável, o fluxo de materiais e energia da sociedade teriam de atender as três condições: a taxa de uso de recurso não renováveis não exceder as taxas de regeneração; as taxas de uso de recurso não renováveis não exceder a taxa com que seus substitutos renováveis sustentáveis sejam desenvolvidos; e a taxa de emissões poluentes não exceder a capacidade de assimilação do meio ambiente.

Uma das ferramentas para proteção legal do patrimônio cultural no Brasil é o tombamento. Tombar significa amparar, preservar através de leis que impedem a destruição, desintegração e/ou descaracterização do bem preservado. Segundo Sonia Rabello (1991), os conceitos de preservação e tombamento muitas vezes são usados como sinônimos, mas deve-se distingui-los, já que no mundo jurídico os seus efeitos se diferem. Sobre tombamento José Celso de Mello Filho afirma que:

"(...) É o meio posto à disposição do Poder Público para a efetiva tutela do patrimônio cultural e natural do País. É por meio do tombamento que o Poder Público cumpre a obrigação constitucional de proteger os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas".

Já preservação é um conceito mais genérico que visa proteger de algum dano futuro, defender, resguardar, conservar. No caso do patrimônio cultural compreendemos como toda e qualquer ação do Estado com o objetivo de manter a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. A preservação engloba várias ações como: inventariação, conservação, consolidação, restauração, tombamento e outras formas de acautelamento.

Segundo o ICOMOS (Cury, 2004), a conservação é a ação de resguardar do dano, da decadência e da deterioração, amparando, defendendo e salvaguardando. E Curtis (1982) define que é a atitude permanente de manutenção e vigilância, sempre mais vantajosa do que as intervenções corretivas. Ainda a Carta de Burra (Cury, 2004) define como os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar suas características que apresentem significação cultural e implicará ou não a preservação ou na restauração.

Para efeito deste trabalho optou-se por estes conceitos de Preservação e Conservação, uma vez que o mesmo refere-se à preservação do patrimônio cultural e natural de um determinado território.

3.1.1 O Patrimônio Cultural e Natural

A partir da década de 1920, inicia no Brasil, a preocupação com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico. Embora, segundo Lemos (2000), em 1742 o Conde de Galveias chamou a atenção de Luís Pereira Freire de Andrade, governador de Pernambuco, sobre o projeto que transformou o Palácio das Duas Torres, construídos por Conde de Nassau em quartel de tropas locais. “Segundo ele seria imprescindível a manutenção da integridade daquela obra holandesa, verdadeiro troféu de guerra a orgulhar o nosso povo, e com as adaptações previstas estaria arruinada” (LEMOS, p.35, 2000). Porém, sua intervenção não surtiu resultados, continuamos perdendo muitos registros da história brasileira como documentos, objetos e edifícios.

Lemos (2000) afirma que somente na década de 1930, sobre a influência dos intelectuais e artistas brasileiros ligados ao movimento moderno, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Luis Jardim, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade cria-se o SPHAN, instituição encarregada da preservação do patrimônio cultural no país, iniciou em caráter experimental em 1936 sob a denominação Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, cria oficialmente o SPHAN.

Por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde da época, e com anteprojeto de Mário de Andrade cria-se o “Decreto-lei nº 25, de 30 de outubro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, primeira legislação federal de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na América Latina a dar ao poder público instrumentos legais de proteção.” (IPHAN, 2006, p. 320).

Apesar do anteprojeto de criação do IPHAN em 1937 contemplar, além de monumentos e obras de arte, os bens históricos e arqueológicos, as manifestações da cultura popular e indígena, durante muito tempo, a salvaguarda do patrimônio cultural limitou-se, durante várias décadas, aos bens de natureza material, como afirma Sant’Anna (2003).

Assim, entre as décadas de 30 e 60, o Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro foi compreendido, como o conjunto de bens móveis e imóveis, excepcionais e monumentais, reconhecidos e protegidos por meio do tombamento. Por cerca de 40 anos, a proteção do patrimônio

foi dada aos bens coloniais de pedra e cal. A arquitetura barroca, encontrada na sua maioria nos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, foi amplamente estudada. Os bens arquitetônicos que não correspondiam à idéia do monumental e, portanto, considerados inexpressivos, não receberam a atenção do poder público durante esse tempo.

A partir da década de 70, por meio das noções de diversidade e cultura popular, foram incorporados novos elementos ao discurso sobre patrimônio e cultura. Foi na gestão de Aloísio Magalhães como Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, atual IPHAN, que se ampliou o conceito de patrimônio cultural. Ao longo do tempo, o conceito de patrimônio modificou-se, ampliando-se, abarcando o patrimônio cultural que corresponde aos bens materiais e imateriais, elementos de referência de uma cultura.

Já nos anos 80, na redemocratização do país e na ação de movimentos sociais no mundo inteiro, a sociedade começa a se manifestar pela preservação do seu patrimônio. Os poderes públicos intensificam suas ações através de leis específicas de tombamento ou de planejamento urbano.

A Constituição Federal Brasileira em 1988, no Art. 216, define de forma ampla e pormenorizada o interesse pelo patrimônio cultural do Brasil. Constituem o patrimônio cultural brasileiro: “(...) os bens, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 2004).

O patrimônio cultural ainda é classificado pelo IPHAN em dois grupos: patrimônio material ou tangível e patrimônio imaterial ou intangível (Fig.5).

Com a aprovação do Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, o patrimônio cultural imaterial ou intangível passa a ser inventariado e registrado. Definem-se quatro categorias de registro, o livro dos saberes,

as celebrações, as formas de expressão e os lugares. (IPHAN, 2006. p129).



Centro Histórico de Laguna

Fonte: Jean Carlo de Souza, 2006.



Pesca artesanal com boto, Laguna

Fonte: IPHAN, Tempo Editorial, 2005.

Figura 5: Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial

Concomitante à evolução do conceito de patrimônio no Brasil, a Convenção Internacional para a Proteção do Patrimônio Cultural, em 1972, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO prevê a designação de áreas de valor universal como Reserva do Patrimônio Mundial. Essas reservas devem preencher os seguintes critérios: conter exemplos significativos dos principais estágios da evolução da Terra, conter exemplos significativos de processos geológicos, evolução biológica e interação humana com o ambiente natural, conter únicos, raros ou superlativos fenômenos naturais, formações de excepcional beleza, conter *habitats* onde populações de espécies raras ou ameaçadas de extinção possam ainda sobreviver. (UNESCO, 2010a). Segundo UNESCO (2010b) as categorias de valoração do patrimônio mundial (Fig. 6) são definidas:

a) Patrimônio Natural: monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações; formações geológicas e fisiográficas e zonas estritamente delimitadas que constituem o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas; os lugares naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista científico, da conservação ou da beleza natural.

b) Patrimônio Cultural: monumentos, obras arquitetônicas, escultura ou pinturas monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos que tenham um

valor universal excepcional, desde o ponto de vista da história, arte ou ciência. Os conjuntos: grupos de construções, isoladas ou reunidas, cuja arquitetura, unidade e integração à paisagem tenham um valor universal excepcional desde o ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Os lugares: obras do ser humano ou obras do ser humano em conjunto com a natureza, assim como as áreas de entorno, incluídos os lugares arqueológicos que tenham um valor universal excepcional.

c) Patrimônio Misto: os bens que respondam parcial ou totalmente às definições de patrimônio natural e cultural que figuram na Convenção.

d) Paisagem Cultural: os bens culturais que representam obras conjuntas do ser humano e a natureza e ilustram a evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, condicionados pelas limitações e/ou pelas oportunidades físicas que apresenta seu entorno natural e pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto externas como internas.



Parque Nacional do Iguaçu, Brasil.
Fonte: Acervo próprio, 2009.



Centro Histórico de Ouro Preto.
Fonte: Acervo próprio, 2007.



Misto: *Mount Huangshan*, China.
Fonte: Francesco Badarin, 2004.



Bamiyan Valley, Afghanistan.
Fonte: Graciela G. Brigas, 2007.

Figura 6: Categorias do Patrimônio Mundial definidas pela UNESCO.

3.2. A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL NA EUROPA E BRASIL

A preocupação com a definição de políticas para a salvaguarda do patrimônio cultural foi introduzida, segundo Silva (1981, p.27), no Direto Português por Alvará de 28.08.1721. O autor afirma que D. João V proibiu mutilação ou destruição de qualquer edifício ou monumento que tivesse esculpido figuras ou letreiros que mostrassem ser dos tempos Fenícios, Gregos, Romanos, Godos, ou Arábicos. Os infratores estavam sujeitos às penas impostas pela Ordenação do Liv. 5, tít. 12, inc. 5.

No final do século XVIII, após a Revolução Francesa, se desenvolveu uma outra sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a memória e a impedir o esquecimento dos feitos do passado. Implementaram-se, a partir de então, as primeiras ações políticas para a conservação dos bens que denotassem o poder, a grandeza da nação que os portava, entre as quais uma administração encarregada de elaborar os instrumentos jurídicos e técnicos para a salvaguarda, assim como procedimentos técnicos necessários para a conservação e o restauro de monumentos. (CHOAY, 2006)

Os estragos causados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), resultaram em maiores habilidades da sociedade e do poder público para lidar com os bens culturais danificados. Diante das destruições provocadas pelos conflitos, a sociedade começa a ressaltar a cultura universal e a proteção dos bens culturais passa a ser direito e dever de todos. A partir deste momento, com o objetivo de defender os bens culturais e assegurar soluções pacíficas para os conflitos, formam-se instituições como as Organizações das Nações Unidas - ONU. Após a Segunda Guerra Mundial destacam-se fortes tendências frente à responsabilidade pela sobrevivência dos bens culturais. (ELIAS, 2002)

Com isso, instituem-se várias associações de classe internacionais e nacionais preocupadas com a salvaguarda do patrimônio cultural como afirma Cury (2004). Em 1945, como autoridade promotora da restauração surge a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*). Surgem também, instituições destinadas à promoção e à difusão de idéias e técnicas relacionadas à restauração, como o ICOM (Conselho Internacional de Museus), o ICC (Instituto

Internacional para a Conservação de Trabalhos Históricos e Artísticos), o ICROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural), entre outros. E com sede em Paris, surge uma organização não governamental, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*) voltada para a conservação dos monumentos e sítios históricos do mundo.

3.2.1 Cartas e Recomendações sobre o Patrimônio Cultural e Natural

Durante o século XX, as organizações voltadas à conservação do patrimônio cultural formulam diversos documentos, recomendações e cartas objetivando estabelecer normas e procedimentos relativos à preservação e conservação dos bens culturais. Documentos conhecidos como Cartas Patrimoniais, apresentam um panorama das diversas abordagens referentes à preservação do patrimônio cultural. Inicialmente, observa-se que a preocupação com a proteção do patrimônio estava restrita a monumentos e seus entornos, em seguida se estende aos conjuntos arquitetônicos e ao urbanismo. Documentos ligados à arqueologia, comércio de bens e restauração também foram produzidos.

Na década de 1960 inicia-se uma discussão acerca da proteção do meio ambiente. Vinte anos depois, na década de 1980, percebe-se que o patrimônio cultural está diretamente ligado ao meio natural, iniciando debates quanto aos conceitos de paisagem cultural. Em meados de 2000, a cultura popular e o patrimônio imaterial também são discutidos nos mais variados encontros.

O quadro referente às cartas patrimoniais (Quadro 1), lista os documentos e recomendações nacionais e internacionais que retratam os procedimentos e as normas sobre a proteção do patrimônio cultural e natural. Porém, não foram abordados todos os documentos disponíveis, somente aqueles que se referem, de alguma forma, à proteção da paisagem.

Quadro 1: Cartas e Recomendações Internacionais e Nacionais sobre à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural enfocando as Paisagens.

Ano	Documento	Especificação
1931	(Primeira) Carta de Atenas	Cooperação técnica entre nações para conservação do patrimônio artístico e arqueológico
1933	(Segunda) Carta de Atenas	Diretrizes de caráter universal para proteção do patrimônio histórico através da salvaguarda de edifícios isolados ou conjuntos urbanos que constituísse expressão de uma cultura anterior
1959	Recomendação de Nova Delhi	Estabelece critérios e diretrizes para realização de escavação, pesquisa e comercialização de bens arqueológicos.
1962	Recomendação de Paris	Relativa à Salvaguarda da Beleza e Caráter das Paisagens e Sítios
1964	Carta de Veneza	Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauo de Monumentos e Sítios
1965	Diploma Europeu de Áreas Protegidas	Premio internacional para a proteção das zonas de especial importância para a preservação da natureza biológica, geológica e diversidade paisagística.
1967	Normas de Quito	Sobre a Preservação e Utilização dos Monumentos e Sítios de Valor Histórico.
1970	Compromisso de Brasília	Orienta a necessidade e importância de cursos superiores na área cultural. Preconiza a política de proteção aos bens naturais e culturais, como: paisagens, parques, praias, acervos arqueológicos, conjuntos urbanos, documentos.
1971	Programa Homem e Biosfera	Programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e o ambiente
1971	Compromisso de Salvador	Necessidade de recursos financeiros direcionadas às atividades de manutenção física do patrimônio nacional, especialmente protegidos por lei.
1971	Convenção Ramsar	Sobre as Zonas úmidas.
1972	Convenção de Paris	Para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural
1972	Declaração de Estocolmo	Sobre Ambiente Humano
1975	Declaração de Amsterdã	A conservação do monumento deve estar relacionada à preservação de sua ambiência. Conservação integrada entre o planejamento do uso do solo e o planejamento urbano regional.
1976	Recomendação de Nairóbi	Salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Amplia o conceito de proteção, conservação e interação entre edifício e ambiência
1977	Carta de Machu Picchu	Confere ao patrimônio importância cultural e social, além de seu caráter histórico.
1978	Carta de Pelotas	Documento marco na preservação do patrimônio cultural no Rio Grande do Sul.
1980	Carta de Burra	Preocupação com a descaracterização do entorno, a conservação de um bem exige a manutenção do entorno visual apropriado, no plano das formas, escala, cores, textura, dos materiais entre outros.
1981	Carta de Florença	Carta relativa à salvaguarda dos jardins históricos
1982	Declaração de Nairóbi	Sobre a proteção ambiental
1983	Carta de Torremolinos	Princípios para as políticas nacionais e européias de ordenamento do território
1983	Declaração de Roma	Para a conservação integrada do patrimônio cultural
1989	Carta de Cabo Frio	Salvaguarda do patrimônio natural e cultural da América Latina em suas diversas manifestações
1992	Carta do Rio	Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente

1992	Carta Urbana Européia (Carta de Estrasburgo)	Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu
1992	Agenda 21	Agenda de Desenvolvimento Sustentável, predomina uma proposta que rompe com o planejamento com enfoque econômico e destaca o ambiente natural.
1992	As Conferências sobre as Mudanças Climáticas	Discutiu medidas de redução das emissões de gases na camada de ozônio e a mitigação do seu impacto no planeta.
1994	Conferência de Nara	Sobre autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial
1994	Carta de Aalborg (Carta da Sustentabilidade das Cidades Européias)	Compromisso político para com os objetivos do desenvolvimento sustentável: participação da comunidade local, economia urbana, equidade social, correto ordenamento do território, mobilidade urbana, clima mundial e da natureza.
1995	Recomendação nº R (95) 9	Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas
1995	Carta Européia de Turismo Sustentável	Sobre o desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas
1997	Conferência de Kyoto	Redução e combate ao aquecimento global, países industrializados terão que reduzir em 4 anos 5,2% das emissões mundiais de gases responsáveis pelo aquecimento global.
1998	Nova Carta de Atenas - Carta de Lisboa	Normas do Conselho Europeu de Urbanistas para o planejamento de cidades
1998	Declaração de Estocolmo	Sobre patrimônio cultural
1999	Carta Internacional do Turismo Cultural (México)	Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial
1981	Carta de Burra	Sobre a Conservação de Lugares de Significado Cultural
2000	Declaração do Milênio	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
2000	Convenção Européia da Paisagem	Sobre a proteção, a gestão e o ordenamento das paisagens européias
2003	Nova Carta de Atenas (Carta de Lisboa) (Revisão)	Normas do Conselho Europeu de Urbanistas para o planejamento de cidades
2005	Declaração de Xi' An (China)	Princípios e recomendações para a proteção e conservação das edificações, dos sítios e das áreas de patrimônio cultural do mundo e seus respectivos entorno.
2005	Declaração de Paris	Declaração para a Conservação das Paisagens Históricas Urbanas
2005	Convenção de Faro	Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade
2005	As Conferências sobre as Mudanças Climáticas	Discutiu medidas de redução das emissões de gases na camada de ozônio e a mitigação do seu impacto no planeta.
2006	Declaração de Lisboa	Redes para o desenvolvimento territorial sustentável do continente europeu
2007	Relatório de Olinda	Sobre as Paisagens Históricas Urbanas nas Américas
2007	Carta de Bagé	Defesa das paisagens culturais em geral, do território dos Pampas, da fronteira.
2007	Carta Européia de Turismo Sustentável (Revisão)	Sobre o desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas
2008	Carta dos Itinerários Culturais	Investigação, salvaguarda, conservação e desenvolvimento dos Itinerários Culturais
2008	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	Conferência baseada em três princípios: análise da totalidade do ciclo de vida dos materiais, desenvolvimento do uso de matérias-primas e energias renováveis e a reciclagem de resíduos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de CURY, 2004 e SANCHES, 2008.

Pode-se observar que o número expressivo de cartas e recomendações sobre a salvaguarda do patrimônio cultural e natural, resultou com que esse conceito alcançasse um significado amplo e diversificado no Brasil e Mundo. Atualmente, a proteção do patrimônio cultural é vinculada, além dos monumentos históricos, aos conjuntos urbanos, obras de arte, parques naturais, objetos pré-históricos, tradições orais e imateriais da cultura popular e paisagens modificadas pelo ser humano ou não.

3.2.2. Aspectos da Legislação Federal e Estadual

A legislação de proteção do patrimônio cultural no Brasil surge na década de 1930, com a promulgação de um decreto-lei organizando o patrimônio histórico e artístico brasileiro e de uma lei criando o conselho consultivo que delibera sobre esse patrimônio. Nessa mesma década surgiram, quase coincidentemente, as primeiras leis de proteção à natureza brasileira. Essas foram expressas em códigos pioneiros como o Código das Águas, o Código da Minas, o Decreto de Proteção aos Animais e o primeiro Código Florestal. Também na mesma década dá-se a criação dos três primeiros parques nacionais brasileiros: Itatiaia, Iguaçu e Serra dos Órgãos (DELPHIM, 2008).

Delphim (2008) diz que, embora a preservação da herança cultural e natural do país já tivesse sido explicitada em 1930 e garantida por constituições de diversos períodos da história do Brasil, somente a Constituição Federal da República de 1988 definiu, de forma ampla e pormenorizada, o interesse pelo patrimônio natural e cultural do Brasil. Para tanto se utilizou, em seu texto, de dois diferentes capítulos.

O Capítulo III referente à Educação, Cultura e Desporto do Título VIII sobre Ordem Social, declara como patrimônio cultural brasileiro alguns conjuntos urbanos e sítios naturais, sendo a gestão atribuída a órgãos culturais. A Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 216, “define como patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material ou imaterial, incluindo o patrimônio paisagístico que merecem fazer parte do futuro.” (BRASIL, 2004).

O Capítulo VI sobre o Meio Ambiente trata da conservação da natureza sob um ponto de vista biológico. “A responsabilidade legal e administrativa pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado, pela preservação e restauração de processos ecológicos essenciais, pela

biodiversidade e pela integridade do patrimônio genético, como por unidades de conservação, tais como, parques nacionais e reservas ecológicas, é conferida aos órgãos ambientais.” (BRASIL, 2004).

Segundo o inciso III do artigo 23 da Constituição Federal, “é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.” (BRASIL, 2004). Isso significa que todos os entes políticos são competentes e responsáveis pela proteção dos bens de interesse cultural.

Em consonância com a política mundial, a Constituição reconhece que o patrimônio cultural do povo brasileiro é ingrediente de sua identidade e da diversidade cultural. Podendo também tornar-se um importante fator de desenvolvimento sustentado, de promoção do bem-estar social, de participação e de cidadania. A proteção que a Constituição pretende estabelecer abrange o fenômeno cultural em três dimensões, criação, difusão e conservação. E coloca-os sob a responsabilidade do poder público, em colaboração com a sociedade (GUIMARAES, 2004).

A pesquisa sobre a Legislação Federal Brasileira, desenvolvida em 2008 na disciplina Paisagem e Ambiente, ministrada pela Profa. Dra. Alina Gonçalves Santiago, do PósArq - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, resultou no quadro (Quadro 2) que reproduz um panorama geral da legislação no que se refere aos instrumentos de proteção do patrimônio cultural e natural, mais especificamente as leis que interferem de forma direta ou indireta nas paisagens.

Após análise da legislação existente no Brasil, constata-se que o país possui vasta quantidade de leis e decretos que têm por objetivo a proteção do patrimônio cultural e natural. Apesar das dificuldades e extensão territorial, percebe-se que o Brasil dispõe de instrumentos capazes de proteger a paisagem em seus mais variados aspectos.

Quadro 2: Legislação Federal Brasileira Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural

	LEGISLAÇÃO	
	CATEGORIA	CONTEÚDO
Cultural	Decreto-Lei Nº. 25, de 30 de novembro de 1937.	Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
	Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961	Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos.
	Constituição Federal de 1988 Capítulo III	O Art. 216. constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.
	Decreto Nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000.	Dispõe sobre o Registro de bens culturais de natureza imaterial.
	Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009.	Estabeleceu os termos legais que oficializam a chancela da Paisagem Cultural Brasileira como instrumento de proteção cultural.
Ambiental	Decreto Nº. 89.336/84	Sobre as atividades que poderão ser exercidas nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico – ARIE's.
	Lei Federal Nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 e suas alterações: Medida Provisória Nº. 2.166-67, de 2001, Decreto Nº. 5.975, de 2006, Lei Nº. 7.803, de 1989, e Lei Nº. 11.284, de 2006.	Código Florestal Brasileiro: define as Áreas de Preservação Permanente (APP) como área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
	Lei Federal Nº. 6938/81 e Lei Federal Nº. 8028/90	Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
	Constituição Federal de 1988 - Capítulo VI	O Art. 225 todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.
	Lei Federal Nº. 7.661, de 16 de maio de 1988.	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC que prevê, no artigo 3º, o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira dando prioridade à conservação e proteção dos sítios ecológicos de relevância cultural e naturais de preservação permanente, e monumentos que integrem o patrimônio natural, cultural e paisagístico
	Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente Nº. 002, de 16 de março de 1988.	Sobre as atividades em área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE
	Decreto Nº. 99.274, de 6 de junho de 1990.	Criação de reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental.
	Decreto Nº. 1.696, de 13 de novembro de 1995.	Criou a Câmara de Política de Recursos Naturais
	Decreto Nº. 1.922, de 5 de junho de 1996.	Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
	Lei Nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997.	Institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos
	Lei Federal Nº. 9.985 18 de julho de 2000.	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades.
	Moção CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente Nº. 081, de 03 de maio de 2006	Pela incorporação dos resultados dos estudos de viabilidade eco-social e econômica dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o planejamento equitativo das paisagens.
	Lei nº 9984/2000 de 17 de julho de 2000.	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
	Lei nº 9985/2000 de 18 de julho de 2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
	Lei nº 11428/206 de 22 de dezembro 2006.	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica, e dá outras providências"
Uso solo	Lei Federal Nº. 6766, de 19 de dezembro de 1979.	Dispõe sobre parcelamento do solo urbano
	Lei Federal Nº. 10.257 de 10 de julho de 2001.	Estatuto da Cidade

Fonte: Elaborado a partir de CITTADIN et al. (2010).

No estado de Santa Catarina, a Lei Estadual do Tombamento – Lei Nº. 5.846, de 22 de dezembro de 1980, com as alterações da Lei Nº. 9.342, de 14 de dezembro de 1993 (SANTA CATARINA, 2008) – em seu art. 2º diz que: “consideram-se de valor histórico ou artístico as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas que estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico ou religioso, bem como monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”.

O artigo nº 181 da Constituição de Santa Catarina enfatiza a importância em manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Além disso, afirma que é responsabilidade do Estado, preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético, proteger a fauna e a flora, definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, promover a educação ambiental entre outras ações (SANTA CATARINA, 1989). O artigo nº184 relaciona, ainda, as áreas de interesse ecológico que para serem utilizadas dependerão da autorização dos órgãos competentes, são a Mata Atlântica, Serra Geral, Serra do Mar, Serra Costeira, as faixas de proteção de águas superficiais e as encostas passíveis de deslizamentos.

3.3 O PROJETO ORLA

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima Brasileira – Projeto Orla apresenta como objetivo principal, introduzir uma ação sistemática de planejamento da ação local visando repassar atribuições da gestão deste espaço, atualmente responsabilidade do governo federal, para o município. Incorporando normas ambientais na política de regulamentação dos usos dos terrenos da marinha, buscando aumentar a dinâmica de mobilização social no espaço da orla.

O projeto surgiu da proposição de que a União repassaria, por meio de convênio, parte de suas atribuições e competências quanto à gestão desse espaço para os governos municipais, à medida em que esses apresentassem um plano de gestão detalhado (plano de intervenção), que

dê foco às normas ambientais e ao ordenamento de uso e ocupação da orla (PROJETO ORLA, 2002).

Este plano busca harmonizar as ações dos órgãos federais e estaduais, de modo a orientar uma atuação centrada no município, envolvendo o governo e a sociedade local. Para realizar essa tarefa, os gestores municipais são capacitados para a confecção e implantação do plano de intervenção da orla do município, composto de diagnóstico ambiental e socioeconômico, da elaboração de cenários de uso desejados e do estabelecimento de ações de planejamento para alcançá-los, incluindo a solução dos conflitos identificados.

Trata-se de uma ação conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, e pela Secretaria do Patrimônio da União vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Porém, deve ser elaborado pelos municípios com articulação entre o governo e a sociedade.

Para o Projeto Orla (2002) a metodologia baseia-se na adoção de modelo de diagnóstico fundamentado nos conceitos paisagísticos, passível de ser realizado rapidamente, sem grandes levantamentos temáticos e pouca elaboração cartográfica, enfim, uma metodologia viável graças à escala pouco extensa do espaço de intervenção: uma faixa delimitada em metros e não em quilômetros, como a zona costeira. A leitura monitorada da paisagem, associada ao conhecimento e experiência de técnicos e moradores da área, permite chegar a resultados bem consistentes em face das necessidades de conhecimento empírico para a gestão da orla. O diagnóstico paisagístico é completado por levantamento socioeconômico do município, destacando as atividades desenvolvidas na própria orla, ou dela dependentes. Enfim, o Plano de Gestão da Orla é composto por quatro etapas: Caracterização, Propostas de Ação, Estratégias para Execução, Estratégia de Acompanhamento e Avaliação.

Esse conteúdo teórico foi validado metodologicamente em cinco estudos de caso nos municípios de Tibau do Sul (RN), Vitória (ES), Florianópolis (SC), Aracaju (SE) e em quatro municípios litorâneos do Piauí: Luís Correia, Parnaíba, Cajueiro da Praia e Ilha Grande, devido aos diferentes níveis e arranjos político-institucionais existentes entre as esferas municipal e estadual, as características naturais e impactos ambientais em cada localidade, e as questões envolvendo o patrimônio

da União (PROJETO ORLA, 2002). Após estas aplicações foram introduzidas modificações técnicas e operacionais necessárias para chegar à proposta final do Projeto Orla.

Em Santa Catarina, segundo os técnicos da Secretaria do Patrimônio da União, os municípios que iniciaram o processo para desenvolver seu plano de gestão para orla de acordo com as diretrizes do Projeto Orla foram: Balneário Camboriú, Bombinhas, Florianópolis, Itapoá, Itapema, Itajaí, Navegantes e Porto Belo. A metodologia foi aplicada com sucesso em todos os municípios no que se refere às etapas de caracterização da paisagem, propostas de ação e estratégias para execução do plano de gestão. Porém, as etapas referentes à estratégia de acompanhamento e avaliação do plano não estão sendo desenvolvidas. Este fator dificulta que as ações definidas no projeto orla em cada município sejam implantadas corretamente, uma vez que está etapa é fundamental para o sucesso do plano de gestão, pois prevê a participação e acompanhamento integrados entre o poder público e os moradores locais.

3.4 A PAISAGEM

A paisagem é objeto de interesse de vários campos do conhecimento – filosofia, literatura, pintura, geografia, ecologia, arquitetura, urbanismo, arqueologia – e isto prova que nela coexistem as dimensões científicas, psicológicas, estéticas, que permeiam a objetividade e a subjetividade.

Teresa Alves (2001) revisa autores como Roger³, Buescu⁴ e Méo⁵ e escreve em Paisagem: em Busca do Lugar Perdido, que a palavra paisagem surgiu em 1493 quando o poeta Jean Molinet a utilizou para definir um quadro representando uma região. Cita o dicionário francês-latim onde Robert Estienne, em 1549, designa o termo paisagem como uma pintura sobre tela. Em 1553 a paisagem passou a significar a representação pictórica de uma vista, geralmente como fundo de quadro. Somente em 1690 que a palavra paisagem surge

³ ROGER A. (1997) - Court trai té du paysage. Ed. Gallimard, Paris.

⁴ BUESCU, H. (1990) – Incidências do olhar: percepção e representação. Caminho. Lisboa.

⁵ MEO, G. Di (1998) – Géographie sociale et territoires. Éd. Nathan, Paris.

como fato geográfico, aspecto de uma região, o território que se estende até onde a vista pode alcançar.

Bartalini (2008), afirma que a história da paisagem mostra exemplos de que a visão científica e a sensibilidade social não conseguem, sem artifícios, evitar a persistência do olhar estético. De qualquer forma, não seria necessário e vantajoso, que os fatores estéticos da paisagem, impusessem à própria paisagem, a separação da ciência e à alienação do mundo.

A paisagem, definida por Laurie (1986), é um espaço quando visto ou descrito em termos de suas características fisiográficas e ambientais, relacionadas com os impactos antropogênicos, e de grande importância nos estudos de planejamento. Já Forman e Godron (1986) definem a paisagem como uma superfície geográfica heterogênea, constituída por um grupo de ecossistemas que se repetem apresentando padrões semelhantes.

A partir da abordagem da ecologia de paisagens, Pivello e Metzger (2007) argumentam que o mosaico heterogêneo estará sendo visto através dos olhos do ser humano, de suas necessidades, anseios e planos de ocupação territorial. Como o ser humano age em amplas extensões de seu território, neste caso a ecologia de paisagens lida obrigatoriamente com escalas espaciais e, por conseguinte, temporais, amplas, podendo ter vários quilômetros quadrados.

Afonso (1999) entende que a paisagem quando tida na escala do pedestre “deve ser formada por lugares que nos lembramos para sempre, devido às suas características fisiográficas que servem de suporte para intervenção urbana, e o modo como este patrimônio material foi implantado. Sem atingir esta identidade, esta caracterização, não se pode dizer que uma cidade ou bairro tenha um caráter paisagístico”. (AFONSO, 1999 p.93).

Para Macedo (1993), “a paisagem pode ser considerada como um produto e um sistema. Como um produto por que é resultado de um processo social de ocupação e de gestão de determinado território. Como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total.” (MACEDO, 1993)

Observando as diferentes definições e idéias em relação ao significado do termo paisagem, PIRES (1993), demonstra enfoques

diferentes atribuídos ao termo: A paisagem puramente estética aludida à combinação harmoniosa de cores formas e dimensões. A paisagem geográfica e ecológica, aludida aos sistemas naturais que configuram a natureza e a paisagem cultural, aludida como cenário da atividade humana.

3.4.1. Paisagem Cultural

A primeira ciência humana a se interessar pelo estudo da paisagem foi a geografia, e dela surgiram duas correntes teóricas: a Geografia Cultural Tradicional que analisa a paisagem através de sua morfologia e a Nova Geografia Cultural que interpreta a paisagem com base em sua simbologia. Apesar de serem correntes opostas, ambas defendem que a paisagem é fruto da interação do homem com a natureza.

A Geografia Cultural Tradicional teve como precursores os geógrafos alemães Otto Schuter e Passarge que analisam as transformações da paisagem oriundas da ação do homem, introduzindo na geografia o conceito de paisagem cultural, em oposição à paisagem natural. Seus estudos se detinham apenas aos aspectos morfológicos da paisagem.

O geógrafo americano Carl O. Sauer, consolida a noção de paisagem como conceito científico, pode ser considerado o fundador da geografia cultural norte-americana. Em 1925, Sauer começa a investigar a paisagem como resultado da cultura humana. Sua publicação, *A Morfologia da Paisagem*, apresenta uma análise da paisagem em suas formas materiais, além de relacionar as formas naturais com os fatos culturais. (RIBEIRO, 2007). Ele usa como base os conceitos desenvolvidos por Schluter e Passarge e incorpora na análise da paisagem o fator tempo, afirmando que esta está em constante processo de transformação.

No final da década de 1960 surge uma nova corrente que valorizou a subjetividade na pesquisa geográfica e foi caracterizada como Nova Geografia Cultural. Segundo Ribeiro (2007), o movimento de renovação da geografia cultural teve o papel de incluir na agenda de pesquisa os aspectos intangíveis e subjetivos da paisagem. Dois de seus principais defensores foram Augustin Berque e Denis Cosgrove.

Berque afirma que a importância do estudo da paisagem está no fato de que ela nos permite perceber o sentido do mundo no qual estamos, “defende a paisagem como marca e como matriz, marca porque expressa uma civilização, mas também é matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, ou seja, da cultura, os quais canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza”. (BERQUE, 1998).

Para Cosgrove a paisagem é percepção do mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade. Em uma perspectiva simbólica, o geógrafo afirma que “a paisagem é um conceito valioso para uma geografia efetivamente humana, pois ao contrário do conceito de lugar, lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza”. (COSGROVE, 1998).

Esta abordagem realizada a respeito dos conceitos da Geografia Cultural é fundamental, pois tais reflexões estão presentes nos estudos ligados à preservação do patrimônio cultural e da paisagem.

A idéia de Paisagem Cultural, buscando uma visão integrada entre o ser humano e a natureza iniciou na década de 1980, “em 1992 especialistas se reuniram na França, a convite do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco para pensar a forma como a idéia de paisagem cultural poderia ser incluída na lista do Patrimônio Mundial, visando à valorização da relação entre o ser humano e o meio ambiente, entre o cultural e o natural. Com isso, a Unesco passou a adotar três categorias diferentes de paisagem para serem inscritas como patrimônio: (RIBEIRO, 2007) (Fig. 07).

a) Paisagem claramente definida: são classificados os parques e jardins. Pois são as paisagens desenhadas e criadas intencionalmente.

b) Paisagem evoluída organicamente: paisagens que resultam de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo. Está subdividida em duas categorias, paisagem contínua e paisagem relíquia ou fóssil.

b.1) Paisagem contínua segue seu papel social ativo na sociedade contemporânea, conjuntamente com modo de vida tradicional. Continua evoluindo, ao mesmo tempo em que exhibe a significativa evidencia material de sua evolução histórica.

b.2) Paisagem fóssil ou estática na qual o processo evolutivo chegou ao fim. Porém, suas características são visivelmente definidas em suas formas materiais.

c) Paisagem cultural associativa: tem seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da vida humana.



Paisagem Claramente Definida:
Palácio de *Versailles*, França.
Fonte: Barbara Blanchard, 2007.



Paisagem Evoluída Organicamente –
Contínua: Santuário de *Machu Picchu*,
Peru. Fonte: Francesco Badarin, 2010.



Paisagem Fóssil ou Estética:
Terraços de Arroz, Filipinas.
Fonte: Feng Jing, 2010.



Paisagens Associadas: Monte *Taishan*,
China.
Fonte: Martin Gray, 2010.

Figura 7: Categorias de Paisagem Cultural Adotadas pela UNESCO.

Fowler (2003), explica que o conceito de paisagem cultural pode ser via para o reconhecimento de estruturas ligadas a sociedades

tradicionais, historicamente marginalizadas na atribuição de valor como patrimônio mundial.

Do Projeto da Convenção Europeia de Paisagem, Capítulo I, Art. 1º, letra a, consta a seguinte definição: “paisagem designa uma parte do território tal qual percebido pelas populações, cujo caráter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e de suas inter-relações” (PORTUGAL, 2008).

No Brasil o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do ser humano com o meio natural, em que a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (BRASIL, 2009).

O objetivo desta chancela é atender o interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, interagindo com os instrumentos de proteção já existentes. Através da portaria é possível conhecer os procedimentos específicos e necessários para declarar um bem como paisagem cultural brasileira.

Para Delphim (2008), o valor de uma paisagem cultural resulta da sua função e de sua capacidade para reter marcas e registros antrópicos, o que compreende suas atividades passadas. O ser humano é um elemento significativo da paisagem, muitas vezes o principal. Desde a perspectiva cultural, a leitura e a compreensão da paisagem não se limitam ao espaço, também é temporal.

“Os limites entre a paisagem natural e a paisagem resultante da ação humana tornam-se cada dia menos evidentes. Paisagens tidas como produto da natureza, após acurados estudos, revelam-se conseqüências de razões antrópicas.” (DELPHIM, 2008)

Diante das diversas definições de paisagem, para efeito deste trabalho, considera-se paisagem como o território definido por suas características naturais e intervenções antrópicas, onde o ser humano habita e se relaciona com o meio ambiente, e que, além de valores ecológicos e descrições geográficas, tem significados sociais e culturais, e pode ser vista sob os seus aspectos estéticos ou cênicos.

3.4.2. Unidade de Paisagem

O conceito de paisagem cultural é entendido como um sistema passível de transformações, composto por elementos topográficos, pela fauna, flora e pela ação humana no decorrer do tempo. Este sistema pode ser subdividido em unidade de paisagem, que segundo Afonso (1999), “são como as regiões homogêneas da geografia, espaços que apresentam características semelhantes entre si, no caso determinadas por fatores físicos (naturais ou antrópicos) e culturais. Entre as características marcantes destas unidades de paisagem encontram-se os padrões de relevo, as malhas viárias e espaços públicos e os tecidos gerados pelas diferentes formas de apropriação do solo”. (AFONSO, 1999 p. 99).

Escada e Diógenes (2001) definem as unidades de paisagem como a parte perceptível num sistema de relações subjacentes que expressam distintos processos nos quais intervieram componentes naturais e atores sociais.

De acordo com Pippi (2004) as unidades de paisagem são definidas conforme as características físicas de uma região, tais como, uso do solo, valores paisagísticos e ambientais. Com tais análises é possível identificar as áreas mais significativas da paisagem e as mais sensíveis, estabelecendo assim, as diretrizes ambientais e paisagísticas para o planejamento urbano.

Na Espanha as paisagens se transformaram em peça fundamental para políticas de organização territorial e para políticas setoriais de caráter social, cultural e econômico. Nougué e Sala (2006) afirmam que através da Lei 8/2005 de Proteção, Gestão e Organização da Paisagem aprovada pelo Parlamento da Cataluña, estabeleceram-se os Catálogos de Paisagem da Cataluña que são considerados documentos de caráter técnico utilizados como ferramentas para a organização e gestão da paisagem.

Para aplicação e confecção dos catálogos, parte-se de uma visão integrada de paisagem, considerando sempre os componentes naturais e culturais conjuntamente, nunca separados. Atenta-se para o fato de que o Observatório da Paisagem, responsável pela elaboração dos Catálogos de Paisagem, utiliza os conceitos de paisagem cultural e unidades de paisagem para confeccioná-los. “A paisagem consiste em uma determinada área percebida pela população, cujo caráter é o resultado da

interação dinâmica dos fatores naturais, como por exemplo, relevo, hidrologia, fauna, flora e fatores humanos, com as atividades econômicas e com o patrimônio cultural. É concebida como uma realidade física e a representação que culturalmente fazemos dela. É a fisionomia geográfica de um território com todos os seus elementos naturais, antrópicos, e também, os sentimentos e emoções despertados nos momentos que a contemplamos. A paisagem é concebida nos catálogos como um produto social, a projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado desde a dimensão material, espiritual, ideológica e simbólica”. (NOUGUÉ E SALA, 2006).

De acordo com o conceito estabelecido pelo Catálogo de Paisagem da *Cataluña*, unidades de paisagem significam “porções do território com um mesmo caráter, caracterizadas por um conjunto de elementos que contribuem para que uma paisagem seja diferente de outra, e não melhor ou pior. Assim, as unidades de paisagem se baseiam, principalmente, nos elementos que estruturam um território, como montanhas, rios, ou a rede de caminhos e o modo como foram ocupadas. Porém, considerando que esta paisagem conta com uma dinâmica que contribuiu ou contribui para modelar a imagem atual e de acordo com a tradição cultural e história. O caráter da unidade dependerá da combinação de formas de relevo, ocupação do solo, organização do espaço, dimensão histórica, percepção ou das relações que se estabelecem entre a população e sua paisagem”. (NOUGUÉ E SALA, 2006).

O que define a diferença entre uma unidade de paisagem e outra é a forma como os elementos de paisagem estão agrupados. Estes elementos podem estar presentes em todas as unidades, porém seu caráter é diferenciado.

Sendo assim, entende-se que as unidades de paisagem são delimitadas e devem estar relacionadas ao ambiente, identificado como um contexto geográfico de relações. Os conceitos de paisagem cultural e de unidade de paisagem consideram sempre a paisagem humanizada, ressaltando que a mesma é dinâmica, se modifica no tempo de acordo com a influência de fatores naturais e da ação do ser humano, estando apoiada em um contexto cultural. As variáveis paisagísticas que servem para delimitar as unidades de paisagem são: os fatores fitogeográficos, os usos e ocupação do solo, a dimensão histórica da paisagem, as estruturas de paisagem natural ou construída, o estudo de visibilidade, a

detenção das dinâmicas recentes e tendências imediatas, e o sentimento de lugar.

Neste trabalho o conceito de lugar é estabelecido conforme Castello (2007) como um espaço qualificado que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais. Estes estímulos podem ser muito diversificados, segundo Castello (2007) pode-se dizer que a percepção de um lugar pode acontecer a partir da apreensão de estímulos da natureza sociocultural (história, tradição, modos de fazer), morfológico-imagética (estética, fama, representação de fantasias) ou frutivo-funcional (conveniência, prazer, utilidade), porém, todas resultantes da relação das pessoas com o ambiente, ou seja, o modo como são usados.

Os fatores aqui expostos contribuíram para que a delimitação das unidades de paisagem de Laguna fosse fundamentada no conceito definido por Nogué e Sala para os Catálogos de Paisagem da *Catalunã*. Pois a paisagem de Laguna é a expressão de como, historicamente, a sociedade local se apropriou da natureza para produzir uma cultura material e imaterial com íntima relação com as lagoas e com o mar. Este complexo formado por lagoas, rios e mar que assinalam fortemente a paisagem de Laguna, responsável pela principal fonte de renda do município, o pescador, pode ser considerado um corredor articulador de história, natureza e cultura. As unidades de paisagem de Laguna foram propostas a partir de áreas com características semelhantes e delimitadas por elementos naturais, como topografia, fauna, flora e por elementos relacionados à evolução urbana. Com isso, propõe-se a partir da aplicação de conceitos de unidade de paisagem, e por meio da identificação das diferentes unidades, estabelecer as paisagens culturais de Laguna.

4. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM DE LAGUNA

Como citado no capítulo referente às colocações metodológicas desta pesquisa, Nougé e Sala (2006) afirmam que a elaboração dos Catálogos de Paisagem da *Cataluña* consiste em cinco estágios que foram aplicados na paisagem de Laguna classificados como: Identificação e Caracterização da Paisagem, Avaliação da Paisagem, Definição dos Objetivos de Qualidade Paisagística, Estabelecimento de Diretrizes, Medidas e Propostas de Atuação, Estabelecimento de Indicadores de Seguimento.

Após aplicação dos cinco estágios, observou-se que a fase mais extensa e significativa da pesquisa foi a de Identificação e Caracterização que se dividiu em três etapas classificadas como: Fatores Naturais que Condicionam a Paisagem, Fatores Antrópicos que Condicionam a Paisagem e Unidades de Paisagem de Laguna. A partir da caracterização dos elementos naturais e antrópicos foram delimitadas as unidades de paisagem existentes no território de Laguna.

4.1. ELEMENTOS NATURAIS QUE CONDICIONAM A PAISAGEM DE LAGUNA ÂMBITO TERRITORIAL

As paisagens são resultado da interação de um grande número de agentes e processos, tanto naturais como humanos. Os elementos naturais constituem uma base territorial, uma matriz biofísica que as sociedades humanas modelam de acordo com as estratégias de aproveitamento do entorno natural, condicionado pelos sistemas culturais e socioeconômicos vigentes em cada período histórico. A grande capacidade de transformação do meio natural pode ser provocada pelos avanços científicos, tecnológicos e pela intervenção das pessoas que vivem e utilizam determinado espaço.

O litoral do estado de Santa Catarina até o Cabo de Santa Marta no município de Laguna forma-se a partir de um relevo que modela enseadas e pequenas baías. Em geral, a partir deste ponto as praias são extensas, retilíneas, bordejadas por dunas, lagunas e restingas, esta paisagem se modifica com os afloramentos de basalto na região de Torres (MACEDO, 1993).

Ab'Sáber (2007) faz uma setorização prévia do litoral brasileiro e classifica a região de Laguna da seguinte forma: “Região de praias sincopadas, entre esporões de maciços costeiros que foram paleoilhas. Pequenas lagoas no reverso dos maciços costeiros, entre feixes de restingas de antigas enseadas marinhas. Grandes possibilidades para o ecoturismo interno. Se bem gerenciado e conduzido. Presença de campos de dunas subatuais, fixadas por vegetação rupestre semi-arbórea, de grande biodiversidade, a serem melhor protegidas”. (AB’SÁBER, 2007)

Apesar de ter sofrido significativas alterações pela ação antrópica, o município de Laguna configura um quadro natural variado e importante, composto de praias, lagoas, promontórios, cordões de dunas, restingas, áreas urbanizadas, entre outras, formando uma paisagem que exerce grande admiração por parte dos moradores e visitantes.

4.1.1. Geomorfologia

Os principais fatores que condicionam as formas do relevo são a estrutura geológica, litológica e a ação dos agentes erosivos, resultado do clima predominantes no território. Os materiais que afloram em Laguna são de forças diversas. A dinâmica do relevo pode ser resultado da adequação do ser humano ao espaço. O que se configurou durante muitos anos pode ser facilmente alterado pela ação antrópica. O relevo de Laguna apresenta ondulações montanhosas na região nordeste, elevações menores a leste e extensa área plana no restante do município. Possui alta declividade nas regiões montanhosa e declividades suaves na área costeira (Fig.8). As elevações de Laguna pertencem a Unidade Geomorfológica da Serra do Tabuleiro que se caracteriza pela sequencia de serras dispostas de forma subparalela marcada pela dissecação que se acha em grande parte controlada estruturalmente, sendo o relevo marcado por encostas íngremes e vales profundos, favorecendo a atuação dos processos erosivos (DNPM, 1987).

Laguna possui elevações que apresentam cumeadas bem definidas na paisagem. É o caso do Morro da Pescaria Brava, localizado na região centro-oeste do município com 420 metros de altura. Na região noroeste, os morros Grande e Bananal possuem elevações que chegam a 220 metros. Já a leste aparecem morros e morrotes, Morro da Glória e Morro da Passagem da Barra, com 120 metros de elevação (Fig.8).

Pontos de deslizamento de terra são visíveis em muitas áreas do município de Laguna, causado pela interferência antrópica, como construções, solo exposto e desmatamento. A litologia da região favorece o deslocamento de massas, devido ao espesso manto que as rochas granitóides podem gerar. O maior problema é causado pelas fortes enxurradas que depositam o material nas lagoas e rios causando seu assoreamento e interferindo negativamente no sistema natural e na paisagem.

As declividades que não são impeditivas da ocupação oscilam entre terrenos quase planos, 0% a 15%. Porém, os terrenos com declividades de 0% a 5%, geralmente, são áreas de banhado onde se evidencia vegetação do tipo agrupamentos varzosos, são também áreas impróprias para ocupação humana. Aqueles onde já se necessita de um programa especial de projeto para ocupação, as declividades oscilam entre 15% a 45%. Já os terrenos que apresentam declividades superiores a 45%, podem ser utilizados para algumas atividades, como esportes, trilhas guiadas, mas as propostas devem ser sempre monitoradas e acompanhadas de projetos específicos.

As planícies, encostas suaves e alguns topos de morro possuem declividade entre 0% e 30%, isso corresponde, aproximadamente, a 94% do território do município, como pode ser observado no mapa de declividade (Fig. 8 e 9) onde a cor amarela representa estas áreas. O restante correspondente às encostas mais íngremes que possuem declividade acima de 30% (Fig.9), representado no mapa de declividade pela cor vermelha. Os locais com declividade superior a 30% são áreas inadequadas para ocupação urbana e para agricultura, o uso indevido dessas áreas acarretam problemas de erosão e deslizamentos, portanto, deve-se manter a cobertura vegetal existente.

Grande parte da área urbana do município esta localizada na zona leste do município com declividades diversificadas, contornando os morros, entre a lagoa e o mar. Nas planícies, onde se encontra a maior concentração urbana, a declividade varia de 0% a 5%. Nas encostas a declividade aumenta, em alguns pontos se encontram edificações em terrenos com declividade superior a 30%. Em Laguna, no limite com o Oceano Atlântico, encontra-se os promontórios do Cabo de Santa Marta Grande, Ponta da Galheta, Ponta da Barra e Ponta do Gi. Junto às lagoas de Imaruí e Santo Antonio, há o registro da Ponta da Laranjeira e Ponta do Daniel (Fig. 8).

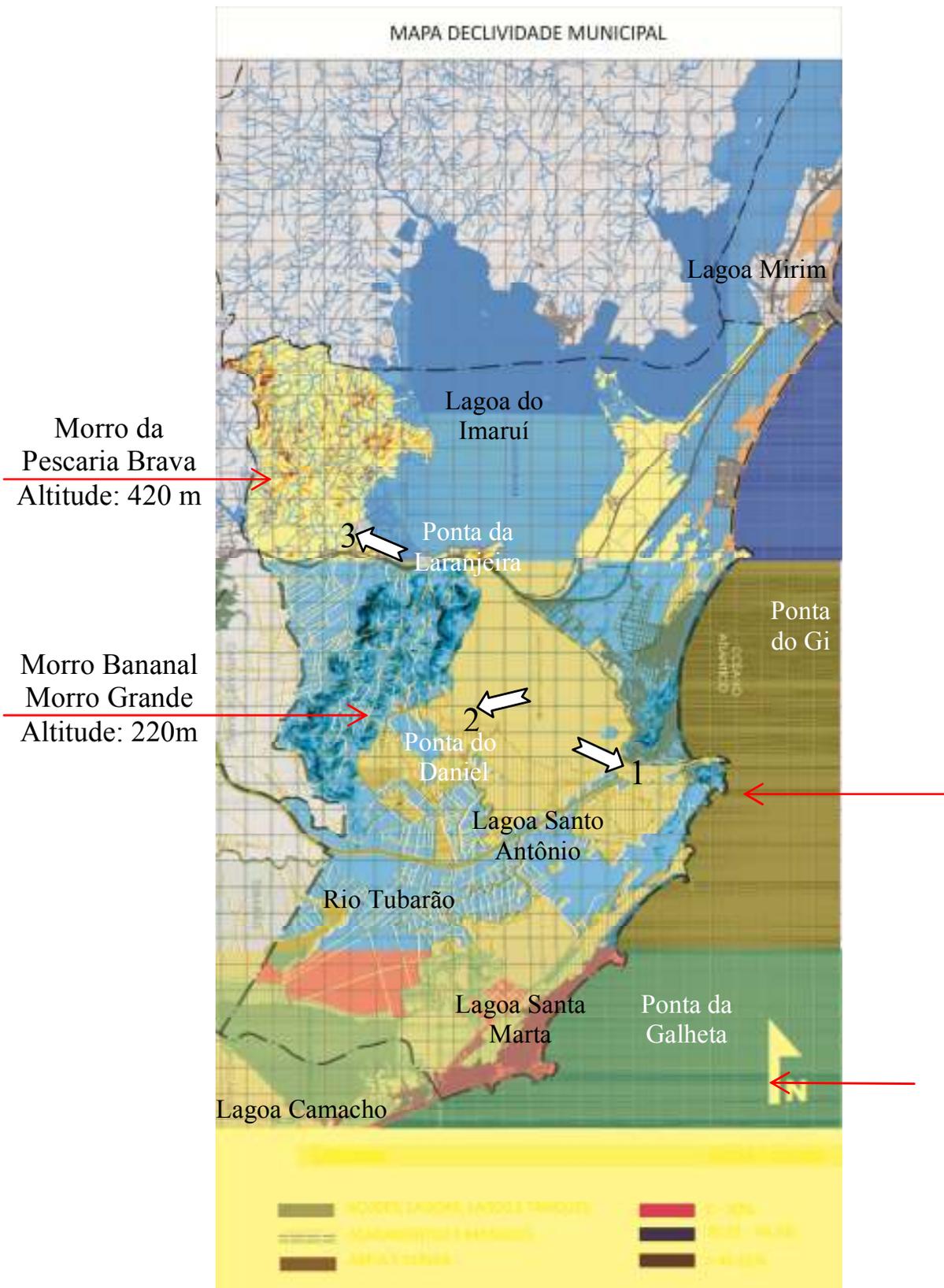


Figura 8: Mapa de Declividade do Município de Laguna
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Hardt-Engemin, 2009.

Morro do Gi

Morro da Glória

Passagem da Barra



1. Elevações existentes na zona leste de Laguna.

Morro do Bananal e Morro Grande



2. Elevações existentes na zona noroeste de Laguna.

Morro da Pescaria Brava



3. Elevações existentes na zona centro-oeste de Laguna.

Figura 9: Elevações existentes em Laguna. Fonte: Acervo próprio, 2010.

O Cabo de Santa Marta em Laguna é um importante marco da costa brasileira, é o ponto de divisão de duas grandes feições do litoral (Ekau & Knoppers, 1999): a Costa Granítica do Sudeste (ao norte do Cabo de Santa Marta) e a Costa Quarternária do Sul (ao sul do Cabo de Santa Marta). A plataforma continental nesta região é extensa, atingindo

mais de 100 km e a planície costeira apresenta mais de 60 lagoas, destacando-se a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul.

Na região de Laguna encontram-se exemplos de interação entre fácies costeiras quaternárias no Brasil. Estas fácies apresentam-se organizadas segundo quatro tipos de sistemas deposicionais: lagunar, barrabarreira, planície costeira e eólico. O sistema lagunar inclui a desembocadura do rio Tubarão, maior delta interior do país, e o sistema eólico abrange exemplos raros de dunas quaternárias, de diferentes gerações, empoleiradas sobre obstáculos rochosos (GIANNINI, 1993). Envolve ainda praias, restingas, mangues, cordões de dunas, promontórios, lagoas e lagunas, normalmente entremeados por pequenos morros e margeados pela Serra do Leste (Fig.10).

Os sedimentos de planície costeira foram originados a partir dos processos gravitacionais gerados por oscilações climáticas e relacionadas as flutuações relativas ao nível do mar ocorridas durante o quartanário. A planície é constituída de rochas graníticas do embasamento cristalino e sedimentos continentais dos depósitos fluviomarinhos. Os sedimentos siltico-argilosos e as areias finas quartzosas resultam de processos relacionados às dinâmicas fluvial e litorânea, constituem o componente geológico fundamental da planície. Possuem quatro tipos de Modelados de Acumulação. Na região seguindo a linha de costa ocorre uma Acumulação Eólica, sendo formado por depósitos de origens diversas, remodelado pelo vento, apresentando formas características de dunas. Entre os morros da região noroeste ocorre uma acumulação Colúvio-Aluvionar, sendo uma área plana resultante da convergência de depósitos de enxurradas nas partes terminais de rampa de sedimentos. Ao lado deste modelado, entorno da lagoa de Imarui e na região sudeste entorno da lagoa de Santa Marta ocorre um Terraço Lacustre, sendo uma área plana resultante de processos de acumulação lacustre, apresentando ruptura de declive em relação à planície lacustre recente em consequência da variação de nível marinho. O restante do município é formado por Acumulações Lacustres, sendo uma área plana resultante de processos de acumulação lacustre periodicamente inundada, podendo comportar diques marginais (FARIAS, 2005) (Fig.10).

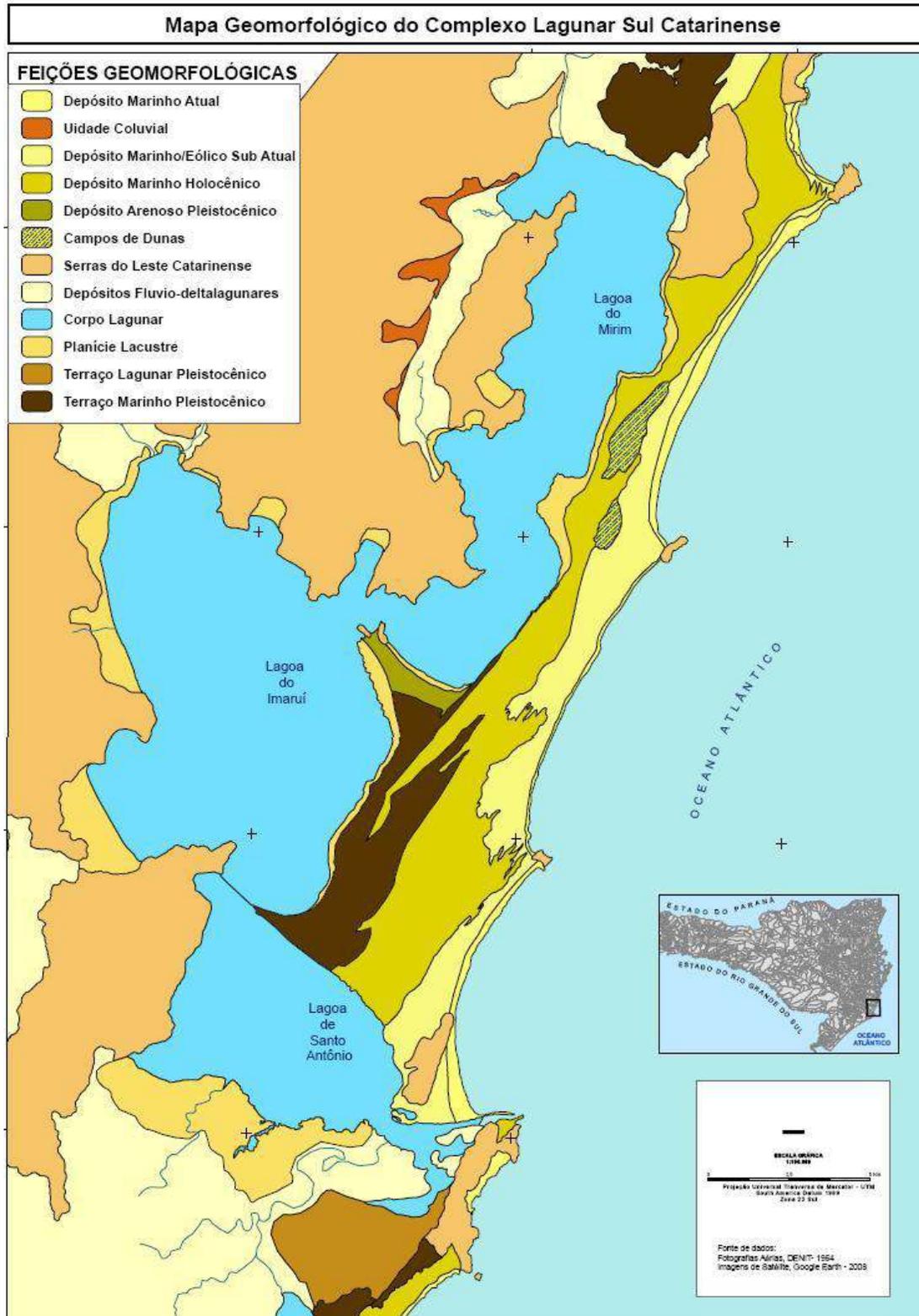


Figura 10: Mapa Geomorfológico do Complexo Lagunar Sul Catarinense.
Fonte: Machado e Ayla, 2010.

4.1.2. Hidrografia

As principais bacias hidrográficas do sul do estado de Santa Catarina são as dos rios Tubarão e D'una, sendo que o Rio Tubarão é o principal contribuinte do aporte fluvial no Complexo Lagunar do Sul Catarinense. Nasce na encosta da serra geral no município de Lauro Muller, após percorrer uma distância de 120 Km e drenar uma área de 5.640 Km² com vazão média estimada em 50 m³ (SDM, 1997), desemboca na Lagoa de Santo Antônio no município de Laguna. A foz do rio Tubarão apresentava traçado sinuoso (Fig. 11), despejando areia e vegetação trazida em seu percurso, na Lagoa Santo Antonio.

Após a enchente de 1974 que destruiu a cidade de Tubarão, o leito do Rio Tubarão foi retificado, modificando consideravelmente seu traçado (Fig.12). Os sedimentos retirados da retificação foram depositados nas áreas de marismas gerando a alteração deste ambiente com função natural de berçário de animais marinhos. Com o aterramento destas áreas inicia-se o processo de ocupação e urbanização, transformando a paisagem da região, principalmente nas áreas próximas ao Bairro Magalhães, surgem então na década de 1980 a comunidade Vila Vitória. A retificação do rio Tubarão foi uma dos principais fatores responsáveis pela transformação da paisagem do complexo lagunar, principalmente, nas questões relativas ao fluxo das águas, também não constatou-se outras enchentes com alto nível de destruição como a de 1974.

Localmente Laguna divide-se em três microbacias hidrográficas: a de Itapirubá localizada na porção nordeste do município junto a linha da costa, a bacia do rio Jaguaruna, rio Congonhas e rio da Madre localizada na porção oeste e a bacia do rio Sambaqui Pequeno e Córrego do Matuto fazendo divisa com o município de Capivari de Baixo.

Em Laguna destaca-se um conjunto de lagoas, sendo as principais, a Lagoa de Santo Antonio com uma área de 33,85 Km², a Lagoa de Imaruí com área de 86,32 Km², a Lagoa do Mirim com área de 63,77 Km², a Lagoa Santa Marta e a Lagoa do Camacho com área de 22,94 Km². Estas lagoas são interligadas e têm nas barras de Laguna e Camacho suas únicas ligações com o oceano Atlântico (PROVIDA- vol. I, 1994). A barra de Laguna tem maior dimensão e é o acesso ao porto pesqueiro do município. Além destas lagoas existem outras em menor proporção que são a Lagoinha Primeira, Lagoinha Segunda, Lagoa do

Lino, Lagoa Gamboa dos Paus, Lagoa Gamboa Grande, Lagoa da Manteiga e Lagoa do Ribeirão Pequeno.

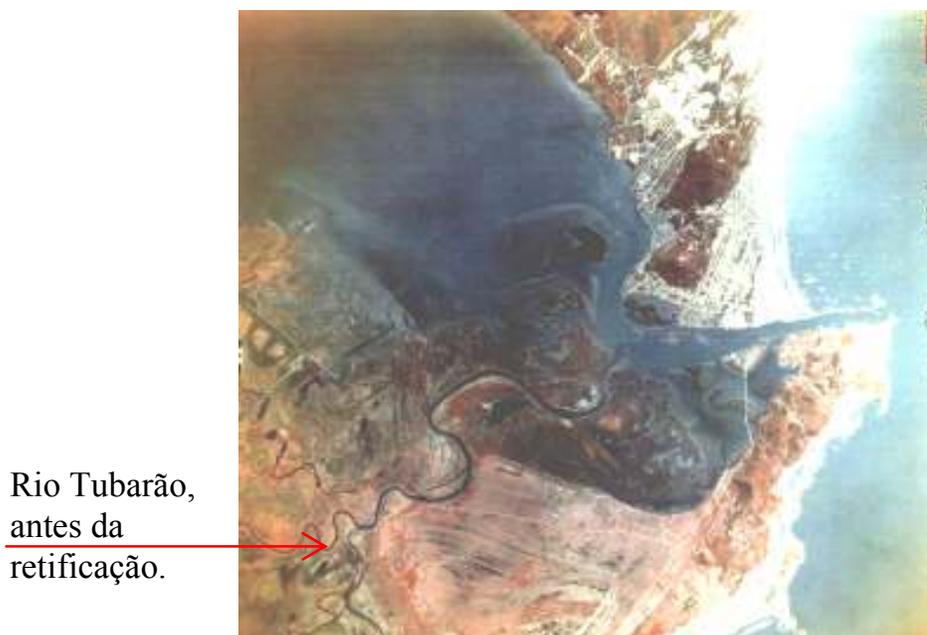


Figura 11: Foz do Rio Tubarão, desembocando na Lagoa de Santo Antônio, 1978. Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento Governo do Estado de Santa Catarina, 1978.



Figura 12: Foz do Rio Tubarão, desembocando na Lagoa de Santo Antônio em 2010. Fonte: AERO IMAGEM S.A, 2010.

Os principais aportes de água doce nestas lagoas são: os rios Tubarão e Sambaqui na Lagoa de Santo Antonio, os rios Aratingaúba e

Siqueira na Lagoa de Imarúi e os rios D'Una e Mané-Chico na Lagoa Mirim. Na lagoa do Camacho/Garopaba do Sul o principal aporte fluvial atualmente é o Rio Congonhas, que deságua em sua porção oeste. (SANTA CATARINA, 1997). Além destes aportes fluviais, Beltrame (2003), afirma que a lagoa do Camacho/Garopaba do Sul recebe ainda a contribuição de águas doces provenientes de um canal que faz conexão com a Lagoa da Manteiga e aportes subterrâneos de parte da planície deltaica do Rio Tubarão. O mesmo autor ainda afirma que o escoamento destas águas se dá preferencialmente pela Barra do Camacho e secundariamente através de um sistema de canais que a conecta com a Lagoa de Santa Marta e Rio Tubarão.

No município de Laguna observam-se extensas áreas alagadiças no entorno da lagoa do Ribeirão Grande, Garopaba do Sul, Camacho, Gamboa, além das áreas próximas ao Canal do Amorim, Canal de Jaguaruna, no rio da Barra do Camacho e na foz do Rio Tubarão. Estão sujeitas também, a inundações e alagamentos, áreas localizadas na porção sul da Lagoa de Santo Antônio, próximo à foz do rio Tubarão, Carniça e Ribeirão Pequeno.

4.1.3. Dunas

As dunas são estruturas móveis resultantes da acumulação de areias transportadas pelo vento, nas quais as plantas têm um papel fundamental no seu processo de formação. Constituem ecossistemas costeiros que estabelecem a transição entre os sistemas marinho e terrestre e são uma barreira natural de proteção à paisagem humanizada adjacente.

De acordo com a EMBRAPA (1998), as dunas integram unidades cartográficas por tipos de terrenos, não por solos, correspondem a extensos campos de dunas e praias encontradas na faixa costeira e entorno de lagoas e lagunas, que têm como principal agente a formação do vento.

As dunas, geralmente, apresentam formas diferenciadas de acordo com a intensidade e direção do vento, e com a quantidade de material solo. Os principais tipos são: dunas longitudinais de tamanho elevado e alongada de acordo com a direção do vento, dunas barcanas com tamanho médio e formas crescentes, oblíquas a direção do vento e as dunas transversais com altura baixa, perpendiculares a direção do vento.

Em Laguna destacam-se dois campos de dunas. Na porção sul do município encontram-se dunas transversais e barcanas a partir da praia de Ipoã até o Farol de Santa Marta e após o Farol até a barra do Camacho. O outro se encontra ao norte, na região da Praia do Gi, caracterizadas como dunas transversais (Fig.13).



Praia da Galheta



Praia Grande



Praia do Cardoso



Farol de Santa Marta

Figura 13: Dunas transversais e barcanas existentes em Laguna.

Fonte: Acervo, próprio, 2010.

Segundo levantamentos realizados pela equipe que está elaborando o plano diretor municipal de Laguna, nos dois casos predominam as dunas transversais e barcanas, cujas cristas possuem sentido WNW-ESSE, o que indica que os ventos responsáveis pela deposição possuem sentido NNE para SSE. Este mesmo sentido representa o avanço do sistema eólico de transporte de sedimentos na maioria dos campos de dunas avaliados na porção sul do litoral de Santa Catarina.

4.1.4. Vegetação

O estado de Santa Catarina está inserido no Bioma Mata Atlântica, atualmente reduzido a 8% da área original, sendo considerado uma das regiões mais ameaçadas em termos de biodiversidade, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2000).

Klein (1978), afirma que dentre as formações que integram a Mata Atlântica na região Hidrográfica do sul do estado Santa Catarina estão parcelas da Floresta Tropical Atlântica (Floresta Ombrófila Densa), Floresta de Araucária e Faxinais (Floresta Ombrófila Mista) e a Vegetação Litorânea (Formação Pioneira). O autor ainda afirma que a formação vegetal originalmente reconhecida para o município de Laguna é composta pela Vegetação Litorânea e Floresta Tropical da Encosta Centro-Sul, atualmente, profundamente alteradas pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias e pelo crescimento urbano.

A vegetação litorânea compreende associações vegetacionais influenciadas pelo Oceano Atlântico e pelas condições do solo formadoras de diferentes habitats. Na faixa litorânea os agrupamentos vegetais estão estabelecidos sobre diversos ambientes: os vasosos, encontrados nas reentrâncias do mar e na foz dos rios com o oceano, como manguezais e marismas, os arenosos, encontrados nas praias com dunas móveis e fixas, terrenos baixos, fixados e mais compactos, além dos rochosos.

A Floresta Tropical do Litoral e Encosta Centro-Sul se estende do sul da Serra do Tabuleiro até a região da bacia hidrográfica do rio Tubarão, incluindo uma porção ao norte do município de Criciúma. Limita-se a leste pelas formações litorâneas da faixa costeira e a oeste pelas escarpas da Serra Geral. Esta faixa é caracterizada por encostas íngremes nas ramificações da Serra do Tabuleiro. As árvores possuem troncos geralmente tortuosos, relativamente baixos e copas largas. Verifica-se que o porte das árvores das matas das encostas, normalmente, não ultrapassa a 30 metros de altura, sendo que ocorrem em regiões onde a declividade permite a distribuição das espécies em diferentes níveis, possibilitando o acesso à luz. (KLEIN, 1984).

De acordo com o relatório técnico do mapeamento temático geral do Estado de Santa Catarina, realizado pela GEOAMBIENTE (2008), atualmente, o município de Laguna apresenta 6,5% do seu território com remanescente da Floresta Tropical Atlântica em estágio médio e

avançado de regeneração. Estes remanescentes são ainda avistados em áreas próximas a adensamentos urbanos como no Morro do Inhame, próximo ao balneário Mar Grosso, no Morro da Glória, próximo ao centro da cidade, nos morros da Passagem da Barra, Praia do Gravatá e Praia da Tereza. Os remanescentes da Floresta Tropical Atlântica são encontrados nas áreas rurais do município, nas encostas das localidades de Sertão do Santiago, Estiva, Laranjeira, Bananal, Morro Grande, Figueira, Ponta do Daniel e em menor quantidade na localidade de Pescaria Brava, esta vegetação é responsável pela proteção e manutenção das águas nascentes desta região (Fig.14).



Remanescente da Floresta Tropical Atlântica, Morro da Glória.



Remanescente da Floresta Tropical Atlântica, Morro da Passagem da Barra.

Figura 14: Remanescente da Floresta Tropical Atlântica Laguna.

Fonte: Acervo particular de Fábio Gonçalves, 2005.

Klein (1984) refere-se à vegetação de restinga como uma faixa estreita, influenciada pelo mar onde predomina o fator edáfico, formando dois agrupamentos predominantemente distintos, a vegetação das praias e das dunas.

Os remanescentes da vegetação de restinga ocorrem em 21,1% do território de Laguna (GEOAMBIENTE, 2008). São encontrados na face norte do município, próximo à Br 101, entre as praias do Gi, do Sol e Itapirubá. Ao sul são encontrados entre a praia do Ipoã e a lagoa de Santa Marta, além das dunas da praia da Galheta, Farol de Santa Marta e Cigana. São avistados também, entre os cursos de água que ligam a lagoa do Santo Antonio e a lagoa de Santa Marta.

Segundo Beltrame (2003) a vegetação costeira pode ser subdividida de acordo com o tipo de habitat em agrupamento e associações vegetais muito características:

a) Agrupamentos Varzosos: são localizados em baías, reentrâncias do mar e desembocadura dos rios onde estão os manguezais. No delta do rio Tubarão verifica-se a presença do mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) (KLEIN, 1978 e 1984). Para Dorneles et al. (2006), o mangue branco é uma espécie indicadora de ambientes arenosos, novos e não estabilizados. Na lagoa de Santo Antônio, na foz do rio Carniça, no entorno do rio Sambaqui e nas ilhas fluviais próximas às localidades da Ponta do Daniel, Ribeirão Pequeno e Parobé é visível à presença de capins praturas (*Spartina densiflora* e *Spartina alterniflora*), além da presença de um pequeno manguezal (SORIANO-SIERRA, 1991) (Fig.15).

b) Vegetação de praia: segundo Beltrame (2003) é limitada pela ação das marés, de porte herbáceo, rasteiro e ralo, que vai se adensando à medida que avança sobre as dunas mais afastadas do mar. Dentre as principais espécies encontradas em Laguna estão a batateira-de-praia (*Ipomoea pes-caprae*), erva-capitão (*Hydrocotyle bonariensis*), grama-de-praia (*Paspalum vaginatum*) e margarida-da-praia (*Senecio crassiflorus*) (Fig.15).

c) Vegetação de dunas semi-fixas: segundo Klein (1984) é composta por vegetação lenhosa arbustiva, caracterizada por grande uniformidade fitofisionômica, entremeados por vegetação como herbácea de gramíneas, ciperáceas e bromeliáceas. Na praia do Sol, Galheta, Farol de Santa Marta, Cardoso e Cigana encontram-se diversas vegetações de dunas móveis e semi-fixas, destacando a aroeira-vermelha (*Schinus terebintifolius*), erva de santa-maria e quaresmeira com altura aproximada de 1,50 metros. Esta vegetação apresenta-se ameaçada devido à introdução de espécies exóticas para fixação das dunas e crescimento das áreas urbanizadas. O butiazeiro (*Butia capitata*) está

presente em diversas partes do município por isso é considerado vegetação símbolo de Laguna, está classificado entre as espécies arbustivas, formados por agrupamentos contínuos com moitas intercalados em locais menos densos, sendo constituída por arbustos de 1 a 5 metros de altura. Além do butiazeiro encontra-se a aroeira (*Lithraea brasiliensis*), capororoca (*Rapanea parvifoli*), maria-mole (*Guapira opposita*) e o guararamirim (*Gomidesia palustris*). Nas localidades de Bentos, Caputera e Areia Vermelha, próximo a Br101 norte, verifica-se a presença de vegetação de restinga arbórea predominando arbustos de 2 a 3 metros de altura e árvores com até 15 metros, destacando-se espécies como mangue-formiga, canela da praia, além de vários gêneros de bromélias (Fig.15).

d) Vegetação que se desenvolve sobre rochas: são encontradas próximas a praia do Iró e Pedra do Frade. Predominam a figueira mata-pau (*Coussapoa schottii*), bromeliáceas rupícolas do gênero *Dyckia e Aechmea*, cactáceas como a arrumbeva (*Opuntia arechchvelatai*) e o mandacaru (*Cereus peruvianus*) (KLEIN, 1978) (Fig.15).

e) Vegetação que se desenvolve em pequenas lagoas permanentes: encontradas nas lagoas de Santa Marta e Camacho, é visível a presença de macrófitas aquáticas anfíbias, representadas pelo junco (*Scirpus californicus*), sempre-viva, piri (*Fuirena robusta*), tiriça (*Heliocharis geniculata*), taboa e gramas de banhado. SORIANO-SIERRA (1991) afirma que estes marismas ocorrem nas proximidades dos rios que desaguam na lagoa de Santo Antônio e lagoas do complexo, cita espécies fanerogâmicas⁶ predominantes desses ambientes nas lagoas do Mirim e do Estreito do Perrixil, do Ribeirão Grande, de Santa Marta, do Camacho, Garopaba do Sul e da Manteiga. Segundo Beltrame (2003) os marismas⁷ do complexo lagunar sul-catarinense apresentam 35 espécies pertencentes a 32 gêneros e 23 famílias (Fig.15).

Além do mosaico variado de formações vegetais, ainda encontra-se no município de Laguna na região de Campos Verdes, a vegetação herbácea alterada por processos antrópicos e pastagens. É formada basicamente por vegetação herbácea forrageira com diferentes níveis de presença de espécie típicas de pisoteio, mescladas com moitas de espécie pioneiras, recolonizadas da mata de restinga e de espécies exóticas.

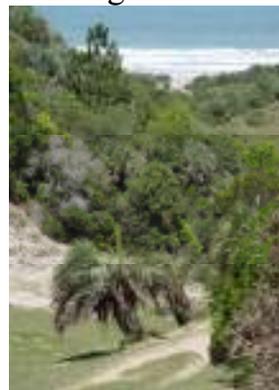
⁶ Grupo vegetal cujo os órgãos são bem evidentes.

⁷ Terreno alagadiço à beira de mar ou rio.

Espécies exóticas introduzidas no município estão sendo encontradas em quintais residenciais, áreas mineradas e ao longo das vias públicas. São vegetações frutíferas, ornamentais, para de produção de lenha ou que servem de barreira ao vento. A espécie Casuarina, oriunda da Austrália, vem sendo introduzida na região com intuito de fixar as dunas móveis.



Vegetação que se desenvolvem em áreas alagadas.



Vegetação de dunas semi-fixas.



Vegetação que se desenvolve sobre rochas



Vegetação de áreas alagadas

Figura 15: Espécies de vegetação litorâneas encontradas em Laguna.
Fonte: Acervo próprio, 2010.

4.2. ELEMENTOS ANTRÓPICOS APARTIR DO PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PAISAGEM DE LAGUNA

A paisagem atual de Laguna é resultado da ação conjunta e prolongada, ao longo do tempo, de fatores bióticos e abióticos sobre o território. O ser humano contribui diretamente para a configuração da paisagem, convertendo-se no principal agente de transformação. Assim, as diferentes culturas que se estabeleceram no território fazem uso da paisagem e se convertem em um elemento essencial de sua realidade social, intervindo com mais ou menos intensidade sobre as condições da paisagem.

4.2.1 A Paisagem e a Ocupação do Território pelos Povos Sambaquianos, Grupos Jês e Guaranis

A excepcionalidade da paisagem de Laguna reside na coexistência do ecossistema local, pois vestígios da ocupação humana estão presentes na paisagem da região sul de Santa Catarina, ocupada há aproximadamente 6.000 anos por diferentes grupos que nos legaram parte de sua história através dos vestígios materiais, líticos, cerâmicos, restos alimentares e sepultamentos (Fig. 16). Os sítios encontrados com mais frequência são os sambaquis e alguns indícios da presença de grupos Jê.

A palavra sambaqui deriva, segundo Prous (1992), da junção de duas palavras da cultura Tupi: tamba (concha) e Ki (amontoado). Espalhados por quase toda a costa brasileira, os sambaquis caracterizam-se por apresentar padrões monticulares de até 50 metros de altura com alta concentração de conchas da fauna local, dispostos ao redor de áreas que abrigaram – ou em alguns casos, como o do Complexo Lagunar, que abrigam até hoje – sistemas lagunares ou estuarinos (DeBlasis et al., 2007).

Em Laguna, encontramos mais de 40 sítios arqueológicos cadastrados no banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil, 2008), a grande maioria está localizada às margens do mar, lagoas e rios. (Fig. 17).

Beck (1971) afirma que os sítios arqueológicos do litoral sul de Santa Catarina foram estudados com mais intensidade a partir da década

de 1950 possibilitando a coleta sistemática de dados e a comparação com outros dados obtidos em diferentes regiões litorâneas do estado.

“As populações pescadoras-coletoras, que deixaram marcos paisagísticos que ainda hoje se destacam na paisagem litorânea do sul catarinense, habitavam nas planícies sedimentares do litoral junto às lagoas, lagunas e desembocaduras dos rios - zonas ricas em peixes, moluscos e crustáceos que constituíam a sua principal alimentação. Utilizavam as cascas dos moluscos na construção de terraços para terem um lugar seco na planície alagadiça que serviria para o sepultamento de seus mortos, locais habitacionais, ou simplesmente grandes monumentos que evidenciavam o poder local.” (GASPAR et al 1999; DEBLASIS et. al, 1998).



Sambaqui Carniça



Sambaqui Ypoã



Oficina lítica da praia da Galheta



Vasilhame de sitio ceramista

Figura 16: Patrimônio Arqueológico de Laguna.

Fonte: Acervo pessoal, 2009.

“Na década de 1960 o padre João Alfredo Rohr inicia uma severa campanha de preservação dos sambaquis que até hoje é lembrada pelas mineradoras de concha”(GASPAR, 2004 p.18). Fato registrado através de iconografia e relatado por moradores da região.

Estudos acadêmicos envolvendo universidades como USP, UFRJ e UNISUL são realizadas na região e revelam características essenciais da ocupação sambaqueira na região sul. Para Giannini (1993), o local onde hoje é identificado como região da ilha de Laguna é designado como paleolaguna de Santa Marta, compreendendo toda a região no entorno das lagoas que se estendem além do município de Laguna, em Tubarão e Jaguaruna.

Farias (2009), afirma o Projeto Sambaquis e Paisagem⁸, mostram que o padrão de assentamento sambaqueiro envolve também um número expressivo de pequenas estruturas, ou seja, pequenos sambaquis, os quais se distribuem de maneira eminente ao redor e entre os grandes sambaquis, vários dos quais trazem as primeiras evidências um pouco mais consistentes do que está sendo considerado, a priori, como áreas habitacionais sambaqueiras. Devem-se considerar também os sítios Guarani e Jê que na maioria das vezes aparecem próximos aos sambaquis.

Embora alguns sítios arqueológicos do município de Laguna tenham sido destruídos ou mutilados nas décadas de 1950 a 1980, ainda existem muitos em bom estado de conservação. Observa-se que a maior concentração de sítios arqueológicos é encontrada na porção mais ao sul do território, especificamente na comunidade denominada como Ilha de Laguna, este é um dos principais fatores a ser considerado quando do estabelecimento de critérios para proteção e gestão da paisagem. Pois, o processo de urbanização e a pressão imobiliária existente na região são as maiores ameaças encontradas para a proteção destes sítios (Fig.17).

No âmbito paisagístico, os sítios arqueológicos existentes no município de Laguna, formam um conjunto relevante ambientalmente e esteticamente belo, pois, estão inseridos em um espaço composto por extensos cordões de dunas, promontórios, costões, vegetação de

⁸ Projeto de pesquisa desenvolvido no litoral sul de Santa Catarina desde 1997, responsável por mudanças nos conceitos e teorias que circulam sobre os sambaquis desde o final do século XIX. Sob coordenação dos arqueólogos Dr. Paulo Deblasis do Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) e Dra. Maria Dulce Gaspar do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ).

restinga, lagoas e lagunas, merecendo ser preservada para que as futuras gerações as conheçam. O valor de uma paisagem cultural resulta de sua função e de sua capacidade para reter marcas e registros antrópicos, o que compreende suas atividades passadas e a presença do ser humano é um dos elementos mais significativo da paisagem.

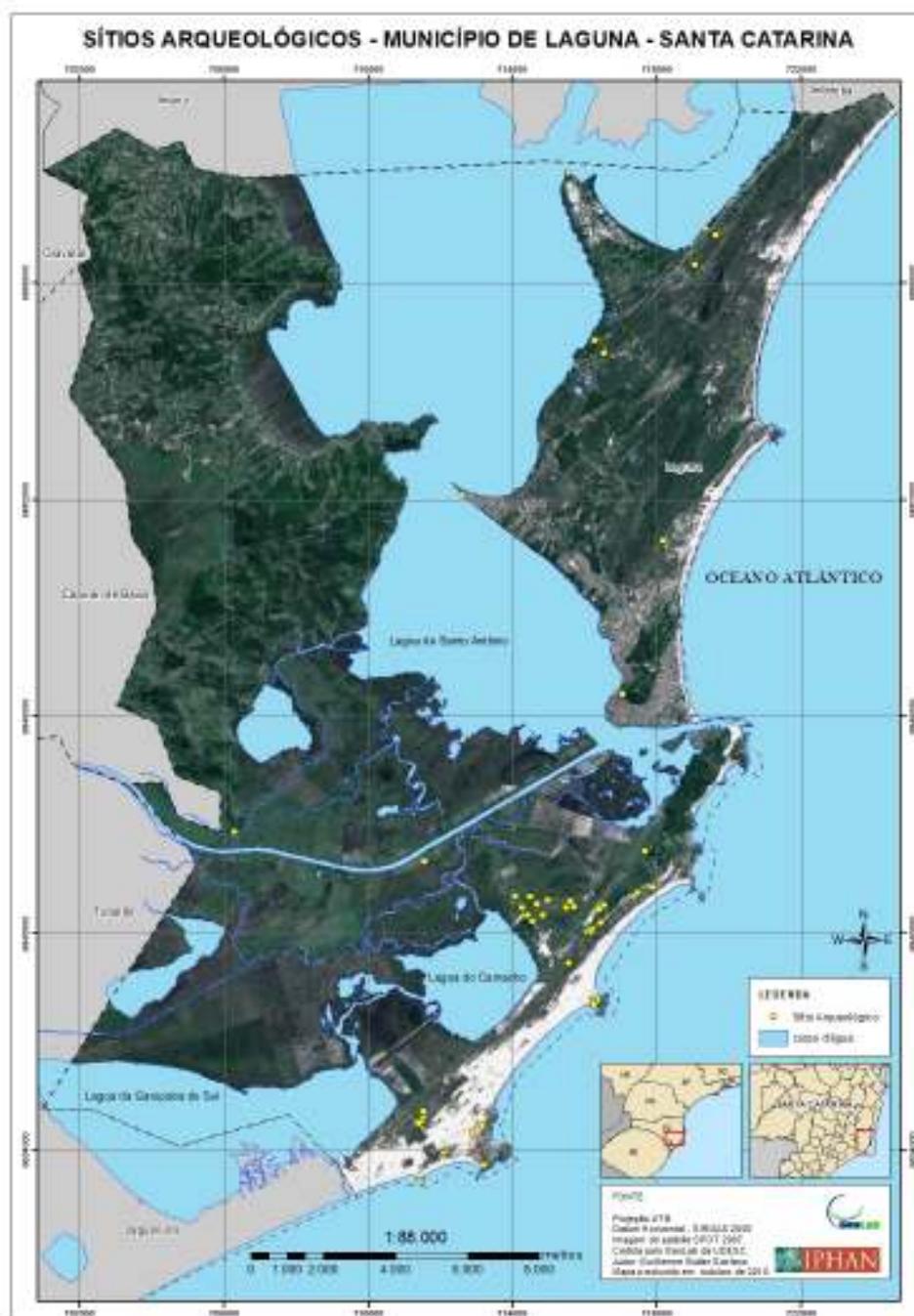


Figura 17: Mapa dos Sítios Arqueológicos de Laguna.
Fonte: Scofano, 2010.

4.2.2 A Paisagem de Laguna com Ocupação do Território pelos Europeus

No final do século XV inicia-se a ocupação das terras ao sul do Brasil pelos europeus e a partir do povoamento de Laguna, deu-se a ocupação das terras do Rio Grande do Sul. Após o tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha em 1494 a região sul passa a ser disputada entre os dois países. Porém, o tratado não resolveu tecnicamente a disputa já existente, com as novas descobertas territoriais os interesses se despertaram (Fig.18). “No Brasil, a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas seguia ao norte, o meridiano que passa por Belém do Pará e ao sul por Laguna. O território de Laguna era o ponto de divisão, ao sul, das terras espanholas e portuguesas” (CABRAL, 1970, p.17).



Figura 18: Mapa do Tratado de Tordesilhas.
Fonte: Soares, 1939.

Pode-se afirmar que a paisagem natural de Laguna atraiu as empresas europeias de navegação, devido ao local ser considerado um atracadouro natural, por ser ponto de inflexão de correntes marinhas e ventos. Este fato condicionou a ocupação e humanização da região. Pelo que se pôde apurar, como as disputas pelo território que demarcava as possessões de Portugal e da Espanha continuaram, fazia-se necessário montar povoamento no local, ponto de domínio estratégico, em especial,

para os portugueses. E, é baseando-se no povoamento, para garantir a posse territorial, que Laguna torna-se o eixo irradiador da povoações no sul do país. Esse povoamento ostensivo remete ao Tratado de Tordesilhas e a necessidade de ocupação e fixação de territórios.

[...] E, na Europa como um todo, e em particular nas Cortes Ibéricas, a notícia da penetração de embarcações no interior do continente (americano) em sua vertente Atlântica, ocasionou movimentação diplomática, acompanhada de mútua espionagem entre Portugal e Espanha (PIAZZA, 1982, p. 29).

Isso fica visível, quando estudamos a fixação do homem a terra, em Laguna e região, de onde partem para a conquista ao sul, do atual Estado do Rio Grande do Sul, e à oeste, do vasto território catarinense. Portanto, Laguna passa a ser ponto estratégico para a coroa portuguesa.

De 1500 até a povoação efetiva oficial em 1676, Laguna passa a ser ponto de parada para abastecimento de navios europeus, além das missões religiosas junto aos índios carijós, e também, a passagem de caçadores de escravos que aprisionavam índios.

No fim do século XVI inicia a povoação de Nossa Senhora da Graça de São Francisco, Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna. A ocupação ocorreu por famílias paulistas a pedido do rei de Portugal (Fig.19). Segundo Ulysséa (1946) a fundação da vila de Laguna ocorreu em 1676 por Domingos de Brito Peixoto.

As incursões vicentistas, no litoral sul do Brasil, tinham como característica as entradas colonizadoras (CABRAL, 1939). Fundar, povoar, criar gado e plantar víveres de subsistência foram as metas iniciais. Ocupar fundando núcleos permanentes de população que se tornassem duradouros, prendendo-os à gleba, principalmente pelo seu cultivo e tornando incontestes o domínio lusitano.

Apesar da origem e características em comum dos primeiros núcleos de povoação do estado de Santa Catarina, os três tomaram rumos diferenciados. São Francisco do Sul se destaca pela presença do porto que corresponde a 70% da economia do município, complementados pelo turismo advindo do patrimônio cultural e natural, pelo comércio e pesca. Florianópolis se destaca por ser a capital do

estado, agregar diversos setores públicos e por atividades turísticas resultante da situação geográfica privilegiada, ressaltada pelo patrimônio natural e cultural. Já Laguna se destaca por sua história, pelo patrimônio cultural bem preservado e principalmente pelo patrimônio natural.

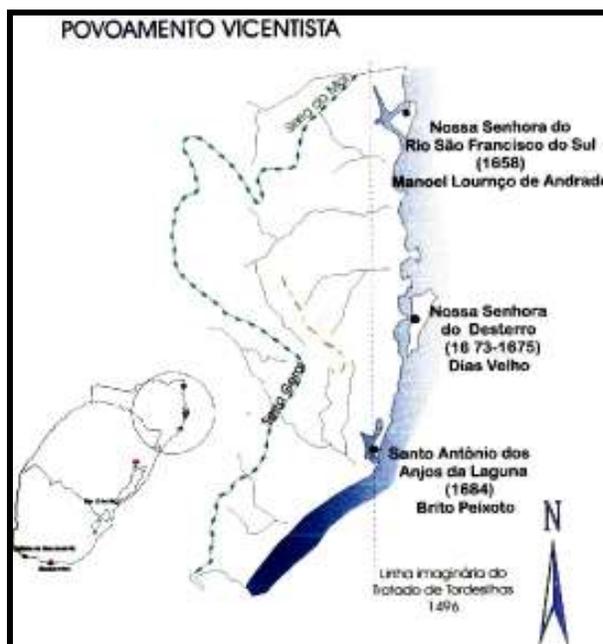


Figura 19: Mapa do Povoamento Vicentista.
Fonte: Piazza, (1983).

A escolha para implantação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, baseou-se na existência de um porto natural abrigado dos ventos fortes e águas turbulentas, circundado por uma faixa de terra plana, com solo firme que permitisse a edificação de uma vila, além do abastecimento de água de boa qualidade, e por sua estratégica posição geográfica, sobre a imaginária linha do Tratado de Tordesilhas garantindo os limites ao sul do território português (Fig. 20).

A ocupação da cidade iniciou com a construção de uma capela de pau-a-pique que atualmente vem a ser a Igreja Matriz Santo Antonio dos Anjos da Laguna.

Laguna era o principal porto da região sul do país, responsável pelo controle da navegação dos barcos e mercadorias e escoador de toda a produção do sul da colônia. Foi rota do comércio de gado no século XVIII. O gado trazido à Laguna era abatido no bairro Carniça, atual Campos Verdes, charquedado e enviado à Capitania de São Vicente. Neste mesmo século muitos habitantes da vila deslocavam-se para

povoar o sul. Portanto, mesmo quando contava com poucas casas de pau-a-pique e cobertas de palhas, Laguna tornou-se o principal porto ao sul da colônia.



Figura 20: Vista aérea do núcleo urbano original de Laguna, 1960.
Fonte: ETEC Laguna – IPHAN-SC, 2010.

A partir de 1721, os planos para a colonização do Rio Grande acentuaram-se, como mostra Galvão (1884, p. 28), quando das recomendações do capitão-mór que “entretivesse boa relação com os castelhanos e que não consentisse navio algum estrangeiro comerciar na Ilha”. Semelhante recomendação prova, segundo o autor o ponto estratégico em que se encontrava a Vila de Laguna para a colônia portuguesa.

Entre os anos de 1749 e 1756, vieram os imigrantes açorianos provocando uma grande modificação nos usos e costumes da Vila, a situação econômica de Laguna é impulsionada pela introdução de novos produtos agrícolas como trigo, linho e cânhamo, pelas técnicas do manejo com os engenhos de açúcar e de farinha movidos à tração animal, pelo cultivo de açúcar, feijão, amendoim, café, mandioca, pelo comércio de peixe seco e a navegação. Algumas casas de comércio tecem panos de uso doméstico, sendo que em Vila Nova, atual Imbituba, cultivava-se cochonilla, para produção do pigmento utilizado na tintura dos fios e tecidos. As mulheres açorianas trazem para região a renda artesanal, presente até os dias atuais.

Os primeiros casais de açorianos ocuparam freguesias ao redor de Laguna: Vila Nova (Imbituba), Santana do Mirim (Rio D’una), Senhor Bom Jesus da Pescaria Brava e São João Batista do Imaruí, impulsionando assim o desenvolvimento das vilas litorâneas do Sul do

Brasil. Estas novas atividades fazem com que inicie a ocupação dos locais mais afastados do núcleo urbano original. Oliveira (2010) afirma que os açorianos emigraram para onde hoje é o distrito de Ribeirão, nas comunidades de Ribeirão Pequeno, Parobé, Figueira, Ribeirão Grande e Morro Grande (Fig.21).

As famílias açorianas transportaram toda a tradição cultural das ilhas dos Açores. A terra foi sendo dividida com base nos critérios de ocupação do solo, em pequenas propriedades, cuja base de trabalho era a mão-de-obra familiar, e não o emprego do escravo, que, na área rural, foi praticamente inexistente.



Figura 21: Freguesias próximas a Laguna, ocupadas por açorianos a partir de 1749.

Fonte: Modificado pela autora a partir de IBGE, 1983, Escala 1.250.000.

Freguesias surgiram a partir de 1749:

1. Vila Nova
2. Santana do Mirim
3. São João Batista do Imaruí
4. Nosso Senhor Bom Jesus da Pescaria Brava
5. Distrito do Ribeirão
6. Distrito do Ribeirão

Assim, aquele local central da cidade, foi aos poucos sendo ocupado em seu redor, com pequenas propriedades agrícolas, mão-de-obra familiar e novas técnicas de cultivo, temos nesse momento implantação dos primeiros engenhos de farinha e de açúcar, também trazidos com os açorianos. E, são dessas pequenas propriedades, nos locais mais afastados do centro comercial, que temos a formação dos primeiros povoados de interior, tais como, Ribeirão e Pescaria Brava, são eles que irão abastecer a cidade com gêneros alimentícios e também os pescados.

Todo o entorno do atual Centro Histórico, foi aos poucos sendo ocupado pelas pequenas propriedades agrícolas, ao redor das lagoas os pescadores, e em espaço de terra maiores, o cultivo agrícola e aos engenhos.

Em 1820, Saint-Hilaire⁹ afirma que as ruas de Laguna eram estreitas, porém, pavimentadas com uma mistura de areia, terra preta e cascalho, batida de tal forma que nos dias chuvosos se formava pouca lama em seu leito. As casas tinham boa aparência e em geral, eram construídas de alvenaria (SAINT'HILAIRE, 1978) (Fig.22).



Figura 22: Vista do Núcleo Urbano de Laguna em 1834.

Fonte: Debret, 1834.

A população de Laguna era de 9000 (nove mil) habitantes, dentre os quais, parte era formada por uma população verdadeiramente pobre (soldados e marinheiros), e uma classe média, que sobrevivia do lucro do comércio e transporte de gêneros. Estes comerciantes formariam mais tarde parte de uma elite que se consolidaria a partir da segunda metade do século XIX.” (LUCENA, 1998:32). As casas térreas passam

⁹ Viajante que visitou a vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna em 1820.

a dividir o espaço urbano com os sobrados, que geralmente abrigavam o comércio no térreo e a residência no pavimento superior.

Na metade século XIX inicia a vinda dos imigrantes europeus, italianos e alemães que chegavam pelo porto de Laguna, ficavam na beira da praia, nos trapiches, esperando embarcações e seguiam para as colônias do estado de Santa Catarina. No começo o deslocamento era realizado pelas lagoas e rios, mais tarde através da estrada de ferro D. Tereza Cristina que iniciou sua construção em 1880 e foi aberta ao tráfego em 1884.

Com o desenvolvimento das colônias italianas e alemãs, os produtos por elas produzidos eram trazidos de trem e escoados através do porto de Laguna. Este fato juntamente com a exploração do carvão, fez com que, na segunda metade do século XIX, Laguna assumisse a 4ª posição no estado quanto à movimentação portuária.

Conforme Ulyseia (1943), no comércio da cidade, em 1880, destacava-se a exportação. Os comerciantes exportadores utilizavam navios à vela para o transporte de mercadorias como a farinha de mandioca, o feijão, o milho, pescados, etc. Eram eles também os responsáveis pela importação de produtos que abasteciam a cidade. Esse comércio era feito com os portos do Rio de Janeiro e com outros portos da província.

Aos poucos a cidade foi-se expandindo e formando novos núcleos, futuros bairros como o de Campos de Fora e o de Magalhães. Acompanhando o desenvolvimento advindo com a Revolução Industrial (ainda que tardia, Santa Catarina começou a aderir as mudanças em meados do séc. XIX), houve uma reestruturação social e Laguna também aos poucos o seguiu. As melhorias são visíveis quando das mudanças no estilo de construções, na utilização de novos materiais, no embelezamento, na moda e nos costumes. Tudo isso entrava pela porta aberta para as novidades: o porto. Era um ponto primordial da entrada de cultura e dos modismos da época.

O comércio de representações aliado às indústrias da região enriquece ainda mais as companhias de navegação, lucrando também no transporte. Isto fez com que desfrutassem de uma situação econômica invejável possibilitando com isso, melhores condições de vida a toda a população. Este período constituiu a época áurea de Laguna. Algumas construções do Centro Histórico testemunham ainda hoje a riqueza vivida nestes anos.

Nesta época inaugura-se em Laguna a iluminação pública a petróleo e surgem vários equipamentos que melhoram a qualidade de vida da população, como a sede do primeiro jornal, a biblioteca pública, o teatro Sete de Setembro, o primeiro hotel, o hospital Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, o antigo mercado público entre outros (Fig.23).



Figura 23: Vista parcial de Laguna.

Destaque para o mercado público, hospital e igreja na década de 1890.

Fonte: ETEC Laguna/IPHAN-SC, 2010.

Por volta de 1880 duas frentes de expansão se iniciam formando novos bairros, como o Campo de Fora e o Magalhães (Fig. 24). Ulyssea (1943) afirma que existia em Laguna uma segregação espacial, entre a cidade e o Magalhães que na época abrigava uma população mais pobre. Inicialmente o Bairro Magalhães, era ocupado por ranchos e casas de pau-a-pique, pertencentes a pescadores e marinheiros. Lucena (1999) afirma que a expansão da atividade portuária para orla do Magalhães, surgem armazéns, trapiches e melhorias na infraestrutura, modificando aos poucos a tipologia do bairro. A consolidação de seu traçado viário acontece com a intensificação de uso do bairro a partir da construção dos molhes da barra na década de 1900.

O Campo de Fora era menor que o Magalhães, constituído por uma rua principal, Rua Almirante Lamego e pequenas travessas que partiam da mesma. O Campo de Fora, posteriormente abrigaria a estação ferroviária. Dall’Alba (1979) descreve que nesta rua estavam situados alguns serviços e repartições públicas.

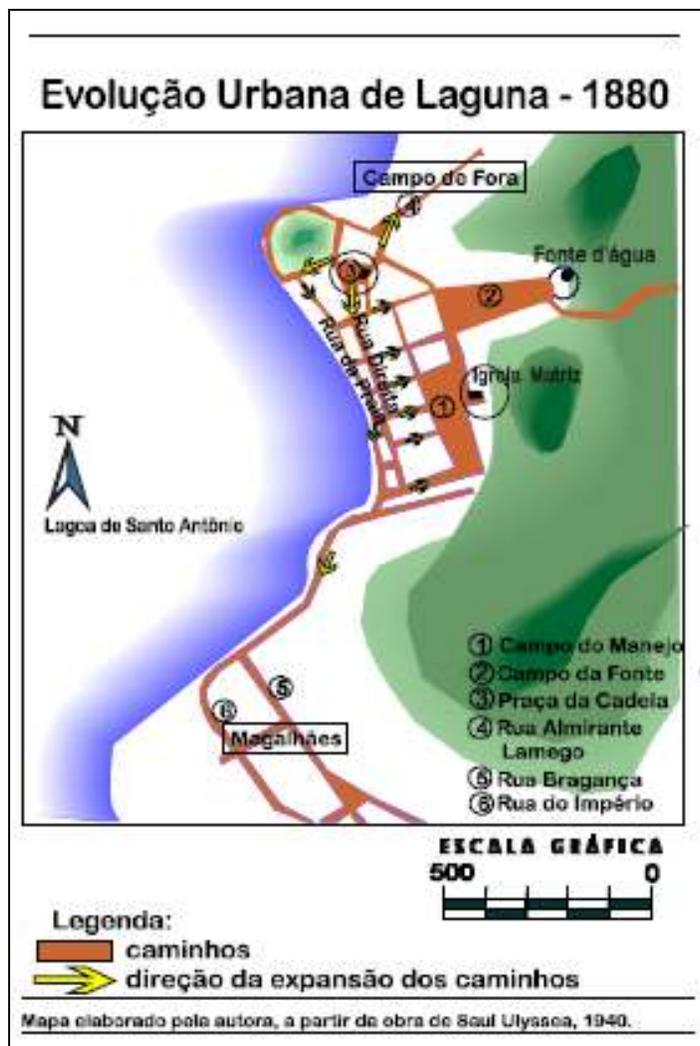


Figura 24: Evolução Urbana, 1880.
 Fonte: Lucena, 1999.

Nesta mesma época, outra área da cidade, a região da ilha de Laguna, é marcada por um acontecimento que mudaria sua paisagem. Em 1890 o Ministério da Marinha inicia a construção de um farol no Cabo de Santa Marta. Este ponto era visto pelos que navegavam na costa de Santa Catarina como um acidente geográfico bastante perigoso para navegação. Sua implantação estimulou a ocupação naquela região, que inicialmente acontecia apenas por famílias de pescadores e agricultores. Apenas na década 70 acontece uma ocupação mais intensa desta área, quando o Cabo de Santa Marta é descoberto por turistas que procuram o local devido às belíssimas paisagens. O farol, ainda em funcionamento, está localizado a 20 km do núcleo urbano de Laguna, a 74 metros de altura do mar e possui um alcance de 22 milhas.

Já no final do século XIX a cidade experimenta o ciclo econômico do carvão, usado em abundância na região. O minério vem diretamente das minas de carvão, existentes nas cidades de Urussanga, Criciúma e Lauro Muller, por transporte ferroviário para ser embarcado no porto de Laguna. O escoamento desse produto faz surgir novas obras na região, como a Ponte da Cabeçada, por onde passava a estrada de ferro Teresa Cristina e a construção dos molhes da barra em 1901 (Fig.25).



Fig. 25: Construção dos molhes para melhorar o acesso ao porto, 1900.
Fonte: Acervo ETEC Laguna – IPHAN/SC, 2010.

Na passagem do século XIX para o XX, a expansão da atividade portuária fez com que a cidade desfrutasse uma melhoria na situação econômica, possibilitando com isso, melhores condições de vida a toda a população. A malha urbana recebe novas construções com influências do ecletismo, transformando consideravelmente a paisagem urbana. Esta característica está registrada até hoje nas ruas de Laguna. Com isso a implantação das edificações nos lotes urbanos passa a ter uma nova concepção com jardins laterais e muros. As casas térreas e os sobrados passaram a conviver com novas edificações (Fig. 26).



Figura 26: Edificações com influencia do movimento eclético.
Fonte: acervo próprio, 2008.

Nos aterros realizados no Campo de Fora devido às atividades ferroviárias, surgiu um novo povoamento, chamado Areal, hoje denominado bairro Progresso, ocupado por trabalhadores da estrada de ferro. Nesta época os caminhos que ligavam o centro até a praia do Mar Grosso, pelo Morro da Glória e Magalhães já estavam bem definidos. A praia do Mar Grosso era coberta por dunas com algumas casas de veraneio. No sopé do Morro da Glória, na face voltada ao bairro Mar Grosso, próximo ao Magalhães, consolida-se uma comunidade chamada Lagoa Preta, a partir de um conjunto de residências construídas no local onde se extraíam pedras para as obras dos molhes.

Entre a década de 30 e 50 acontecem grandes transformações sociais na área central da cidade. A rua da Praia, atual rua Gustavo Richard, perde o movimento de embarque e desembarque, pois o porto foi transferido para o bairro Magalhães e a estação de trem para o final do Campo de Fora.

Após a segunda Guerra Mundial o porto de Laguna, que na segunda metade do século XIX assumiu a 4ª posição no estado quanto à movimentação portuária, perde espaço para o porto de Imbituba que era mais bem localizado para receber navios maiores e de maior cabotagem. Na década de 1940 o porto é transferido da área central da cidade para o bairro Magalhães.

A partir da década de 1940 a linguagem arquitetônica *art déco* deixa marcas expressivas nas edificações urbanas de uso comercial, foram construídos respectivamente em 1954 e 1956, o novo Mercado Público Municipal e o Cine-Teatro Mussi, que para Simon (2000), é considerado no estado de Santa Catarina, o exemplar mais emblemático desta linguagem arquitetônica (Fig.27 e 28).



Fig. 27: Mercado Público e Cine-teatro Mussi, linguagem arquitetônica *art déco*. Fonte: acervo próprio, 2008.

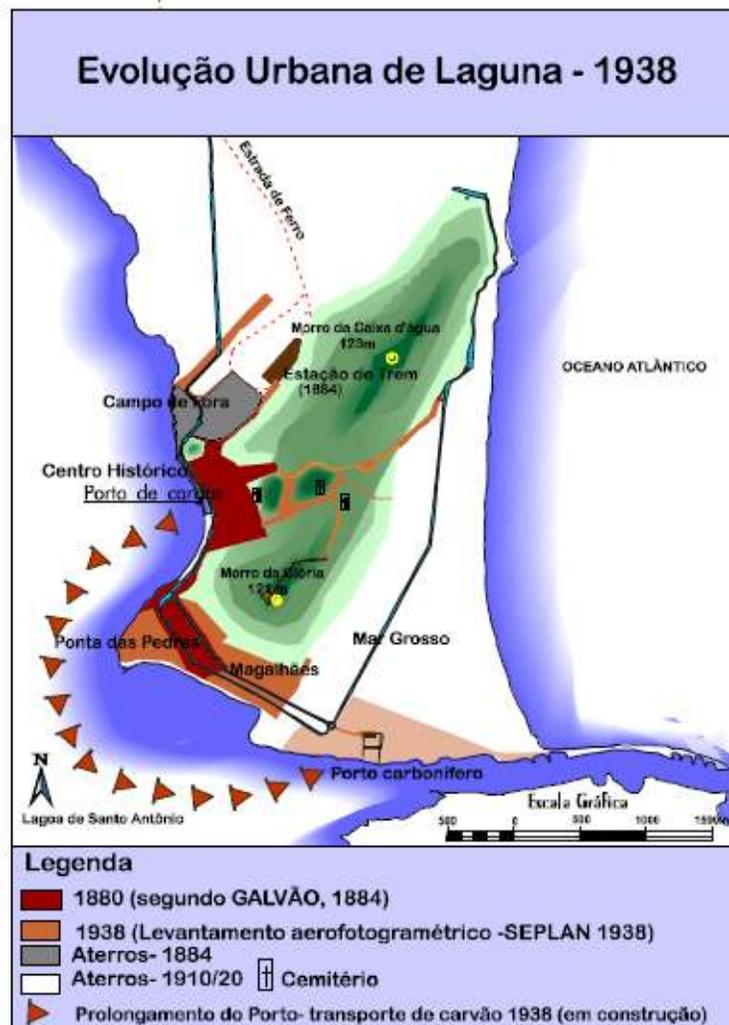


Fig.28: Evolução Urbana, 1938.

Fonte: Lucena, 1999.

Outro fator determinante para este declínio foi o transporte rodoviário. A construção da rodovia BR 101 e abertura ao tráfego da ponte rodoviária da Cabeçuda, deslocou o pólo econômico da região sul de Laguna, para outros municípios, como por exemplo Tubarão. Permaneceram aqui somente produtos pesqueiros, pequenas indústrias, como confecções e o processamento da fécula de mandioca e arroz. Lucena (1998), afirma que após a década de 1950 a cidade se expande em duas direções. Uma ao longo da estrada (atual Avenida Perimetral) que liga a Br101 ao centro da cidade, adensando os bairros Campo de Fora e Progresso e fazendo surgir os bairros Portinho e Cabeçudas. Esta área passa a ser ocupada por uma população de baixa renda, composta por pescadores, trabalhadores do comércio e construção civil. A segunda

direção foi na praia do Mar Grosso, constituindo-se um bairro nobre da cidade. As melhorias na infraestrutura oferecidas pelo poder público incentivaram sua ocupação, inclusive nas faixas de dunas existentes entre o mar e o Morro da Glória. Nesta década o traçado viário que interliga o Mar Grosso ao Centro já está consolidado (Fig.29).



Fig. 29: Evolução Urbana, 1995. Fonte: Lucena, 1999.

Em 1978, elabora-se o primeiro plano diretor municipal que propõe o adensamento ocupacional em todos os bairros da cidade. O Centro Histórico é definido pelo plano diretor como zona central (ZC) e permite a construção de edificações com até quatro pavimentos, incentivando a substituição de vários casarios históricos por novos edifícios. Este fato dá início ao rompimento da volumetria e morfologia do centro histórico. Junto ao plano diretor, propõe-se o tombamento

municipal de imóveis isolados. Através de decretos municipais, edificações do bairro Magalhães e Centro passam a compor o Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Laguna. O bairro Mar Grosso passa a ser a segunda residência de pessoas que vivem em Laguna e nas cidades próximas, fator que estimula o mercado imobiliário consolidando a ocupação.

Em 1985, o SPHAN, atual IPHAN propõem o tombamento do núcleo original da cidade, considerado-o fundamental para a manutenção da identidade dos brasileiros e da paisagem urbana de Laguna. Porém, algumas edificações de relevante valor cultural já haviam sido demolidas (Fig.30).



Edificação com influências do movimento eclético na Praça Vidal Ramos demolida no final da década de 1970 para construção da agência do Banco do Brasil.



Conjunto de edificações com influências do movimento eclético na Rua Osvaldo Cabral demolido na década de 1970 para construção de edifícios contemporâneos.

Figura 30: Edificações demolidas e substituídas antes do tombamento em 1985.

Fonte: Acervo do ETEC Laguna_IPHAN-SC, 2010.

Segundo informações do setor de cadastro técnico da Prefeitura Municipal de Laguna, na década de 1970 foram aprovados os loteamentos, tais como, Ipoã, Praia do Sol e Santiago, na década de 1980 os loteamentos Jardim Juliana, Jardim Beira Mar, Itapirubá, Vila Lotar Henrique, Lidiane Residencial Park, já na década de 1990 aprovaram-se os loteamentos Célia Pinho, Brisa Mar e Santo Antonio dos Anjos, indicando o início da atual situação de Laguna como balneário.

4.3 UNIDADES DE PAISAGEM DE LAGUNA

A partir da aplicação da primeira etapa de caracterização e identificação da paisagem de Laguna, onde realizou-se uma síntese dos fatores naturais e humanos que condicionam a paisagem do município, foi possível definir as unidades de paisagem existentes no território. Para tanto, foram considerados os aspectos da paisagem relacionados ao clima, geomorfologia, hidrologia, vegetação e sobre o processo histórico de ocupação. Para definir unidades de paisagem, Afonso (1999) afirma que se deve “observá-las à distância para identificar os limites entre uma e outra forma, mas isto também pode ser orientado por cartografias temáticas e observado em campo sob o ponto de vista do pedestre”. (AFONSO, 1999 p. 190).

Sendo assim, nas zonas montanhosas o primeiro fator levado em conta para definir as unidades de paisagem foi visual, integrando-se as informações relacionadas à geologia, litologia, vegetação, heterogeneidade intrínseca do território e o desenvolvimento local das atividades humanas. Nas zonas planas, a caracterização partiu da formação litológica e geomorfológica integrando-se à hidrologia, usos do solo, morfologia e as estruturas vinculadas à população.

Já para determinar a visibilidade da paisagem foi considerado o que indicam Nogué e Sala, “a visão da paisagem está fortemente condicionada pela existência de certos pontos de observação e dos percursos visuais (marcas topográficas, núcleos urbanos, vias de comunicação) para determinação dos pontos de observação mais importantes – em virtude de seu amplo visual e de sua frequência humana – e as cartografias das bacias visuais (conjunto de pontos conectados visualmente com um determinado ponto de observação) são requerimentos imprescindíveis nas delimitações da unidade de

paisagem, já que permite determinar na medida em que cada setor contribui à percepção da paisagem.” (NOGUÉ E SALA, 2006).

Com isso é possível distinguir as bacias visuais mais observadas, gerando resultados como: o visual das principais rotas, pontos de observação e lazer da paisagem; os lugares de onde se observa as principais marcas ou elementos de singular relevância da paisagem por seu interesse natural cultural ou estético; as zonas menos visíveis de difícil observação; os lugares onde se observam os principais impactos paisagísticos presentes no território.

A análise visual da paisagem foi realizada segundo alguns dos conceitos de Lynch que estão mapeados e relacionados com cores diferentes para facilitar a identificação na Figura 31, são eles: pontos focais na cor vermelha e marcos visuais na cor amarela.

a) Pontos focais: chamados de focos ou nós, são elementos de imagem que caracterizam-se mais pelo uso do que pela forma dos lugares. Seu principal atributo é o movimento, pois a eles se vai ou deles se vem. Exemplo: molhes da barra, farol de Santa Marta, Centro Histórico, Pedra do Frade, ponte da cabeçuda.

b) Marcos visuais: conhecidos como sinais ou balizas, são pontos de referência exterior ao observador, onde ele ao contrário do foco não penetra. São chaves de identidade da cidade, no sentido de permitirem leitura e orientação da estrutura espacial. Exemplo: morro da Glória, morro do Gi, morro Grande, morro da Pescaria Brava, morro da Passagem da Barra.

Como resultado, obteve-se seis Unidades de Paisagem (Fig.32) que foram divididas de acordo com os elementos naturais e humanos que as definem.

Para efeito deste estudo, qualquer uma das grandes unidades de paisagem delimitadas pode ser subdividida em subunidades, de modo a permitir um aprofundamento do conhecimento. Trata-se, portanto, de uma ótica que observa diferentes escalas. O complexo lagunar foi a base sobre o qual foram definidas as unidades de paisagem de Laguna. As lagoas, o mar e os rios não foram utilizados como elemento delimitador, pois estão presentes em praticamente todas as unidades de paisagem. Sendo que o que as diferencia é que tipo é o tipo de uso que as caracteriza.

O Quadro 3 apresenta uma síntese das características naturais e urbanas identificadas nas unidades de paisagem I, II, III, IV, V e VI.

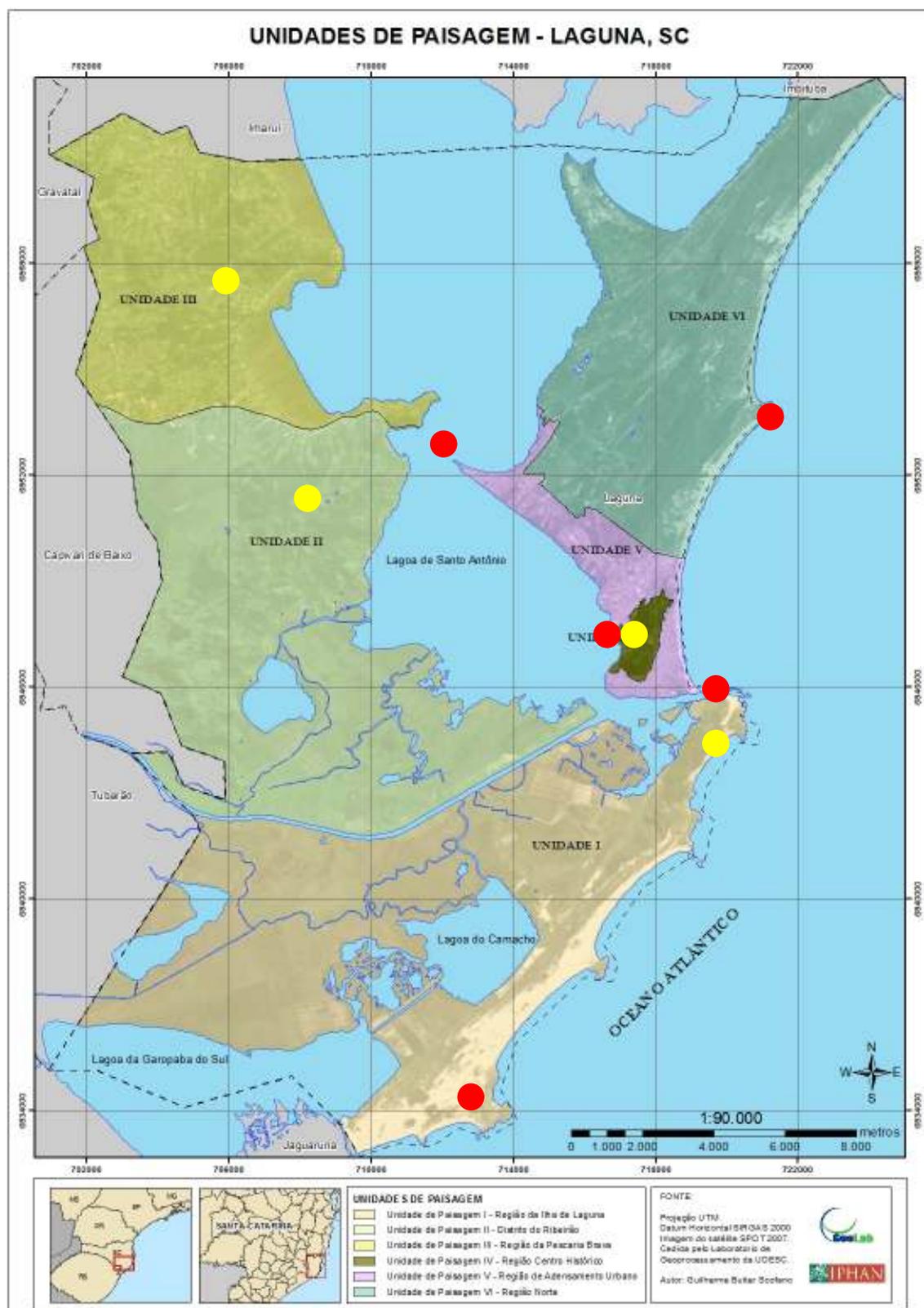


Figura 31: Mapa de análise visual da paisagem.
 Fonte: Scofano, 2010.



Figura 32: Unidade de Paisagem
 Fonte: Modificado a partir de Scofano, 2010.

Quadro 3: Características naturais e urbanas identificados nas Unidades de Paisagem

Unidade de Paisagem I	
Características Naturais	Características Urbanas
<p>Áreas de relevo acidentado, recobertas por vegetação nativa, morros e costões.</p> <p>Áreas planas recobertas de matas nativas, restingas., agrupamentos varzosos, vegetação de dunas semi-fixas, vegetação que se desenvolve sobre rochas e que se desenvolve em pequenas lagoas permanentes.</p> <p>Lagos, lagoas e rios (Lagoas de Santo Antônio, Santa Marta, Camacho, Gamboa, Manteiga, Rio Tubarão, Barras de Laguna e do Camacho) com locais onde o entorno coberto vegetação nativa e com urbanização rarefeita. Nos núcleos urbanizados ocorre ocupação ao longo dos corpos d'água.</p> <p>Dunas com entorno não urbanizado.</p> <p>Pequenas áreas de cultivo de subsistência ou não.</p> <p>Grande quantidade de promontórios e costões: Cabo de Santa Marta Grande, Cabo de Santa Marta Pequeno, Ponta da Galheta, Ponta da Barra, costão da praia da Tereza.</p>	<p>Apresenta baixíssima ocupação urbana, isoladas em pequenos fragmentos, distribuídos ao longo da rodovia não pavimentada SC100, onde a ocupação mais densa é vista no Farol de Santa Marta e Cigana com aproximadamente 3.000 habitantes.</p> <p>Apresenta paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, incluindo áreas de interesse especial. Possui locais de onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas.</p> <p>Comunidades em geral sobrevivem da pesca artesanal e agricultura familiar.</p> <p>Grande concentração de sítios arqueológicos: sambaquis, oficinas líticas e sítios ceramistas.</p> <p>Constituída pelas comunidades: Cigana, Farol de Santa Marta, Canto da Lagoa, Galheta, Santa Marta Pequena, Campos Verdes, Ipoã, Praia da Tereza, Passagem da Barra e Ponta da Barra.</p>



Vista geral da Unidade de Paisagem a partir do norte.
Fonte: ETEC Laguna IPHAN-SC e Tempo Editorial, 2005.

Unidade de Paisagem I. Fonte: modificado a partir de Scoffano, 2010.

Unidade de Paisagem II – Região do Ribeirão

Características Naturais

Áreas de relevo acidentado com ocupação mista (vegetação nativa + plantio+ urbanização).
Grandes áreas de planície (banhado) com declividade variando de 0% a 5%.
Único mangue ainda existente no município.
Lagos, lagoas, rios (Lagoas de Santo Antônio e do Ribeirão, Rio Tubarão) com urbanização de pequeno porte e rarefeita no seu entorno, ou com vegetação introduzida e plantio no seu entorno.
Áreas agrícolas, sejam de produção diversificada ou única, culturas ou reflorestamentos situadas sobre qualquer tipo de suporte físico.

Características Urbanas

Urbanização de pequeno ou médio porte, configurando manchas e corredores, de caráter habitacional.
Apresenta áreas terrestres de assentamentos rurais em processo de urbanização, intercalados com vegetação primitiva.
As ocupações urbanas ocorrem em toda extensão da via pública as margens da Lagoa de Santo Antonio.
Ocupação iniciou com famílias açorianas a partir de 1740.
Comunidades tradicionais que ainda vivem da pesca artesanal e da agricultura.
Presença de engenhos, alambiques e estaleiros.
Constituída por comunidades com características rurais: Sertão da Maricota, Bananal, Morro Grande, Figueira, Ponta do Daniel, Parobé, Ribeirão Pequeno, Ribeirão Grande, Cortical e Madre.



Vista Geral da UP II a partir do norte.
Fonte: acervo próprio, 2010.



Unidade de Paisagem II
Fonte: modificado a partir de Scoffano, 2010.

Unidade de Paisagem III – Região da Pescaria Brava

Características Naturais

Áreas florestadas contínuas, nativas de porte ou em regeneração, inseridas ou vizinhas a aglomerações de pequeno e médio porte. Remanescente da Floresta Tropical Atlântica em estágio médio avançado de regeneração.

Área de planície com declividade variando de 0% a 30%.

Áreas com declividade superior a 30% no Morro da Pescaria Brava.

Junto a lagoas de Santo Antônio, há o registro da Ponta da Laranjeira (geomorfologia).

Hidrografia: Lagoa do Imaruí, rios Aratingaúba e Siqueira que desembocam na lagoa do Imaruí.

Vegetação que se desenvolve em pequenas lagoas permanentes.

Características Urbanas

Urbanização de médio porte, configurando manchas e corredores, de caráter habitacional e comercial.

As ocupações urbanas ocorrem às margens da lagoa de Imaruí e ao longo da rodovia SC437 e BR 101.

Consolidação de assentamentos urbanos.

Construção da Igreja de Bom Jesus do Socorro e vila da Pescaria Brava.

Construção da Ferrovia Tereza Cristina e Ponte Ferroviária, atualmente desativada.

Constituída pelas comunidades: Ponta da Laranjeira, Laranjeiras, Km 37, Santiago, Barreiros, Pescaria Brava Siqueiro, Carreira, Sertão da Estiva, Estiva e Taquaruçu. Cortical e Madre.



Vista Geral da UP III a partir do leste.

Fonte: acervo próprio, 2010.



Unidade de Paisagem III

Fonte: modificado a partir de Scoffano, 2010.

Unidade de Paisagem IV - Centro Histórico de Laguna e Entorno

Características Naturais

Áreas de planície com declividade variando de 0% a 15%.

Áreas com declividade superior a 30% no Morro da Glória.

Hidrografia : Lagoa de Santo Antônio.

Vegetação: remanescente da Floresta Tropical Atlântica em estágio médio avançado de regeneração no Morro da Glória.

Complexo paisagístico que emoldura do Centro Histórico água potável, fundamentais na escolha da implantação da vila.

Características Urbanas

Área protegida pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São aproximadamente, 600 edificações que formam um conjunto com características singulares construídas a partir do séc. XVIII.

O Centro Histórico detém um significativo acervo arquitetônico, um verdadeiro museu a céu aberto, onde diversificadas linguagens, tipologias e técnicas construtivas compõem um espaço urbano singular pelas suas especificidades.

Implantação inicial do núcleo urbano por povoamento vicentista, devido à existência de água de potável e local abrigado dos ventos.

Construção da estrada de ferro até o porto de Laguna e estação ferroviária.

Expansão urbana para os bairros Campo de Fora e Magalhães.



Vista geral da Unidade de Paisagem IV.

Fonte: IPHAN-SC, 2010.



Unidade de Paisagem IV

Fonte: modificado a partir de Scoffano, 2010

Unidade de Paisagem V – Região de Adensamento Urbano

Características Naturais

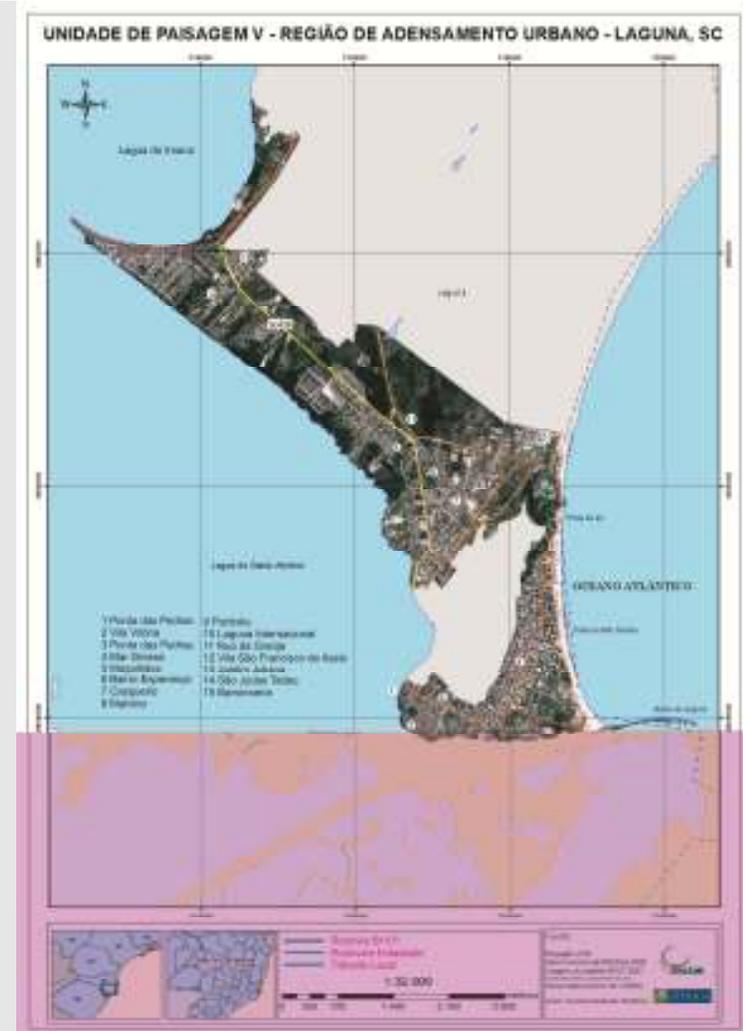
Áreas de relevo plano, totalmente urbanizadas
Lagos, lagoas (Lagoa de Santo Antônio e do Imaruí) e demais corpos d'água inseridos em áreas totalmente urbanizadas.
Hidrografia : Promontórios e costões: Ponta do Gi
Vegetação: remanescente da Floresta Tropical Atlântica em estágio médio avançado de regeneração no Morro da Glória.
Dunas cercadas por urbanização que cobrem pelo menos 50% de seu entorno, ou em processo de urbanização.

Características Urbanas

Apresenta a maior parte dos componentes dos ecossistemas primitivos degradados ou suprimidos e a organização funcional eliminada. Os remanescentes de vegetação nativa restam como nichos isolados, numa paisagem onde sobressai o padrão urbano de ocupação.
Agrega as situações que apresentam médio a alto adensamento de construções e população residente, com paisagens predominantemente antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição.
Consolidação do traçado viário a partir do início da construção dos molhes.
Presença do porto pesqueiro.
Expansão urbana em direção ao bairro Mar Grosso e Praia do Gi.
Construção da rodovia Br 101, surgindo os bairros Portinho, Progresso e Cabeçadas.
Retificação do rio Tubarão.
Ocupação do bairro Mar Grosso como balneário por famílias da região e implantação de empreendimentos hoteleiros.
Implantação do loteamento Laguna Internacional na praia do Gi.
Ocupação das margens das lagoas de Santo Antonio e Imaruí..



Vista geral da Unidade de Paisagem V a partir do leste
Fonte: IPHAN-SC, 2010.



Unidade de Paisagem V
Fonte: modificado a partir de Scoffano, 2010.

Unidade de Paisagem VI – Região Norte

Características Naturais

Áreas de planície com declividade variando de 0% a 15%.
Manancial de água potável.
Hidrografia : Lagoa do Imaruá e Mirim
Promontórios e costões: Pedra do Frade e costão Sul da Praia de Itapirubá.
Dunas
Agrupamentos Varzosos (vegetação de banhado).
Vegetação de dunas semi-fixas. Vegetação que se desenvolve sobre rochas.
Vegetação que se desenvolve em pequenas lagoas permanentes.
Restingas

Características Urbanas

Sítios Arqueológicos do tipo sambaqui e oficinas líticas.
Construção da rodovia Br101.
Implantação dos loteamentos da praia do Sol e Itapirubá com característica de balneário utilizados como segunda residência.
Comunidades que vivem da pesca localizadas as margens das lagoas de Imaruá e Mirim.
Expansão urbana as margens da rodovia Br101.
Constituída pelas comunidades: São Judas Tadeu, Bentos, Praia do Sol, Caputera, Ponta do Perrixil, Estrito e Itapirubá.



Vista geral da Unidade de Paisagem VI a partir do sul
Fonte: IPHAN-SC, 2010



Unidade de Paisagem VI
Fonte: modificado a partir de Scoffano, 2010

Fonte: Autora, 2010.

5. AVALIAÇÃO DA PASAIGEM DE LAGUNA

Para avaliar a paisagem de Laguna este capítulo foi dividido em três etapas: Paisagem Atual Rural e Urbana, Identificação e Valoração da Paisagem, Dinâmicas e Processos que incidem na Paisagem.

Na primeira etapa onde é avaliada a paisagem atural rural e urbana de Laguna, considerou-se que as estratégias de aproveitamento dos recursos existentes no território, que se sucederam ao longo da história, têm modificado a paisagem natural e dado lugar a elementos como estruturas e formas diversas que se sobrepõem a matriz biofísica original. O conjunto que resulta é um mosaico, uma configuração característica, uma paisagem definitiva que é única para cada Unidade. A paisagem também tem um componente funcional, é a expressão material de um sistema biofísico e natural que opera em um território concreto, além do mais não é estável, evolui com o passar do tempo. Analisando a geomorfologia, usos e coberturas do solo se obtêm uma primeira percepção da estrutura da paisagem. Com essa avaliação verifica-se as características do ambiente, densidade de assentamentos urbanos e infraestrutura disponível.

Na etapa de Identificação e Valoração da Paisagem foram identificadas as paisagens reconhecidas legalmente e os valores de paisagem encontrados em cada unidade.

Já a terceira etapa referente às dinâmicas e processos que incidem na paisagem identificou quais as paisagens atuais são resultados da interação entre múltiplas dinâmicas que atuam em diferentes escalas, tais como: fenômenos como o crescimento urbano e industrial e diminuição do espaço agrícola.

5.1 PAISAGEM ATUAL RURAL E URBANA DE LAGUNA

Em Laguna a ocupação do solo por atividades rurais é consequência de um processo imigratório bastante antigo, no qual se desenvolveram, inicialmente, relações relativamente harmoniosas entre sociedade e natureza. Estas áreas demandam conflitos de origens diversas com causas e consequências comuns, decorrentes das externalidades econômicas nas escalas regional e local. A origem da ocupação das áreas rurais da paisagem está relacionada à produção agrícola e a pesca, data da chegada dos

açorianos no século XVIII. Porém, de acordo com dados do PMHIS¹⁰, as atividades produtivas se encontram numa fase de declínio, causada pela evasão da população mais jovem que vão para outras áreas em busca de novas oportunidades de emprego e pelo envelhecimento dos moradores que vivem na região rural do município.

As características rurais identificadas com mais intensidade estão nas Unidades de Paisagem I, II e III, e as atividades relacionadas às necessidades urbanas nas Unidades de Paisagem IV, V e VI. Já os assentamentos urbanos, apesar de apresentarem características peculiares para cada área, foram identificados em todas as Unidades de Paisagem. Nas Unidades de Paisagem IV e V são encontradas as atividades ligadas ao comércio, turismo e indústria, devido a existência das rodovias Br101 e SC436 que facilitam o escoamento de produtos e pessoas para outras áreas do estado. Além, disso estas unidades são consideradas o local inicial da implantação do núcleo urbano, onde historicamente sempre se desenvolveram todas as atividades relacionadas ao meio urbano, como os serviços públicos e privados.

Nas Unidades de Paisagem I, II e III é visível a predominância de propriedades com características de assentamentos rurais, onde o imóvel, muitas vezes, apresenta área com até 10 hectares. As principais atividades desenvolvidas são produção de mandioca, bovinocultura de leite e corte, arroz irrigado, cultivo de camarões e com maior intensidade a pesca artesanal. Estas atividades resultam na ocupação das laminais d'água e áreas de relevante interesse ecológico, gerando modificações consideráveis na paisagem local. Inclusive a degradação do único manguezal ainda existente no território de Laguna, que segundo Dalotto (2003) são os últimos mangues da costa Atlântica Americana (28 29'S e 48 52'W). Este ecossistema é encontrado nas margens da Lagoa Santo Antônio na Unidade de Paisagem II, porém, encontra-se ameaçado devido às atividades que se desenvolvem em seu entorno. O fator mais alarmante é que este ecossistema apresenta características próprias vitais para a manutenção da vida na lagoa. Para Trindade (2009), adaptação, dinâmica e interface são palavras recorrentes para descrever as características e processos que ocorrem nos manguezais. Esses ecossistemas extraordinários se

¹⁰ Plano Municipal de Habitação e Interesse Social realizado pela Prefeitura Municipal de Laguna e consultoria técnica no ano de 2008 e 2009.

desenvolvem ao longo de costas tropicais e sub-tropicais ao redor mundo, entretanto, possuem atributos que os tornam únicos em cada ponto de ocorrência, tanto se analisados quanto às regiões biogeográficas oceânicas quanto em escalas locais.

A rizicultura (plantio de arroz irrigado) se estabelece em função da fertilidade dos solos locais e com abundante disponibilidade de água, desenvolvem-se em amplas áreas próximas às lagoas e rios. Verifica-se também a drenagem de áreas alagadas nas planícies próximas a lagoa para transformá-los em pastagens ou áreas de carcinicultura acelerando o processo de degradação destes ecossistemas.

Outra atividade desenvolvida em áreas alagadas é o cultivo de camarão (carcinicultura), responsável por forte intervenção na paisagem, devido à forma com que são implantados os viveiros, como a construção de tanques e galpões próximos as lagoas e rios, estruturas necessárias ao desenvolvimento da atividade. Em Laguna a atividade foi implantada em 1992 e se expandiu pelo fato do município apresentar um ambiente propício, o cultivo de camarão passou a ser uma importante fonte de renda aos produtores. O município já contou com cinquenta fazendas trabalhando no mesmo período, resultando na modificação extrema da paisagem. Em 2010 as áreas para cultivo de camarão estão desativadas, grande parte das fazendas está ocupada pela atividade pecuária.

Também é comum as queimadas de áreas cobertas de junco¹¹ localizadas próximo as margens dos corpos d'água com o intuito de expandir as terras para o uso pecuário. A atividade pecuária exerce grande interferência sobre as áreas de banhado, através da pressão do pastoreio e principalmente da alteração das condições ambientais com a construção de diques que buscam secar as áreas úmidas para a expansão de pastos.

A abertura prolongada da barra do canal do Camacho tem mantido a lagoa com índices elevados de salinidade, superiores à tolerância da maioria das espécies vegetais que ocupam este ambiente, causando a morte da vegetação, comprometendo a produtividade primária e conseqüentemente o aporte de nutrientes à fauna aquática.

Um dos aspectos mais marcantes na paisagem de Laguna é a relação das atividades desenvolvidas com as lagoas. Cita-se como exemplos, a

¹¹ Plantas herbáceas das famílias das ciperáceas e juncáceas, lisas, delgadas e flexíveis, de folhas graminiformes que habitam lugares úmidos.

pesca artesanal e industrial, atividades mais presente em todo o território, sendo que o Complexo Lagunar é visto como um ambiente bastante generoso para a pesca de crustáceos devido à existência das barras de Laguna e do Camacho abertas para o mar. A pesca artesanal é uma atividade realizada com frequência pela população tradicional demarcando fortemente a paisagem, pois, desde a antiguidade o homem pratica a pesca e utiliza embarcações para deslocamento nas lagoas.

Conforme mencionado no capítulo referente aos fatores naturais que condicionam a paisagem, nas Unidades de Paisagem I, II, III e VI observa-se a expansão de espécies vegetais exóticas, com destaque para casuarina (*Casuarina equisetifolia*), espécie muito disseminada na região como ornamental e quebra-vento, que representa forte impacto na paisagem devido sua morfologia completamente destoante da vegetação nativa. Outro agravante apresenta grande capacidade de expansão e colonização espontânea, substituindo áreas consideráveis de restinga e dunas.

Algumas partes da extensão territorial do município, principalmente as Unidades de Paisagem II, III, VI e V, são marcadas pela crescente urbanização que pode afetar os ecossistemas costeiros interferindo na dinâmica ambiental, reduzindo os habitats e a biodiversidade, oferecendo riscos à população. A existência do parcelamento do solo resulta em pequenos núcleos com características urbanas, onde muitas edificações não respeitam parâmetros construtivos, estão implantadas próximas às vias de circulação dificultando a passagem de veículos como ônibus e caminhões e nas bordas das lagoas, muitas vezes desconsiderando as áreas de preservação permanente.

Na Unidade de Paisagem I as comunidades se desenvolveram no entorno de rodovia SC-100, em pequenas faixas de terra plana, cercada pelas elevações que dão acesso aos campos de dunas e pelo ambiente lagunar. A maioria delas foram ocupadas de maneira irregular, estando as residências a distâncias muito inferiores da margem mínima de proteção definida pelos órgãos de proteção ambiental.

As características referentes ao uso e ocupação do solo de cada Unidade de Paisagem estão identificadas na Figura 33 e no Quadro 4 referente à análise da Paisagem Atual Rural e Urbana de Laguna.

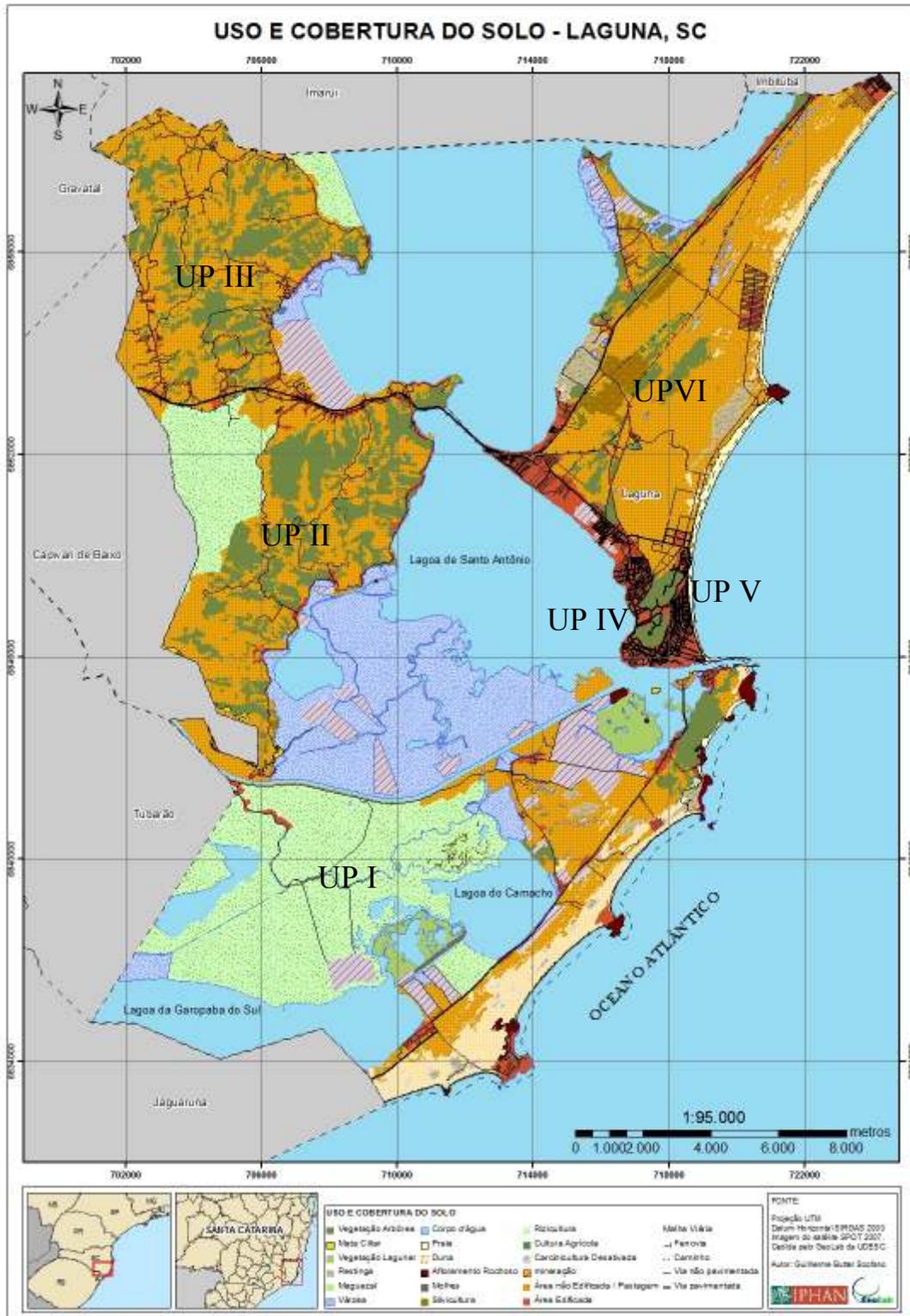
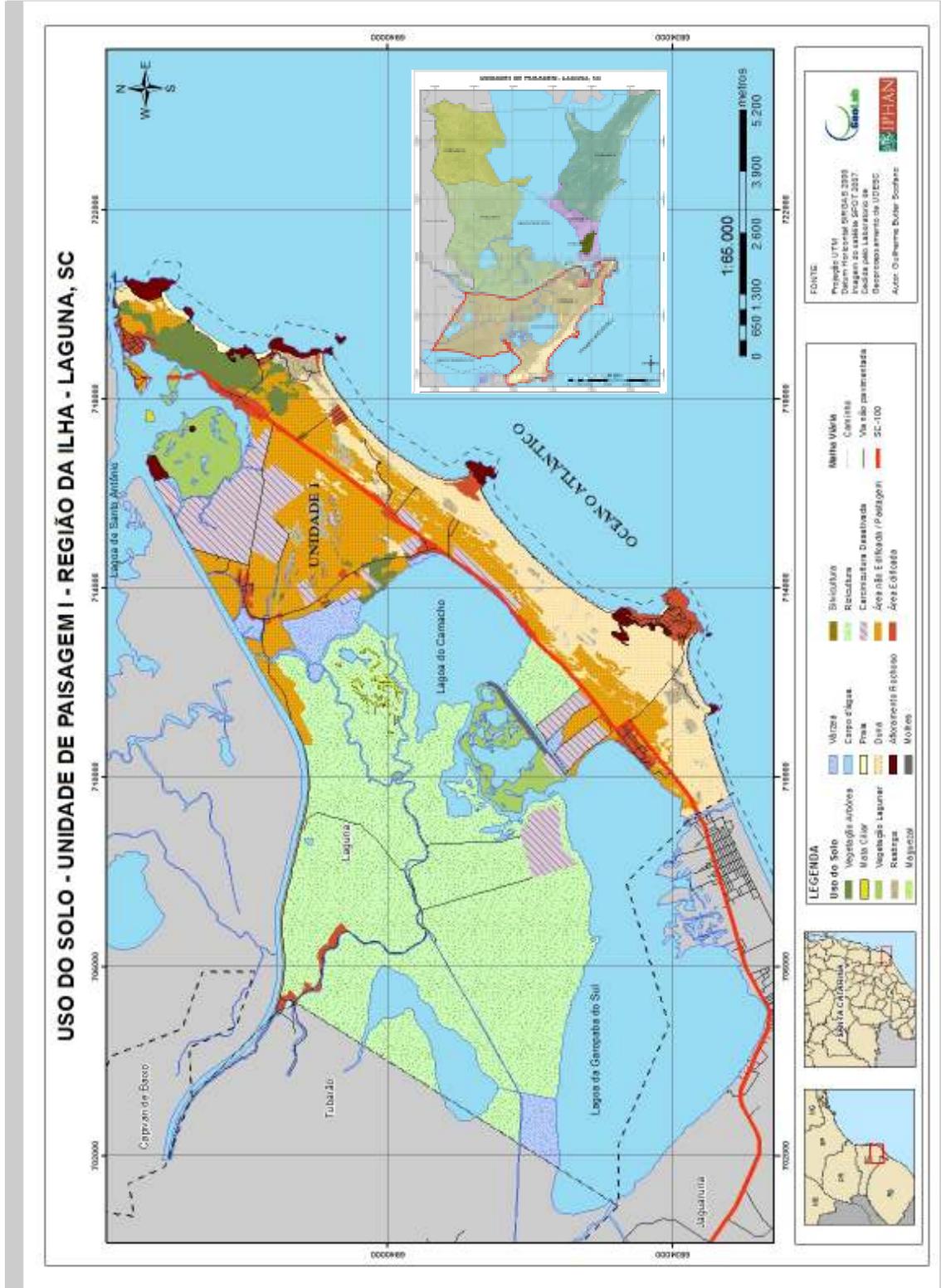


Figura 33: Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Laguna.
 Fonte: Scoffano, 2010.

Quadro 4: Paisagem Atual Rural e Urbana de Laguna.

UNIDADE DE PAISAGEM I – Região da Ilha



Paisagem Rural: Pesca, Carcinicultura, Pecuária, Rizicultura, Áreas Alagadas.

Paisagem Urbana: Mineração, Áreas Edificadas.



1. Pesca Artesanal



2. Pecuária



3. Tanques de camarão desativados



4. Rizicultura



5. Áreas alagadas
Fonte: Acervo próprio, 2010.



6. Mineração

A Unidade de Paisagem I apresenta duas situações distintas: uma refere-se à população que mora no local, normalmente vinculada à pesca e em sua maioria localizada próxima as lagoas.

A outra situação é das famílias que ocupam a região para fins de turismo, lazer e descanso, apesar de estarem presentes em toda a região, se concentram em maior quantidade nas praias. Segundo levantamentos realizados pelo PMHIS (2009), as habitações em geral são térreas, isoladas e com uma baixa densidade edificada no lote, construídas com madeira, algumas em alvenaria e mistas. O comércio é pequeno, com função basicamente de atendimento local, representado por peixarias, bares e mercados.

O crescimento da ocupação é constante e oferece riscos tanto a população quanto ao meio ambiente. Há loteamentos aprovados na década de 1970 pela Prefeitura Municipal de Laguna e FATMA, embora apresentem aspectos ambientais e legais que dificultam a sua implantação (parcelamento em cima de dunas e restingas), como é o caso do Loteamento Balneário Cabo de Santa Marta com 4.521 lotes e o da Praia do Ipoã. Estes loteamentos não se consolidaram totalmente devido a ações movidas por grupos organizados da comunidade, pelo Ministério Público e atualmente pela própria Prefeitura Municipal. A ocupação existente nas praias da Tereza (Fig.7), Ipoã e Galheta (Fig.8) é composta, basicamente, por veranistas das cidades vizinhas.



7. Praia da Tereza: ocupada por veranistas.

8. Praia da Galheta: ocupação sobre dunas e costões.

Fonte: Google Earth, 2010.



As comunidades tradicionais, formadas a partir de assentamentos espontâneos e vilas de pescadores encontram-se consolidadas, mesmo apresentando deficiências de infraestrutura e serviços públicos, algumas delas apresentam ocupações há varias décadas. As comunidades de Campos Verdes e Vila Santos (Casqueiro) são pequenos aglomerados localizados próximos ao rio Tubarão que ainda apresentam características rurais. Já o Canto da Lagoa (Fig.9) apresenta um conjunto de casas precárias, podendo ser considerada como um assentamento precário do município (PMHIS, 2009). O Cabo de Santa Marta (Fig.10) é uma das comunidades mais consolidada e procurada por turistas de todo o Brasil. Para atender esta demanda, principalmente nos meses de verão, as pessoas da comunidade perceberam a possibilidade de uma segunda fonte de renda, através da implantação de hotéis, pousadas, camping, bares, restaurantes, mercados ou alugando suas próprias casas, uma vez que grande parte da população é formada por pescadores artesanais residentes no local. Este processo intensificou a construção de edificações em áreas de APP, como dunas e costões, resultando em desmembramentos de terrenos sem critérios específicos e ocupações sem planejamento.



9. Canto da Lagoa:
assentamentos precários

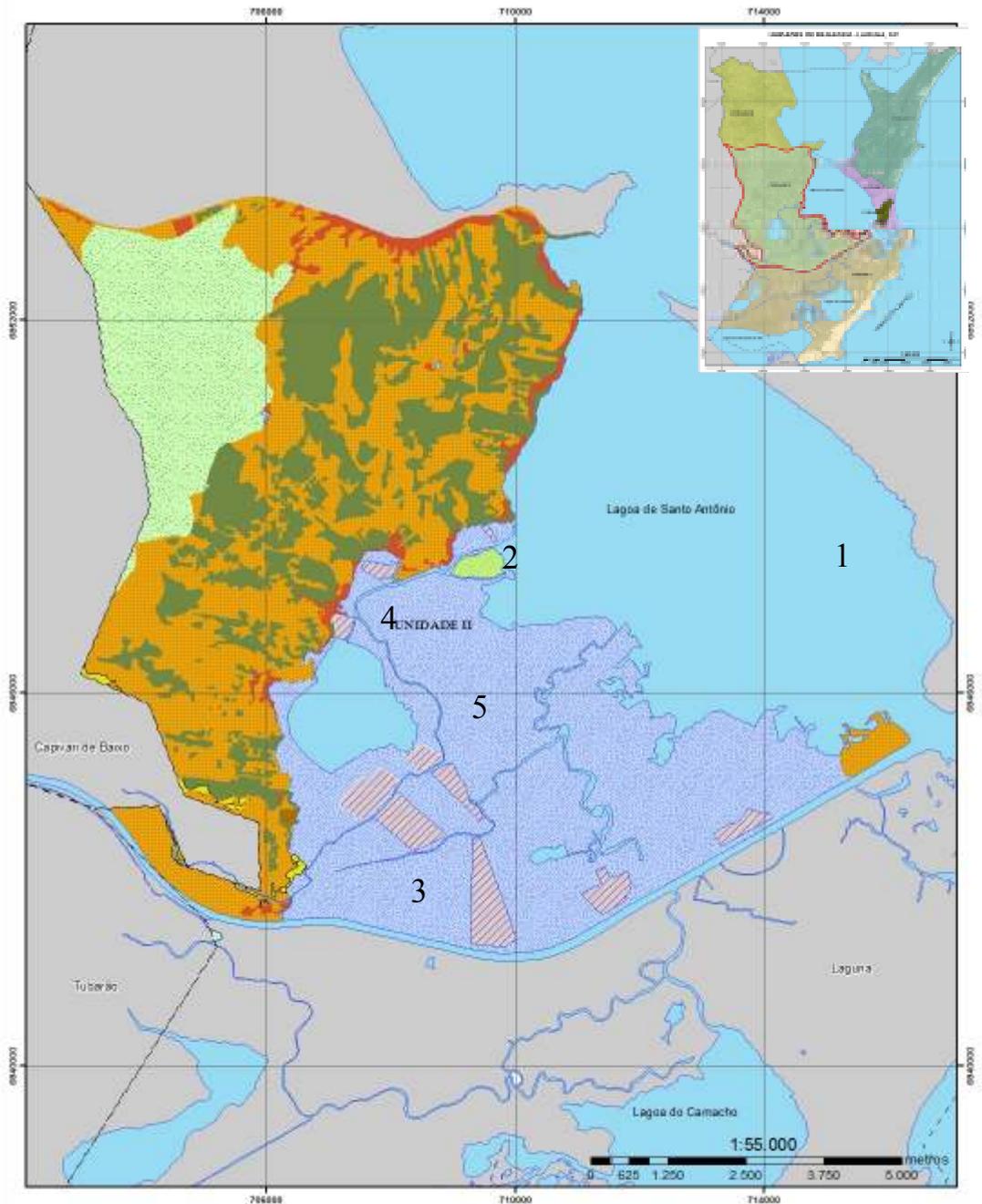
10. Farol de Santa
Marta: ocupações
desordenadas.

Fonte: Google Earth,
2010



UNIDADE DE PAISAGEM II – Região do Ribeirão

USO DO SOLO - UNIDADE DE PAISAGEM II - DISTRITO DE RIBEIRÃO - LAGUNA, SC



		<p>LEGENDA</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>Uso do Solo</p> <ul style="list-style-type: none"> Vegetação Arbórea Mata Ciliar Mata Atlântica Várzea Corpo d'água </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <ul style="list-style-type: none"> Silvicultura Agricultura Circunscritas Desativadas Área não Edificada / Paisagem Área Edificada </td> </tr> </table>	<p>Uso do Solo</p> <ul style="list-style-type: none"> Vegetação Arbórea Mata Ciliar Mata Atlântica Várzea Corpo d'água 	<ul style="list-style-type: none"> Silvicultura Agricultura Circunscritas Desativadas Área não Edificada / Paisagem Área Edificada 	<p>Fonte:</p> <p>Projeção UTM Datum Horizontal SBRSA 2000 Imagens do satélite SPOT 2007 Cálculos pelo Laboratório de Geoprocessamento da UDESC Autor: Guilherme Beller Socolero</p> <div style="text-align: right;"> </div>
<p>Uso do Solo</p> <ul style="list-style-type: none"> Vegetação Arbórea Mata Ciliar Mata Atlântica Várzea Corpo d'água 	<ul style="list-style-type: none"> Silvicultura Agricultura Circunscritas Desativadas Área não Edificada / Paisagem Área Edificada 				

Paisagem Rural: Pesca, Carcinicultura, Pecuária, Rizicultura, Áreas Alagadas, Mangue, Silvicultura

Paisagem Urbana: Aterro Sanitário, Áreas Edificadas, Ferrovia Tereza Cristina, Rodovia Br101.



1. Mangue



2. Pecuária



3. Pesca



4. Áreas alagadas

As comunidades de Bananal, Morro Grande, Figueira e Ponta do Daniel se localizam nas encostas da cadeia de morros e montanhas, possuindo contato com a lagoa da Santo Antonio. Estas comunidades, além das Parobé, Ribeira, Cortical e Madre são distribuídas ao longo da Estrada Geral, que inicia na BR 101 junto à cabeceira da antiga ponte da estrada de ferro, finalizando na Madre as margens do rio Tubarão, divisa do município de Laguna com Tubarão (Fig.6).

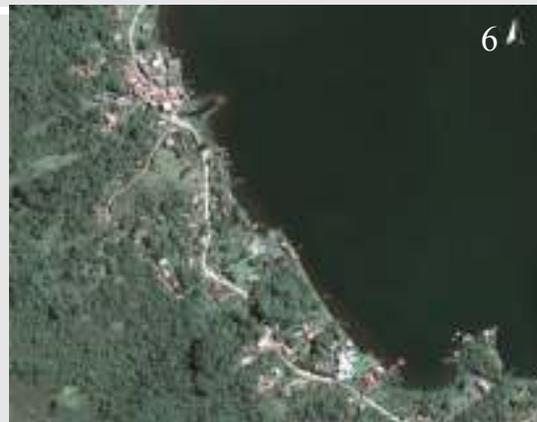
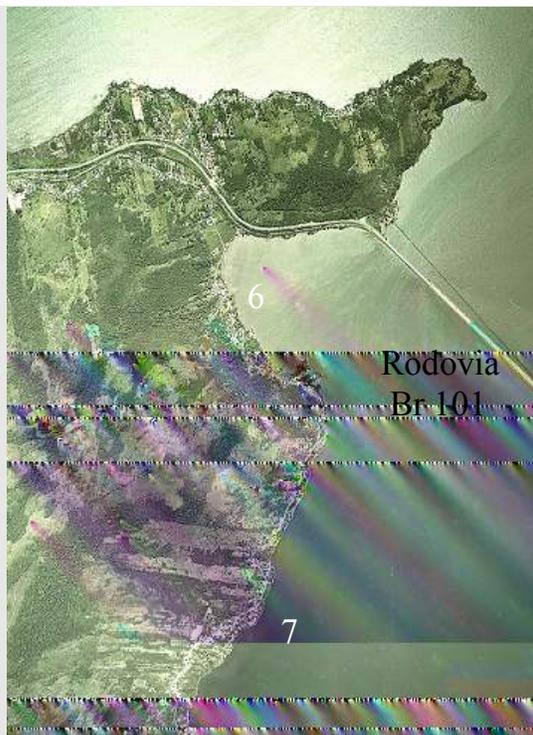
A ocupação existente na faixa da estrada que interliga as comunidades de Bananal até a Ponta do Daniel, pode ser considerar uma das situações mais preocupantes encontradas na área rural de Laguna, no que tange às ocupações expostas a riscos ambientais. Uma vez que se trata de uma extensão de cinco quilômetros de estrada onde existem residências implantadas próximas a corte de solos e encostas expostas ao risco de

deslizamento. Vários terrenos possuem presença de pedras ou ainda edificações localizadas sobre lagoa, córrego ou nascentes (Fig. 7, 8, 9).

Por apresentar topografia acidentada, o traçado viário dos núcleos de ocupação do distrito de Ribeirão é orgânico com pequeno número de vias. Além das comunidades organizadas em núcleos, a ocupação também acontece através de propriedades agrícolas, normalmente faixas alongadas de terra que acompanham a Estrada Geral (Fig. 10).

É comum encontrarmos edificações com padrões tipológicos tradicionais de influência açoriana. Mas de maneira geral, as habitações são limitadas quanto à forma de ocupação do terreno, em função dos condicionantes ambientais, como encostas, pedras e a proximidade com a lagoa. São edificações isoladas, térreas e em alguns casos com uso de porão. A densidade edificada no lote é variada, pois, além dos terrenos rurais, existem as áreas centrais das comunidades, onde é comum a presença de lotes menores (Fig.11).

Ao longo da Rodovia BR 101 encontra-se a comunidade Sertão da Maricota onde a ocupação apresenta características rurais implantadas próximo ao sopé do Morro Grande e as margens da Estrada Ferro Terza Crisitina, aproximando-se as rodovia verifica-se aglomerados com características urbanas.



6. Edificações distribuídas ao longo da Estrada Geral do Ribeirão, às margens da lagoa Santo Antônio e no sopé do Morro Grande.

Fonte: AEROIMAGEM S.A, 2002.



8. Edificações construídas em áreas de APP com elevado risco de desmoronamento. Implantadas no sopé de encostas com declividades superior a 30% e as margens da lagoa de Santo Antonio.



9. Propriedades agrícolas localizadas ao longo da estrada geral do Ribeirão.

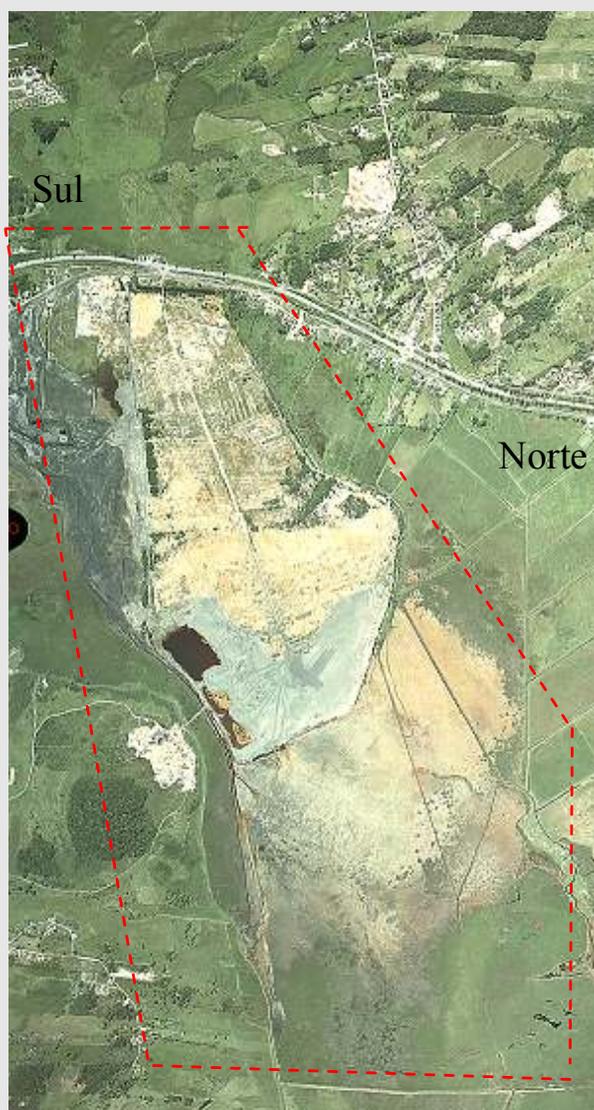


10. Núcleo de ocupação urbana, comunidade do Ribeirão.



11. Edificações com influencias da colonização açoriana.
Fonte: Acervo próprio, 2010.

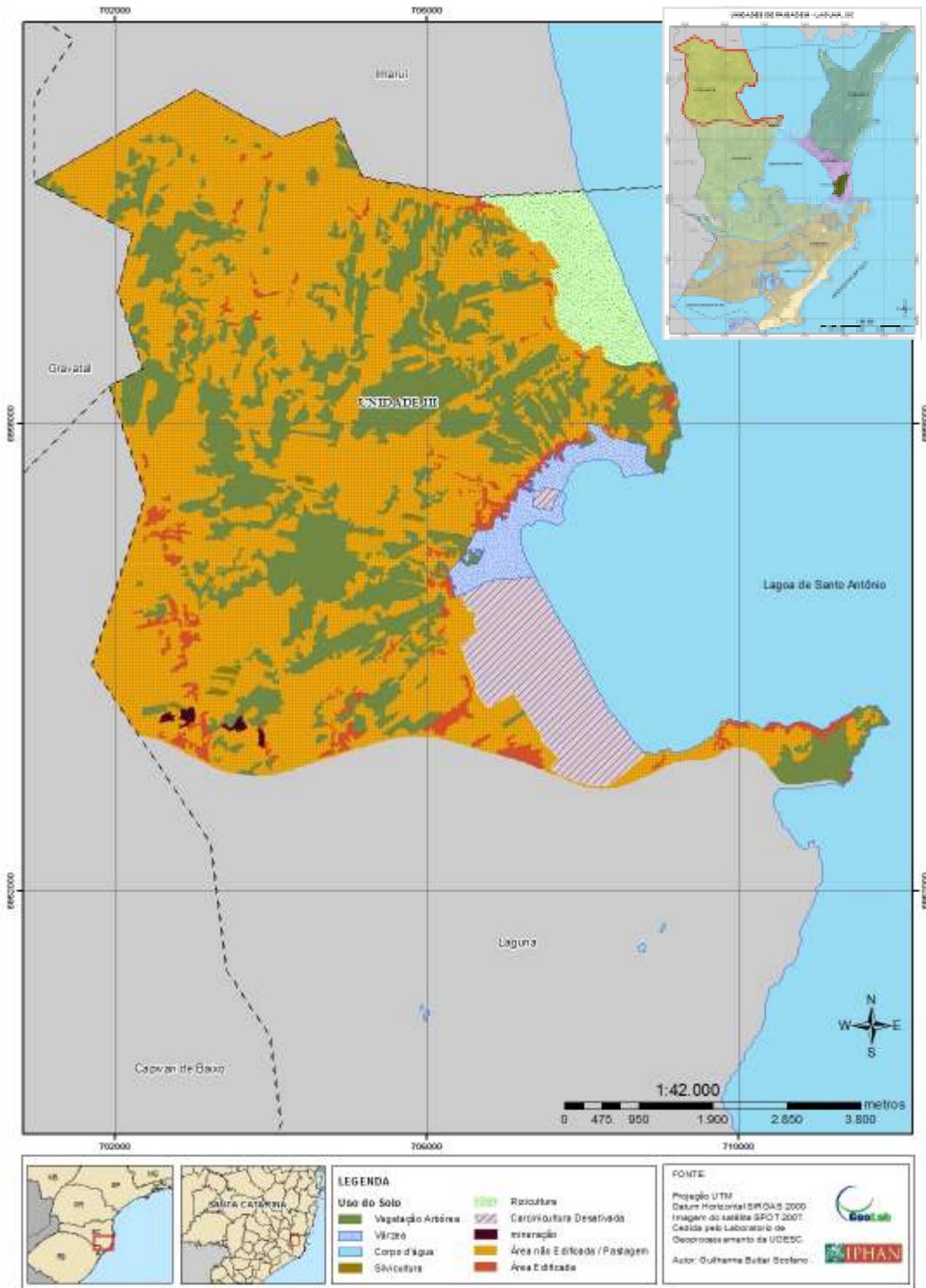
Um serviço que deixa registros bastante marcantes na paisagem de Laguna é a construção do Aterro Sanitário Sul (Fig. 12), situado na Br101 sul, a quinze quilômetros da sede do município. O aterro recebe resíduos domésticos de todos os municípios da AMUREL, foi planejado para uma vida útil de 20 anos e possui área total de 15 hectares. A empresa Serrana Engenharia, responsável pelo aterro sanitário afirma, que o mesmo opera utilizando o processo para disposição de resíduos sólidos no solo por células impermeabilizadas, é dotado de estação de tratamento com cinco lagoas, reator, filtros, zona de raízes para lançamento dos efluentes em um córrego afluente ao rio Tubarão, além de sistema de captação, queima do gás metano, local para incineração, triagem de resíduos recicláveis, área administrativa e área para educação ambiental.



12. Aterro Sanitário de Laguna. Fonte: AEROIMAGEM S.A., 2002.

UNIDADE DE PAISAGEM III – Região Pescaria Brava

USO DO SOLO - UNIDADE DE PAISAGEM III - REGIÃO DA PESCARIA BRAVA - LAGUNA, SC



Paisagem Rural: Pesca, Carcinicultura, Pecuária, Rizicultura, Áreas Alagadas, Silvicultura.

Paisagem Urbana: Mineração, Rodovia Br101, Rodovia SC 437, Áreas Edificadas.



1 e 2. Vista Geral da região de Pescaria Brava



3. Pesca

As regiões próximas ao distrito de Pescaria Brava são geograficamente marcadas por morros, córregos, nascentes e pelo contato com a Lagoa de Imaruí. A ocupação caracteriza-se em três grupos.

O primeiro formado por comunidades localizadas próximas a Lagoa do Imaruí que apresentam alguns aspectos urbanos. São formadas a partir de núcleos com pequeno número de vias locais de traçado geométrico e lotes com tamanhos variando a partir de 360m². Além do uso residencial, encontram-se pequenos comércios e prestadores de serviço. As ocupações existentes ao longo da rodovia SC 437, que liga as comunidades de Barreiros e Pescaria Brava, apresentam lotes maiores, normalmente, formadas por faixas estreitas e alongadas, onde a residência ou comércio estão implantados junto à estrada (Fig 4 e 5).

O segundo grupo é formado por aglomerados e propriedades rurais próximos na porção oeste divisa com o município de Capivari de Baixo, onde se observa o crescimento da ocupação a partir de desmembramentos familiares

e pequenos loteamentos clandestinos. Há predominância de ocupações descontínuas ou em pequenos aglomerados, dispondo apenas de pequenos comércios ou armazéns. As características rurais da região se refletem no padrão construtivo, em geral as habitações são térreas, isoladas no terreno e com a densidade edificada variando em função da disposição de terrenos maiores. O terceiro encontra-se nas áreas próximas a rodovia BR101 ao sul do município de Laguna em direção ao município de Capivari de Baixo, a ocupação se desenvolveu devido à existência da ferrovia Tereza Cristina e posteriormente a rodovia BR 101. Suas principais características naturais são a existência de encostas, áreas alagadiças e a proximidade com a lagoa do Imaruí. Apesar das comunidades que compõe essa região apresentarem a presença de propriedades e lotes com atividades rurais, atualmente, existem pequenos núcleos com características urbanas, principalmente as margens da rodovia Br101, onde as ocupações já formam uma faixa quase que contínua. A facilidade de deslocamento devido à rodovia Br101 torna-se evidente a influência do uso da terra para habitação em função do trabalho urbano, criando uma espécie de região dormitório. Inúmeras famílias que vivem nessas comunidades se deslocam todos os dias para trabalhar no centro de Laguna e outros municípios da região como Tubarão e Capivari de Baixo (Fig.6 e 7).



Nesta unidade de paisagem se destacam os problemas ambientais relativos à ocupação. Por localizar-se na base de uma cadeia de morros com um conjunto hídrico diverso, existem aglomerados e habitações isoladas que se encontram em situação de risco, e devido a falta de infra-estrutura adequada, colaboram para a degradação ambiental.

Rodovia BR 101



5 Comunidades de Pescaria Brava localizada entre a rodovia SC437 e a lagoa do Imaruí. Fonte: Google Earth, 2010.

6 Edificações construídas ao longo da Rodovia Br 101.

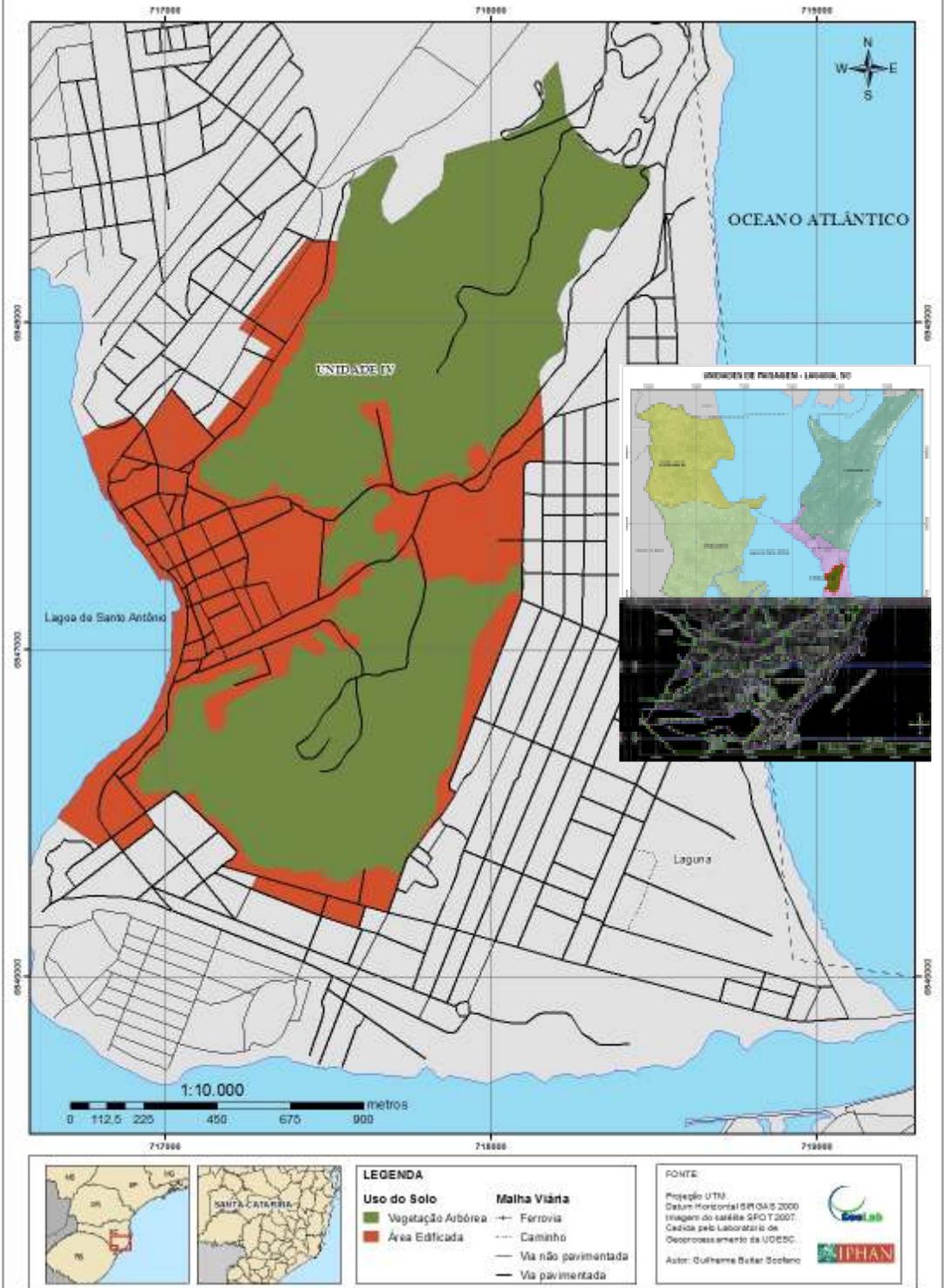


7. Vista Geral da comunidade Km 37 localizada as margens da rodovia BR 101. Fonte: Google Earth, 2010.

Fonte: Acervo próprio, 2010.

UNIDADE DE PAISAGEM IV – Centro Histórico

USO DO SOLO - UNIDADE DE PAISAGEM IV - REGIÃO DO CENTRO HISTÓRICO - LAGUNA, SC





1. Pesca



2. Antenas de Telecomunicação

O centro da cidade, núcleo urbano original (Fig.3), é protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1985 delimitou-se uma poligonal que abrange uma área de 1,2 Km² com, aproximadamente, 700 edificações. Estas formam um conjunto com características singulares construídas a partir do século XVIII que expressam a continuidade da evolução histórica de Laguna. São residências térreas, sobrados, edificações de grande volumetria, com linguagens arquitetônicas colonial, com características do ecletismo, *art deco*, modernistas e contemporâneas. Para efeito do tombamento, além características arquitetônicas, considerou-se também, o acervo paisagístico constituído pelo sistema natural do Morro da Glória e Lagoa de Santo Antônio e o tecido urbano em seu traçado e dimensão (Fig.4, 5, 6, 7, 8, 9).

Morro da Glória Bairro Magalhães Praias do Sul



3. Vista do Centro Histórico de Laguna, SC.
Fonte: Tempo Editorial e IPHAN-SC, 2005.

O centro da cidade abriga instituições públicas, serviços e funções econômicas, o que lhe atribuí um valor simbólico superior aos demais bairros da cidade. A principal atividade econômica é o comércio. Apresenta grande potencial de turismo cultural, porém, esta atividade ainda concentra-se nas praias, limitando-se à estação do verão. Franco (1995), afirma que o parecer técnico que definiu a justificativa de tombamento do Centro Histórico de Laguna foi o marco de uma nova perspectiva onde se insere o conceito de cidade-documento dentro de uma ótica da história da evolução urbana e suas conseqüências espaciais.



4. Vista parcial do Centro



5. Tipologia construtiva colonial



6. Edificação eclética



7. Edificação *art deco*



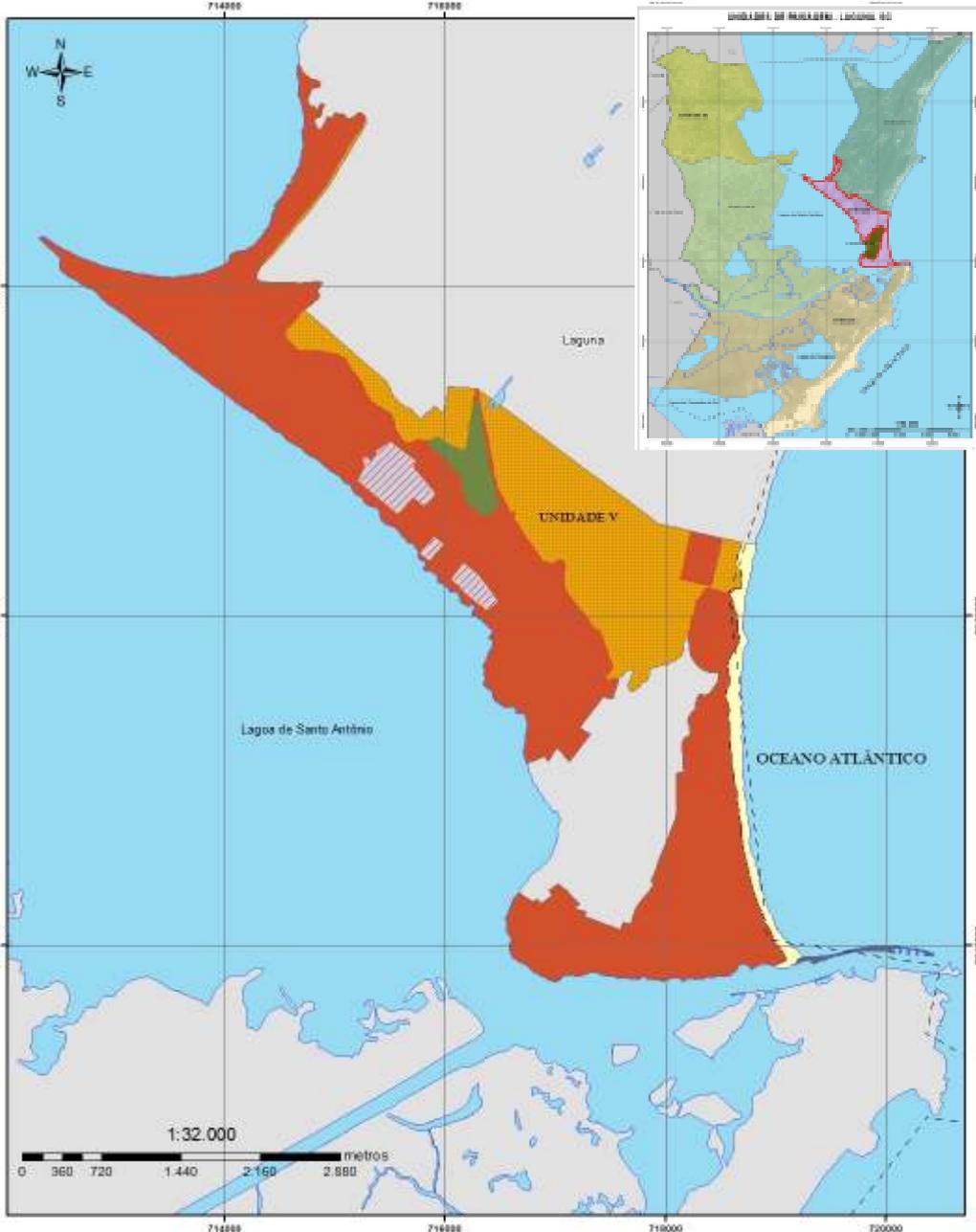
8. Vista geral Rua Barão do Rio



9. Docas e orla do Centro Histórico

UNIDADE DE PAISAGEM V – Região de Adensamento Urbano

USO DO SOLO - UNIDADE DE PAISAGEM V - REGIÃO DE ADENSAMENTO URBANO - LAGUNA, SC



		LEGENDA		FONTE Projeto UTM Datum Horizontal SBRAS 2000 Imagem do satélite SPOT 2007. Cedido pelo Laboratório de Ordenamento da UDESC. Autor: Guilherme Beller Sotero	
		Uso do Solo Vegetação Arbórea Corpo Hídrico Praia	Molhes Carrocinhas Desativadas Área não Edificada / Pastagem Área Edificada		

Uso do Solo na Unidade de Paisagem V



1. Pesca. Fonte: Acervo próprio, 2010.



2. Áreas alagadas. Fonte: Acervo próprio, 2010.

A Rodovia Br 101 é responsável pelo escoamento de produtos para todo o país. Sendo assim, as atividades industriais se desenvolvem em suas proximidades, as encontradas com frequência estão relacionadas à indústria de pescados e têxtil. O pólo industrial do município esta localizado na comunidade Mato Alto nas proximidades da rodovia BR 101, causando conflito entre os usos habitacionais que são predominantes e usos industriais, nesta área algumas pequenas indústrias já estão instaladas. No bairro Cabeçuda há grande incidência do setor de pescados, encontrando facilmente indústrias comunitárias, pescadores e sindicatos ligados ao ramo (Fig.3 e 4).



3. Acesso a rodovia Br101.
Fonte: Acervo próprio, 2010.



4. Bairro Cabeçuda.
Fonte: Acervo próprio, 2010.

Entre os bairros Magalhães e Mar Grosso, as margens da barra de Laguna que faz ligação entre o complexo de lagoas e o oceano Atlântico, encontra-se implantada a estrutura portuária de Laguna com trezentos metros de extensão, caracteriza-se como terminal pesqueiro, movimentando pescado e gelo produzido no próprio porto, atualmente é operado pelo governo federal vinculado a Cia. Docas do Estado de São Paulo.

Segundo Codesp (2008), trata-se de um porto lacustre com calado de seis metros e canal de acesso de 1950 metros de comprimento, variando de oito a nove metros de profundidade. A estrutura portuária é composta por dois armazéns de carga, câmara de estocagem, silo para gelo, edificação administrativa, edificação para manutenção, boxes para embarcações, área para recepção de pescados, pátios para veículos e caminhões e tanques para armazenamento de combustível (Fig.5).



5. Área Portuária e Molhes da Barra de Laguna. Fonte: Acervo próprio, 2010.

A região urbana central e entorno é composta por áreas com características diferenciadas em função de questões sociais, ambientais, disponibilidade de serviços urbanos, infra-estrutura, forma de crescimento, uso do solo, entre outras. A partir da década de 1970 a ocupação urbana do município se tornou mais densa, expandindo-se por faixa que inicia no mar e segue paralela a costa da lagoa de Santo Antônio até a ponta da Cabeçuda (Fig.8).

A partir do traçado viário é possível observar que alguns bairros originaram-se devido à ocupação espontânea. Estes bairros implantados ao longo das margens da lagoa Santo Antônio são ocupados por edificações de baixa volumetria, no máximo três ou quatro pavimentos. Em praticamente todo perímetro urbano perdeu-se a relação com lagoa, uma vez que a maioria dos terrenos as margens da mesma foram ocupados e privatizados, desconsiderando o Código Florestal Brasileiro e demais Leis Federais (ver Quadro 2 que apresenta uma síntese da legislação Brasileira sobre a proteção do patrimônio natural e cultural) que não permitem a ocupação de áreas com distancia inferior a 33 metros dos curso de água. Essa situação é verificada nos bairros Portinho, Vila Ponta das Pedras, Cabeçudas, Vila Juliana e Magalhães (Fig.8).

Na ocupação que se estende ao longo das margens da lagoa Santo Antônio é comum a existência de habitações precárias, com destaque para a comunidade da Ponta das Pedras. A falta de infra-estrutura adequada para estes locais acarreta na completa poluição das águas (Fig. 6 e 7).



6 Privatização da orla Lagoa Santo Antônio.

Fonte: Jean Carlo de Souza, 2009.

Segundo o PMHIS (2009), mesmo sem uma política estrutural para resolver o problema habitacional de famílias carentes, o poder público municipal teve iniciativas nesse sentido, executando três grandes assentamentos próximos à rodovia BR 101, abrigando mais de mil famílias, são: Vila Francisco de Assis Soares (COHAB do Mato Alto), Vila Vitória e São Judas Tadeu. Estas ações foram fundamentais para o ordenamento urbano, mesmo que não tenham freado as ocupações irregulares em outras áreas em outras áreas do município.

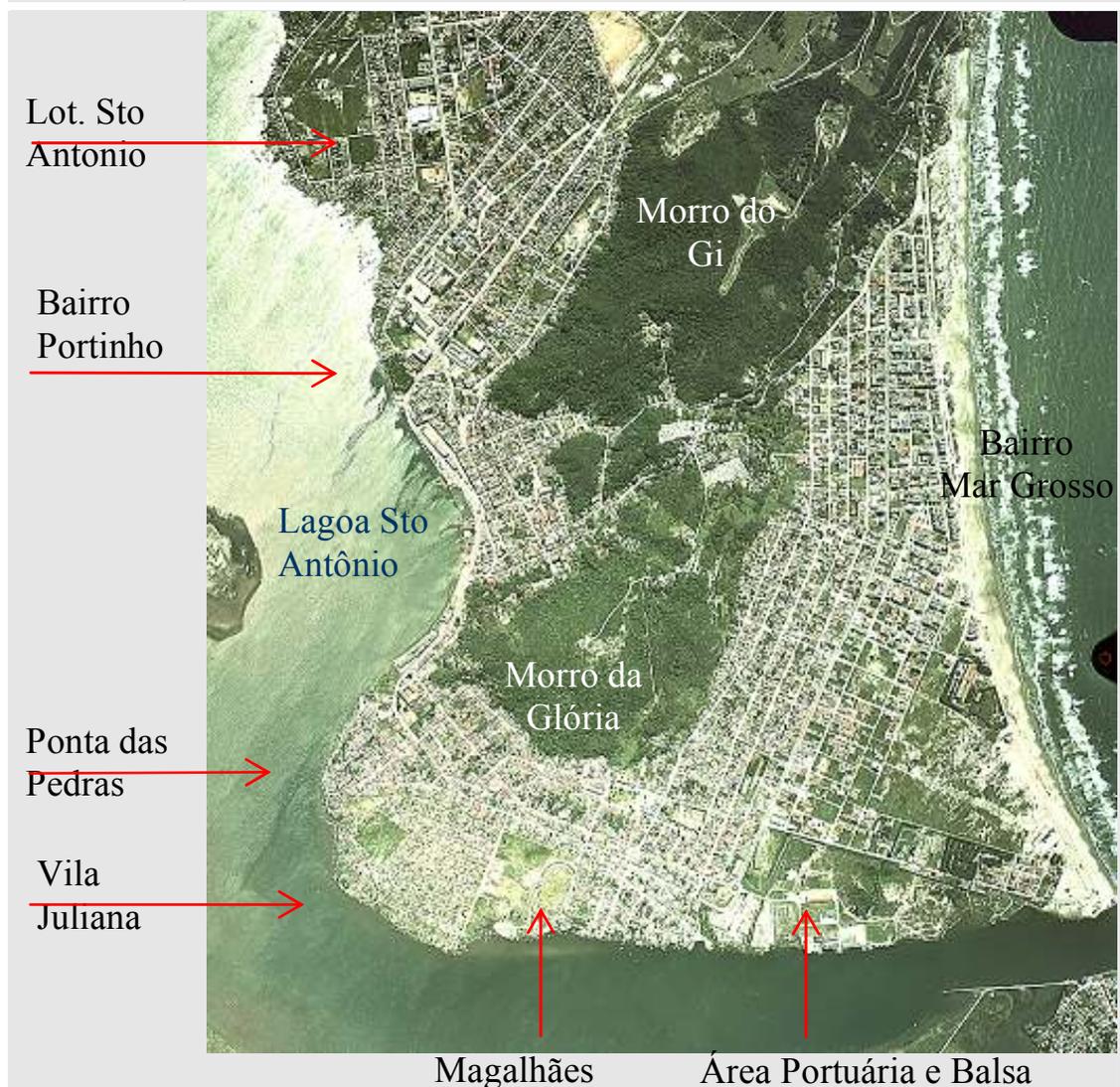


7. Edificações implantadas as margens da Lagoa Santo Antônio na comunidade Ponta das Pedras. Fonte: Jean Carlo de Souza, 2009.

As áreas com problemas de ocupação desvinculados dos aspectos naturais, localizam-se principalmente ao longo do limite noroeste da malha urbana consolidada. Formam uma faixa periférica que inicia no bairro Campo de Fora, passando por assentamentos como Casqueiro e Malvina, seguindo até a comunidade de São Judas Tadeu, na Barbacena.

O balneário Mar Grosso é o bairro mais verticalizado do município com grande oferta de serviços de hospedagem, possui uma malha xadrez e organiza-se em função de duas vias paralelas principais, uma acompanhando

(Rio Grande do Sul) a praia e a outra interna (Avenida Tito Castro), as demais ruas são paralelas ou verticais a estas. Em sua fase inicial de implantação predominavam edificações residências de veraneio de baixa volumetria, recuadas ou isoladas nos lotes.



8. Vista parcial da área urbanizada de Laguna. Formação de bairros às margens da lagoa Santo Antônio, muitas edificações estão implantadas em área de APP. Fonte: AEROIMAGEM S.A., 2002.

A partir da década de 1990 (Fig. 9, 10 e 11) estas edificações são substituídas por construções verticais com gabarito variando entre seis e dez pavimentos. Apesar da municipalidade, restringir o gabarito, de modo a assinalar a paisagem um caráter menos urbanizado, em 2009 o poder legislativo junto ao poder executivo municipal, aprovaram uma mudança no zoneamento atual que permite a construção de edifícios de até onze pavimentos, sendo dois de garagem, possibilitando a implantação nas extremidades do terreno. A

proposta de zoneamento que esta sendo discutida para implantação do plano diretor atual, permite a construção de edifícios com até treze pavimentos. Caso o zoneamento proposto para esta área seja aprovado, a paisagem do bairro Mar Grosso será consideravelmente alterada, perderá, principalmente, a relação atualmente existente os morros, a vegetação e o mar. Nas quadras ao longo da praia, entre as avenidas Rio Grande do Sul e Tito Castro, grande parte das construções são verticalizadas, ocupando praticamente 100% do lote. De modo geral, no restante do bairro ainda encontram-se muitas quadras com casas térreas ou dois pavimentos, principalmente em direção ao Morro da Glória.



9. Bairro Mar Grosso, 1930.



10. Bairro Mar Grosso, 1970.

Fonte: Acervo de Carlos R. Cabral, 2010.



11. Bairro Mar Grosso, 2010. Fonte: Marco Aurélio de Souza, 2009.

A lei complementar nº.54 de 23 de agosto de 2000, institui o plano diretor de desenvolvimento urbano do loteamento Laguna Internacional na praia do Gi. Anteriormente o local era ocupado apenas por um hotel, dois edifícios residenciais com quatro pavimentos e algumas casas de veraneio nas margens do mar. A regulamentação foi criada com intuito de estimular a estruturação e desenvolvimento urbano nesta região. O loteamento foi elaborado para ser construído em três etapas , atualmente apenas a primeira etapa está em fase de implantação. Define algumas zonas específicas para o empreendimento prevendo áreas prioritárias para residência e comércio, áreas verdes, áreas institucionais e áreas especiais com uso comunitário. Prevê ainda, um sistema de hierarquização viário, definindo vias principais, vias locais, sistema coletor e vias para pedestres (Fig. 12).



12. Loteamento Laguna Internacional, 2010. Fonte: Acervo próprio, 2010.

Mesmo sendo projetado com planejamento, atualmente, o local encontra-se pouco ocupado, existem apenas algumas edificações construídas no condomínio fechado e outras edificações geminadas construídas pelo empreendedor do loteamento, porém, pouco ocupadas e algumas até inacabadas. As áreas definidas como de uso institucional e comunitário não estão ocupadas. O loteamento Laguna Internacional é considerado para os próximos anos como uma possível frente de expansão urbana, tendo em vista, a facilidade de acesso à área central da cidade e a rodovia Br-101, bem como, é considerado uma área nobre do município pela infraestrutura já implantada e pela proximidade com a praia (Fig. 13).



ZONA DE USO	GRUPO DE ATIVIDADE	NÚMERO MÁXIMO DE PAVIMENTOS	TAXA DE OCUPAÇÃO		REQUISITOS A PARTIR DO PAVIMENTO TIPO			VAGAS OBRIGATORIAS POR UNIDADE
			TERRÇO	TIPO	FRONTEIRAL	LATERAL	FUNDOS	
ZR1	G1	2	2/3	2/3	4,0	3,0	3,0	2
ZR2	G2	12	4/5	1/2	4,0	3,0 + N	3,0 + N	2
ZR3	G1 e 2	6	2/3	1/2	4,0	3,0 + N	3,0 + N	1
ZR4	G2	6	4/5	1/2	4,0	3,0 + N	3,0 + N	2
ZCE	G 2, 4, 5	2 e 6	1/1	E*	-	-	-	1/10 m ²
ZC1	G 3, 4	4	4/5	1/2	4,0	3,0 + N	3,0 + N	1/18 m ²
ZC2	G6	4	4/5	1/2	4,0	3,0 + N	3,0 + N	1/18 m ²
ZI	G7	LIVRE	2/5	2/5	-	-	-	LIVRE

* E = Projeto Especial
 N = nº pavimentos tipo

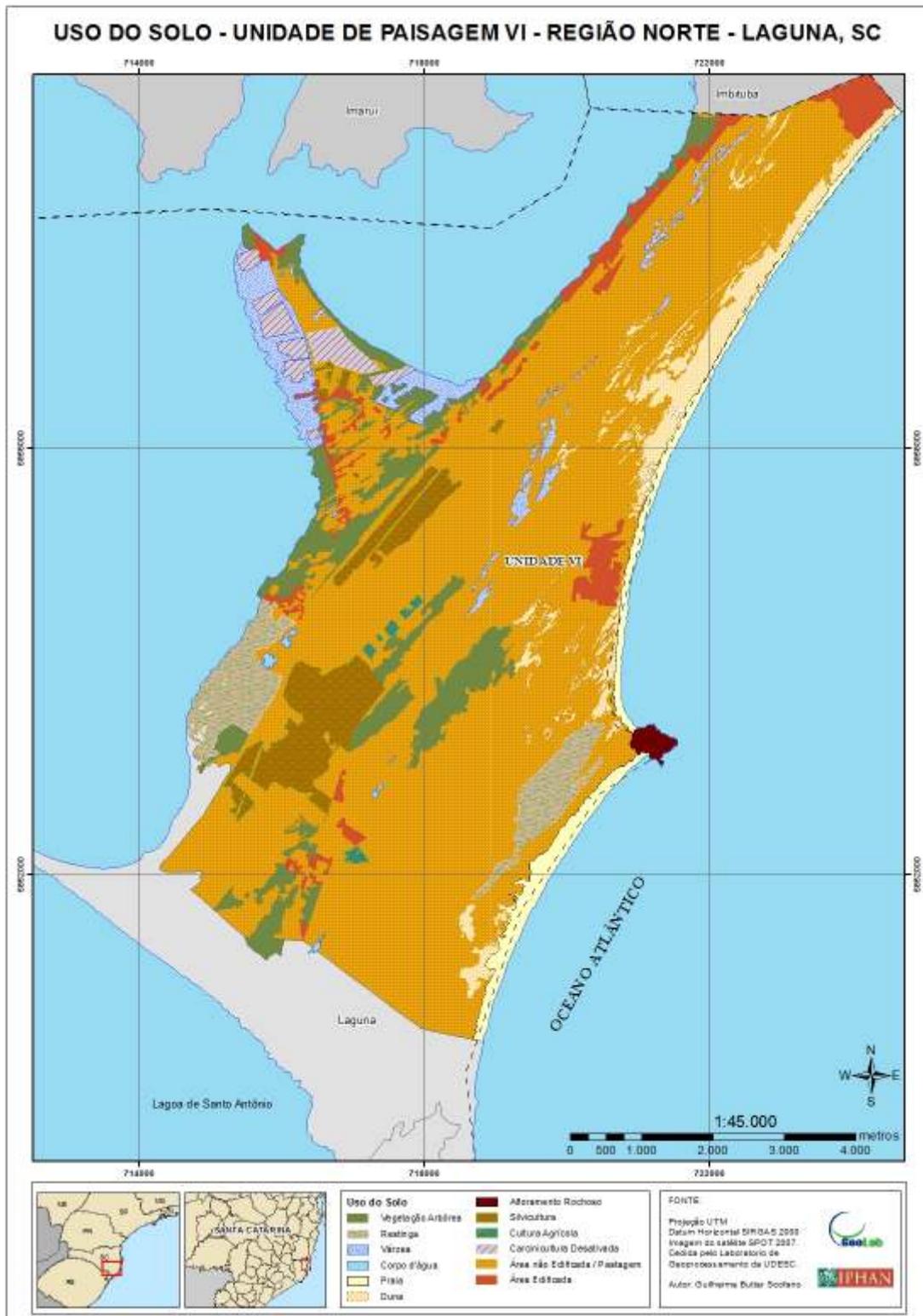
RESIDENCIAL	COMERCIAL	INSTITUCIONAL
GRUPO 1 Unifamiliar Condomínio de residências Condomínio Unifamiliares	GRUPO 4 Comércio varejista em geral Serviços de ordem doméstica Conveniências Comércio local gêneros alimentícios	GRUPO 7 Educação Lazer Saúde Segurança Abastecimento Uso condicionado e Aprovação de visibilidade
GRUPO 2 Multifamiliar (edifícios) Hotéis	GRUPO 5 Comércio varejista em geral Postos de combustíveis	GRUPO 6 Comércio atacadista Indústrias Depósitos Serviço volume
GRUPO 3 Hotéis Pensões Alojamentos Apart-Hotels Hotéis residenciais Flat Resort	GRUPO 8 Comércio varejista em geral Serviços de ordem doméstica Conveniências Comércio local gêneros alimentícios	GRUPO 9 Educação Lazer Saúde Segurança Abastecimento Uso condicionado e Aprovação de visibilidade

LEGENDA:

- ZR1 ZONA RESIDENCIAL HAB. UNIFAMILIAR
- ZR2 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR3 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR E UNIFAMILIAR
- ZR4 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR5 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR6 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR7 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR8 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR9 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR10 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR11 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR12 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR13 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR14 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR15 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR16 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR17 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR18 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR19 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZR20 ZONA RESIDENCIAL HAB. MULTIFAMILIAR
- ZC1 ZONA COMERCIAL 1
- ZC2 ZONA COMERCIAL 2
- ZC3 ZONA COMERCIAL 3
- ZC4 ZONA COMERCIAL 4
- ZC5 ZONA COMERCIAL 5
- ZC6 ZONA COMERCIAL 6
- ZC7 ZONA COMERCIAL 7
- ZC8 ZONA COMERCIAL 8
- ZC9 ZONA COMERCIAL 9
- ZC10 ZONA COMERCIAL 10
- ZC11 ZONA COMERCIAL 11
- ZC12 ZONA COMERCIAL 12
- ZC13 ZONA COMERCIAL 13
- ZC14 ZONA COMERCIAL 14
- ZC15 ZONA COMERCIAL 15
- ZC16 ZONA COMERCIAL 16
- ZC17 ZONA COMERCIAL 17
- ZC18 ZONA COMERCIAL 18
- ZC19 ZONA COMERCIAL 19
- ZC20 ZONA COMERCIAL 20
- ZCE ZONA COMERCIAL ESPECIAL MBTA
- ZE ZONA ESPECIAL
- ZI ZONA INSTITUCIONAL E AREA VERDE
- AV ZONA RESTRITA A AREA VERDE E REDREAGADA

13. Plano Diretor do Loteamento Laguna Internacional. Planta das Etapas de Implantação e Zoneamento. Fonte: Prefeitura Municipal de Laguna, 2010.

UNIDADE DE PAISAGEM V – Região Norte



Paisagem Rural: Pesca, Áreas Alagadas, Carcinicultura, Silvicultura.
Paisagem Urbana: Áreas Edificadas, Mineração Rodovia Br 101.



1 e 2. Silvicultura ao longo da rodovia BR 101. Fonte: Acervo próprio, 2010.

As margens da Lagoa de Imaruí existem diversas comunidades interligadas pela rodovia Br101. De acordo com PMHIS (2009), parte da população é oriunda de famílias que vivem ou que viviam da pesca, principalmente ligados à Lagoa do Imaruí. A facilidade de deslocamento e a valorização das terras próximas à lagoa criou um mercado imobiliário especulativo, transformando as pequenas propriedades rurais em áreas mais urbanizadas com ocupação densa, porém, com pouca infraestrutura. Grande parte destas comunidades possui um traçado viário orgânico e sem uniformidade no tamanho dos lotes, indicando que se trata de aglomerados que surgiram de maneira espontânea, principalmente em Bentos e Caputera, onde predominam características rurais. No bairro Barranceira e Estreito, a ocupação recente imprimiu a eles características urbanas, como pequenos loteamentos e áreas adensadas, ficando claramente visível o processo de especulação imobiliária (Fig.4, 5).





4 e 5. Comunidades localizadas às margens da Lagoa do Imaruá e da rodovia Br101. Fonte: Google Earth, 2010.

A região de Itapirubá, balneário que faz divisa com o município de Imbituba, apresenta traçado urbano a partir de uma malha xadrez, organizando-se em função da rua paralela ao mar e limitados por dois costões, denominados de costão norte e Sul. É ocupado na grande maioria por casas de veranistas e por pequenos hotéis e pousadas apresentando baixa volumetria com no máximo quatro pavimentos construídos em lotes com área aproximada de 360m². Seu território é dividido entre os municípios de Laguna e Imbituba.

O balneário Praia do Sol é formado por um rua principal e diversas ruas coletoras, as quadras e lotes são distribuídos a partir da rua principal. Neste local encontram-se áreas loteadas com infraestrutura implantada, porém, sem edificações, causando grandes vazios urbanos (Fig. 6 e 7).



6. Vista Geral do Balneário Praia do Sol a partir do Morro do Gi. Fonte: Acervo próprio, 2010.

Rodovia BR101

Acesso à Praia do Sol



7. Traçado urbano do Praia do Sol.
Fonte: AEROIMAGEM S.A., 2002.



8. Balneário Praia do Sol.
Fonte: Google Earth, 2010.

Após análise geral da paisagem rural e urbana do município de Laguna pode-se considerar que algumas áreas encontram-se de certa forma descaracterizadas em seu aspecto original, predominando a presença de campos para pastagem, drenagem de banhados, lavouras de arroz, tanques de camarão desativados, rizicultura e aglomerados urbanos com ocupações em áreas de preservação permanente. Sendo que nas áreas urbanas destaca-se a falta de espaços livres e áreas públicas para lazer. A vegetação encontra-se dispersa e isolada nos morros e próximas ao mar.

Ainda assim, a paisagem de Laguna apresenta características peculiares que devem ser consideradas. A paisagem em geral constitui um valor histórico cultural com poder de ativar significados existenciais, formas de identidade e pertinência no sentimento dos habitantes destas áreas e também daqueles que de alguma forma fazem parte ou a contemplam. Em toda extensão rural, ainda encontramos fortemente a presença de técnicas construtivas tradicionais e culturas agrícolas desenvolvidas pelo trabalho familiar e artesanal em pequenas propriedades, é o caso da pesca artesanal, dos engenhos, dos alambiques e de algumas ferrarias.

Oliveira (2010), afirma que antigamente havia dezenas de engenhos e alambiques espalhados pelas comunidades rurais do município. Atualmente, restam poucas pequenas propriedades com a presença de engenhos ou alambiques, sendo assim merecem ser identificadas e valorizadas para que possam continuar a fazer parte deste riquíssimo contexto cultural.

5.2 IDENTIFICAÇÃO E VALORAÇÃO DA PAISAGEM DE LAGUNA

A situação geográfica privilegiada de Laguna possibilita a consistência de um número considerável de valores naturais e ecológicos, produtivos, sociais, assim como de valores históricos, simbólicos e espirituais, pois seu território é marcado por diversos eventos que registraram a história da região e do país, sendo ocupado por povos que passaram por aqui em diferentes períodos deixando suas marcas na paisagem. O resultado disto consiste na presença de um valioso patrimônio natural e cultural, marcado por lugares, crenças, caminhos e rituais. Para Vaz (1990) “os rituais coletivos são reafirmação de valores reconhecidos

pela sociedade como eternos, ritualizados pelas instituições sociais e transformados em tradição. Momentos em que a sociedade coletiva expressa o seu culto a memória e o desejo de preservação de alguns valores.” (POPINI VAZ, 1990, p.60).

Portanto, nesta etapa do trabalho foram identificadas as paisagens reconhecidas normativamente pelo município, estado ou união através de legislação específica, como por exemplo, leis e decretos. Identificou-se também, os valores de paisagem que atualmente não são reconhecidos normativamente, mas merecem ser mapeados devido sua representatividade perante a sociedade. Os valores de paisagem foram identificados através de métodos diretos, por meio de visitas a campo, análise de gravuras e fotografias, por meio de percepção, e através de entrevistas com moradores e usuários da área.

5.2.1 Paisagens Reconhecidas de Interesse Natural e Cultural

Para Nougé e Sala (2006) as paisagens reconhecidas são as existentes no território que possuem valor natural e cultural, portanto, são reconhecidas legalmente pelo poder público através de leis ou decretos. Como por exemplo as áreas de interesse paisagístico e unidades de conservação enquadradas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) inseridas no município Laguna, como parques nacionais, reservas naturais, centros históricos, patrimônio arqueológico, espaços reconhecidos como reservas da biosfera ou como patrimônio da humanidade.

As paisagens de Laguna reconhecidas de interesse natural mapeadas foram: Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, Área de Preservação Permanente definida pelo Código Florestal Brasileiro, os Promontórios e Ilhas definidos como área de proteção ambiental pelo estado de Santa Catarina, as lagoas protegidas pelo município e o Parque Municipal da Pedra do Frade, conforme listadas no Quadro 8. As paisagens reconhecidas de interesse cultural mapeadas foram: sítios arqueológicos, Centro Histórico, Casa de Câmara e Cadeia e imóveis tombados pelo estado e município, conforme listadas no Quadro 5 e 6.

Com intuito de facilitar a compreensão e visualização destas paisagens foram estabelecidas cores que permitem relacionar os quadros aos elementos mapeados na cartografia (Fig. 34, 35, 36, 37, 38, 39).

Quadro 5: Paisagens de Laguna reconhecidas de interesse natural.

	Legislação	Área de Abrangência	Objetivo	UP
Nível Federal	Decreto Federal 003 de 14 de setembro de 2000 institui a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.	Sua área territorial de abrangência é de 156.100 hectares, se estende da ponta sul da Ilha de Santa Catarina, praia Lagoinha do Leste até o balneário Rincão ao sul do estado de Santa Catarina. Abrange nove municípios, incluindo parte do município de Laguna, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Tubarão, Jaguaruna e Içara.	Proteger as enseadas com maior concentração de Baleias Francas com filhotes, proteger importantes áreas terrestres com costões rochosos, dunas, banhados e lagoas. Sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes - IBAMA este santuário serve como pólo disseminador de educação ambiental e cultural.	Unidade de Paisagem I
	Lei n. 4.771/65 - Código Florestal Brasileiro define as Área de Preservação Permanente (APP).	São consideradas APP: florestas e vegetação natural, situadas ao longo dos rios desde o seu nível mais alto em faixa marginal cujas larguras podem variar entre 30m até 600m, além do entorno das lagoas, reservatórios de água natural ou artificial e um raio de 50m ao redor das nascentes. Topo de morros, encostas com declividade superior a 100%, nas restingas etc.	Áreas protegidas com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, o solo e assegurar o bem estar das populações humanas.	Unidade de Paisagem I, II, III, IV, V e VI
Nível Estadual	Decreto n.14.250 de 05 de junho de 1981 define os Promontórios e Ilhas como de proteção ambiental.	Promontório do Cabo de Santa Marta Grande e Pequeno, Ponta da Galheta, Ponta da Barra e Ponta do Gi, Ponta das Laranjeiras e a Ponta do Daniel. As ilhas registradas na paisagem de Laguna são Ilhota de Fora, Ilha dos Lobos e Ilha Itacolomi.	Proteção e a Melhoria da Qualidade Ambiental no Estado de Santa Catarina que considera as ilhas e promontórios como área de proteção ambiental.	Unidade de Paisagem I, II, III e V
Nível Municipal	Lei Municipal nº. 123/1990.	Todas as lagoas e rios do município de Laguna.	Declara as lagoas e rios do município como áreas de preservação permanente.	I, II, III, IV, V e VI
	Decreto Munic. nº.267/93	Todas as lagoas do município de Laguna.	Lagoas do município são Santuário Ecológico dos Botos e Golfinhos, a pesca com auxílio dos botos é uma sa relação estabelecida, entre o boto e os pescadores de tarrafas no canal da Barra de Laguna.	I, II, III, IV, V e VI
	Decreto Municipal nº. 764/01.	Parque da Pedra do Frade	Institui como área de relevante interesse ecológico as terras onde se localiza a Pedra do Frade, um local especificamente belo, favoráveis para avistar as Baleias Francas que visitam o litoral de Santa Catarina entre os meses de junho a novembro.	Unidade de Paisagem V

Fonte: Elaborada pela autora, 2010.

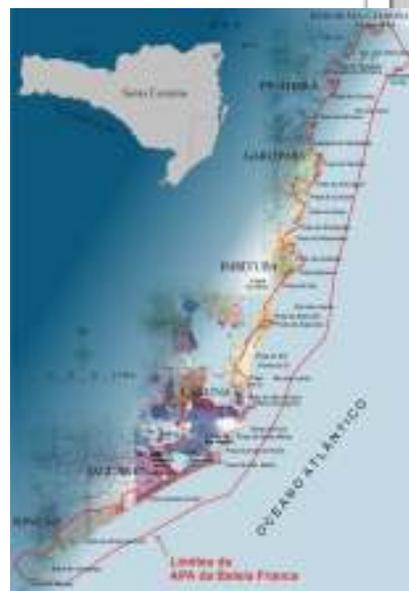
Quadro 6: Paisagens de Laguna reconhecidas de interesse cultural.

	Legislação	Área de Abrangência	Objetivo	UP
Nível Federal	Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961.	Sítios arqueológicos: oficinas líticas, sambaquis, sítios ceramistas.	Dispõe sobre a proteção, pesquisa e salvaguarda monumentos arqueológicos e pré-históricos.	I, IV, V, VI
	Inscrição n 301 e Processo n 0492-T-53, de 05 de março de 1954, no livro de Tombo Histórico.	Antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu Anita Garibaldi localizado na Praça de República Juliana, Centro Histórico de Laguna.	Edifício onde foi assinada e proclamada a República Catarinense quando o Sul separou-se do regime monárquico. Construída em dois momentos distintos.	IV
Nível Federal	Centro Histórico de Laguna inscrição nº. 500 e Processo nº. 1122-T-84, de 23 de dezembro de 1985 no Livro de Tombo Histórico. Inscrição nº. 089 e Processo nº. 1122-T-84, de abril de 1985 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.	Centro Histórico de Laguna, SC. Define-se uma poligonal de tombamento com área aproximada de 1,2km². Esta área é referente ao local onde iniciou a ocupação do território de Laguna.	Proteger o acervo paisagístico constituído pelo Morro da Glória e lagoa Santo Antônio, o conjunto de logradouros em seu traçado e dimensão, o conjunto de edificações em sua volumetria, ocupação do solo e características arquitetônicas.	IV
	Lei nº.11.483/2007.	Transfere-se para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a responsabilidade pelos bens imóveis não operacionais e de valor histórico, artístico e cultural da extinta RFFSA: antiga estação ferroviária do bairro Campo de Fora, ponte férrea e antiga estação do bairro Cabeçadas.	Proteger o patrimônio de valor histórico, artístico e cultural da extinta RFFSA, visando a preservação e difusão da memória.	IV e V
Estadual	Tombamento por Decreto nº. 1.290 de 29 de outubro de 1996, com referência na Lei nº. 5.846, de 22 de dezembro de 1980 que dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Cultural de SC.	Em Laguna, o único monumento protegido pelo governo do estado resume-se à Igreja de Bom Jesus do Socorro, localizada na comunidade de Pescaria Brava.	Área de proteção os bens tombados pelo Governo de SC definindo bem tombado como área delimitada para proteger monumento arquitetônico, paisagístico e arqueológico.	III
Nível Municipal	Decreto nº. 27/76 de 22 de outubro de 1976, vinculado a Lei 34/77.	Tombamento da antiga Casa de Câmara e Cadeia, Casa Pinto de Ulysséa, Casa de Anita.	A Lei 34/77 de 03 de novembro de 1977 dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico do município. Constituem patrimônio histórico e artístico do município de Laguna os bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja sua conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis ou por valor cultural a qualquer título	IV
	Decreto nº. 17/78 de 04 de outubro de 1978, vinculado a Lei 34/77.	Fachadas da Praça da República Juliana e Largo do Rosário. Palacete Polidoro Santiago, Casa nº10 da Rua Rio Branco, Casa Candemil, Hotel Rio Branco, Casa 420 da Rua Voluntário Benevides, Casa de Anita na Rua Fernando Machado.		IV e V
	Decreto nº. 26/82 de 20 de agosto de 1982, vinculado a Lei 34/77.	Casas da Rua Raulino Horn nº13, 133, 185 e SR União Operária na Rua Santo Antônio.		UP IV
	Decreto nº. 28/82 de 27 de dezembro de 1982, vinculado a Lei 34/77.	Casa 208 da Rua Raulino Horn esquina com a Rua Barão do Rio Branco, Ruínas do Forte José Garibaldi localizado na Ponta da Barra.		I e IV



Lagoa de Santo Antonio e Promontório da Ponta da Barra.

Fonte: Acervo Próprio, 2010.



Limite da APA da Baleia Franca.

Fonte: Correa, 2008

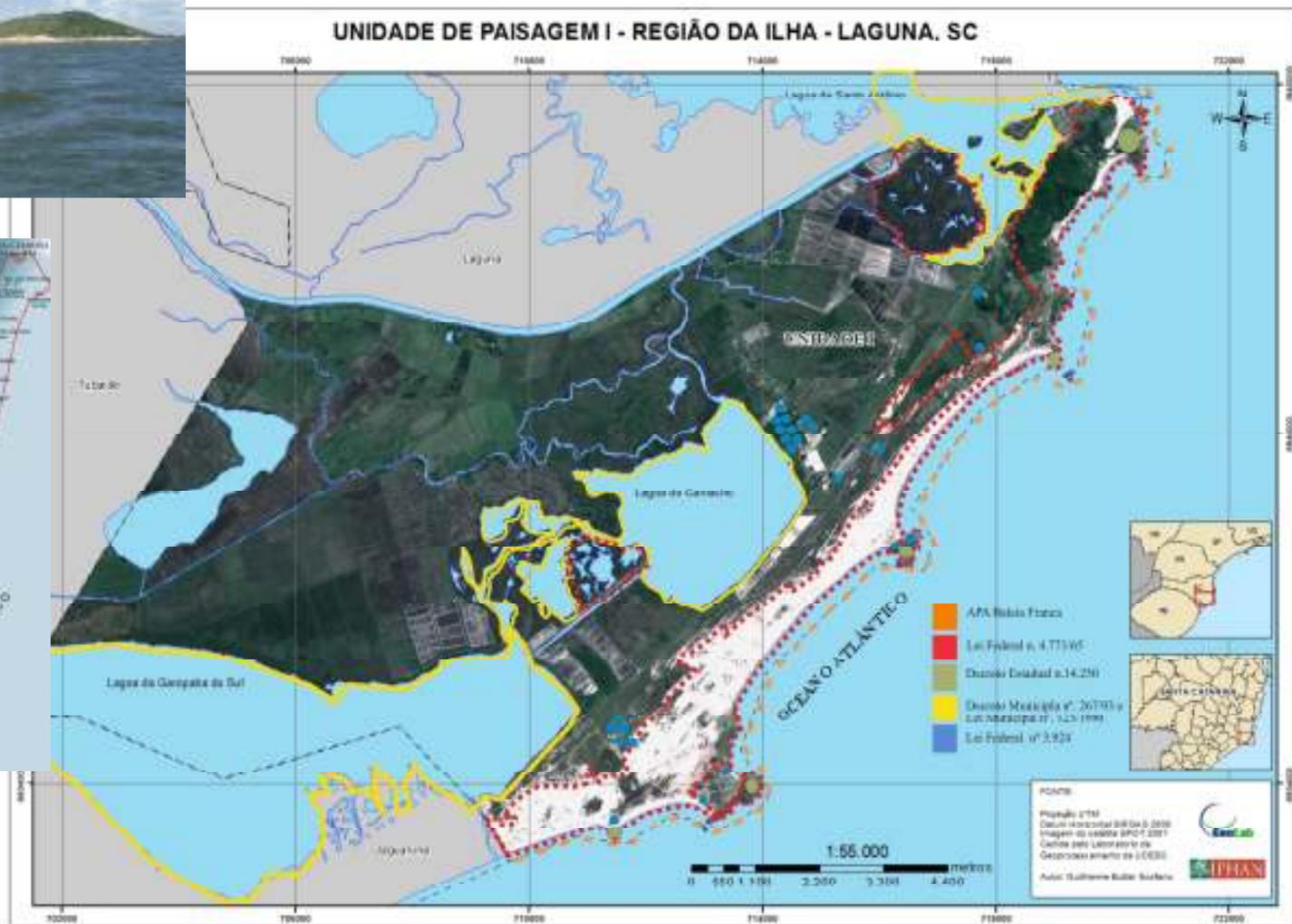
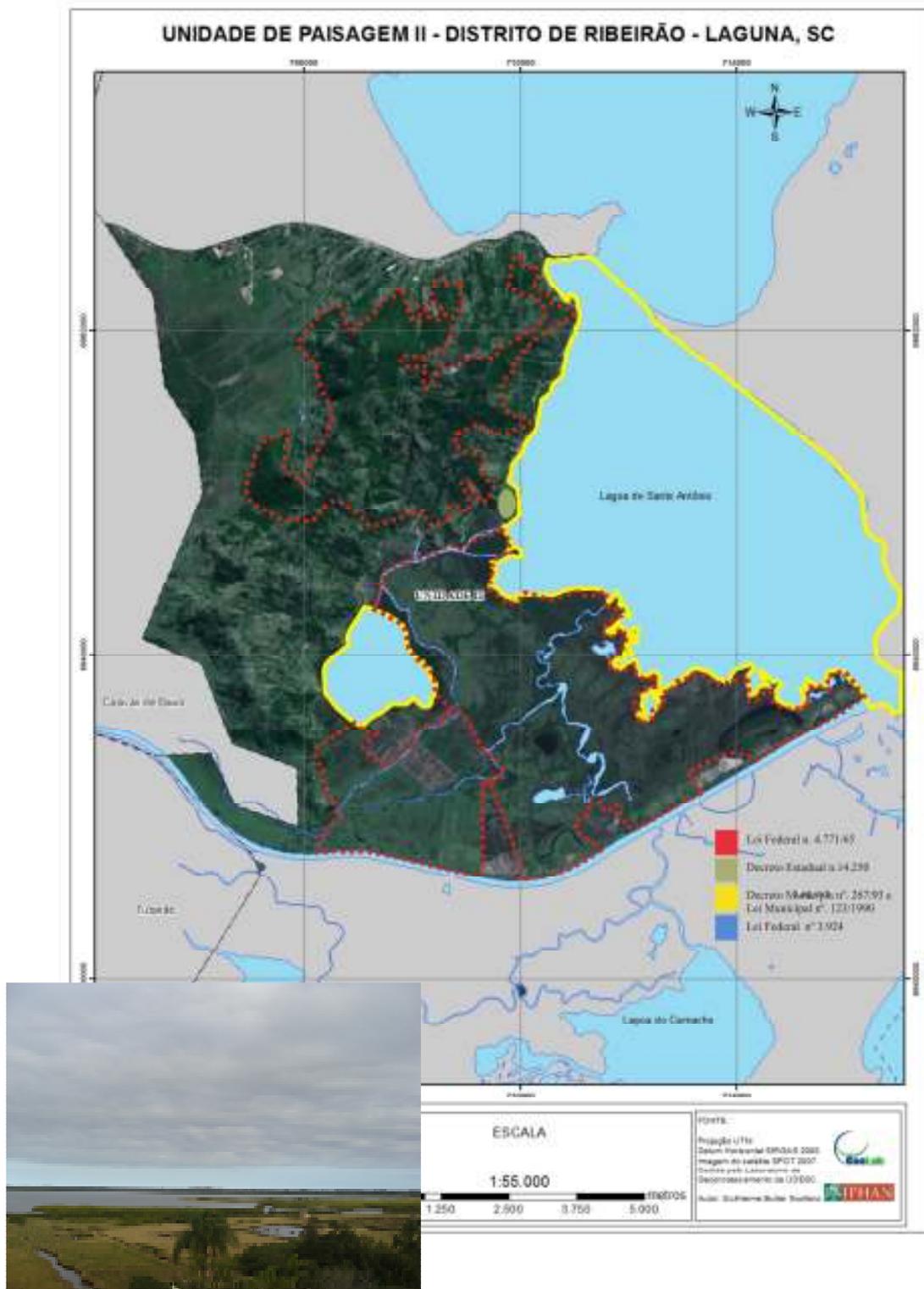
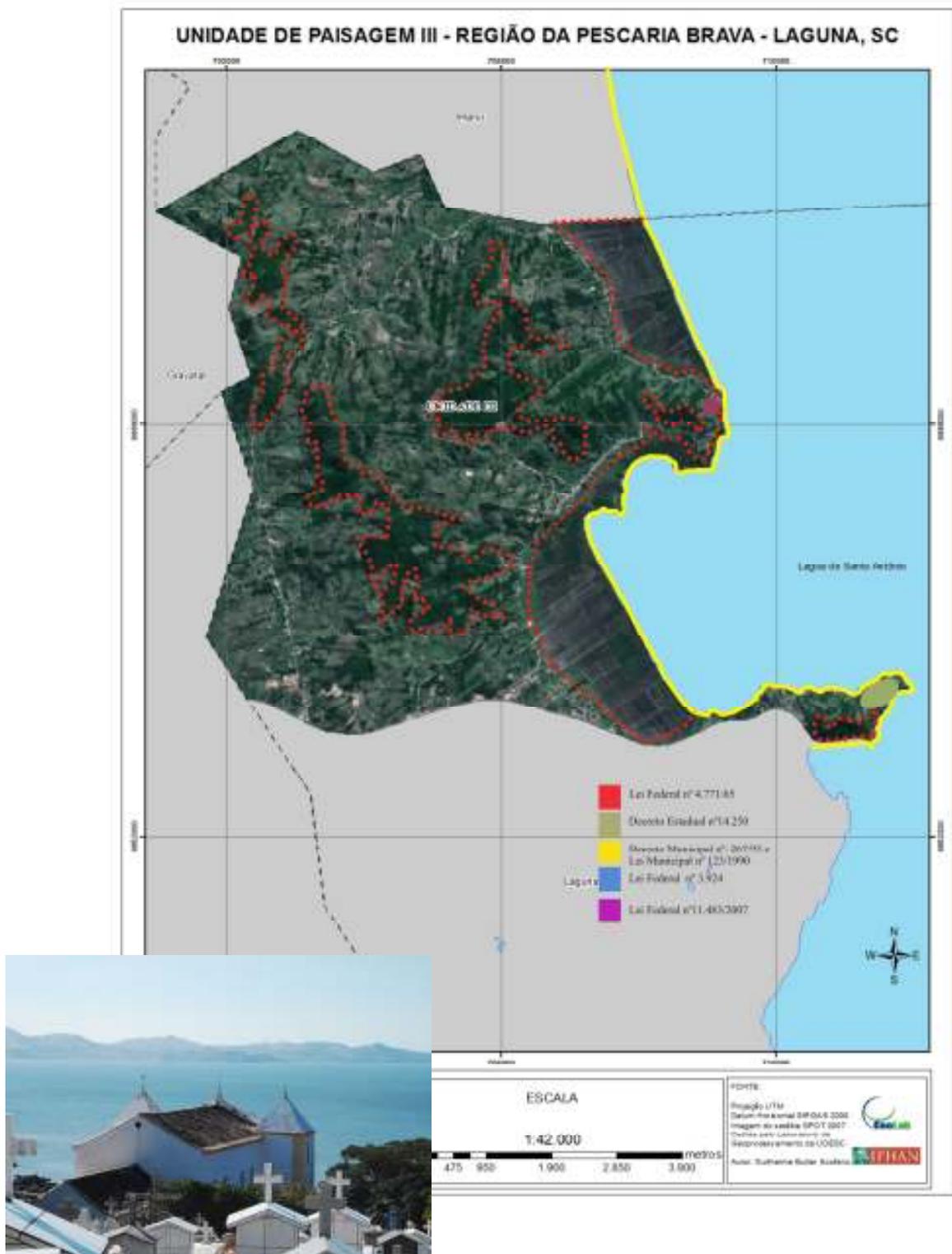


Figura 34: Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP I. Fonte: Acervo próprio, 2010.



Áreas de APP

Figura 35: Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP II. Fonte: Acervo próprio, 2010.



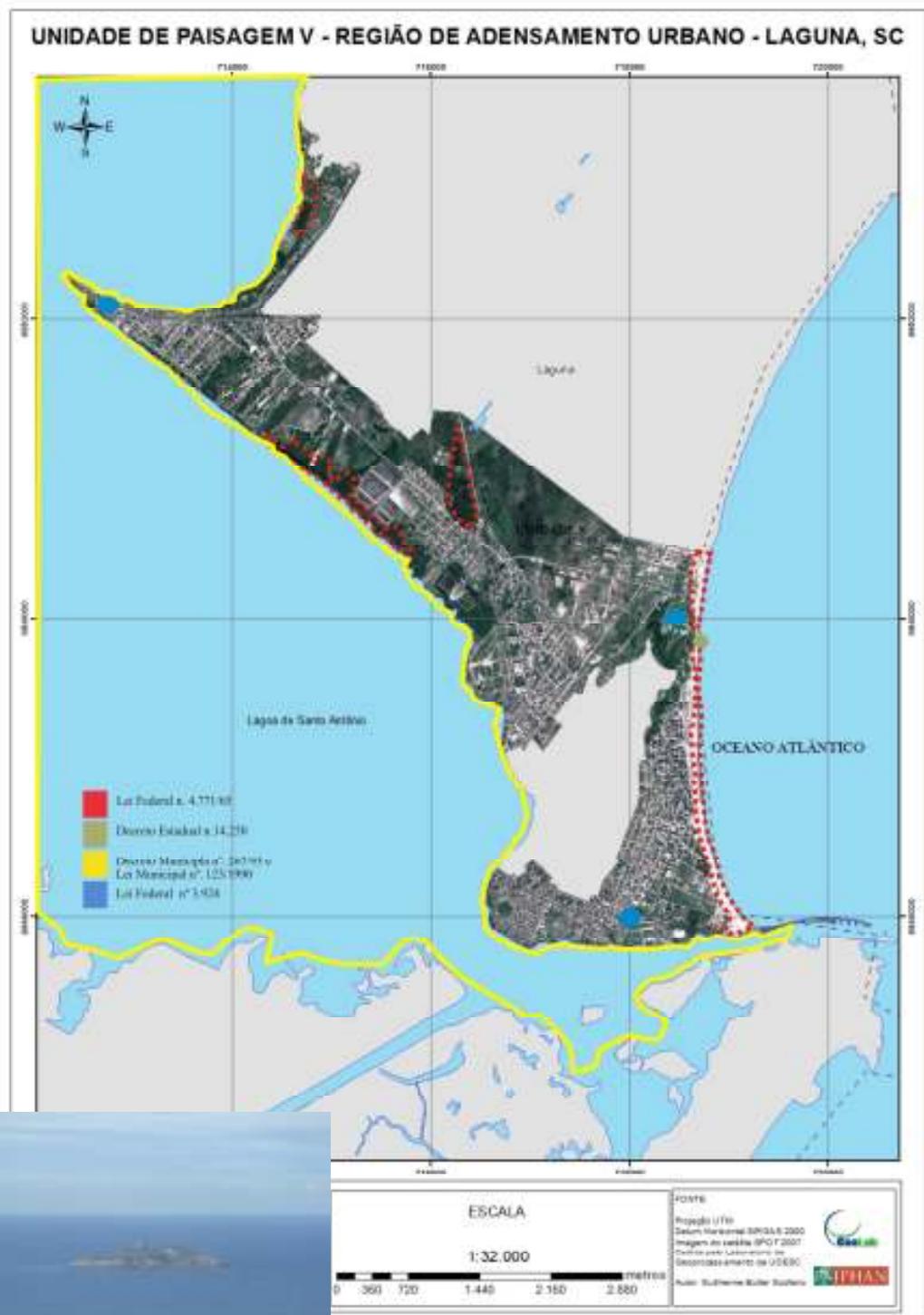
Igreja da Pescaria Brava

Figura 36: Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP III. Fonte: Acervo próprio, 2010.



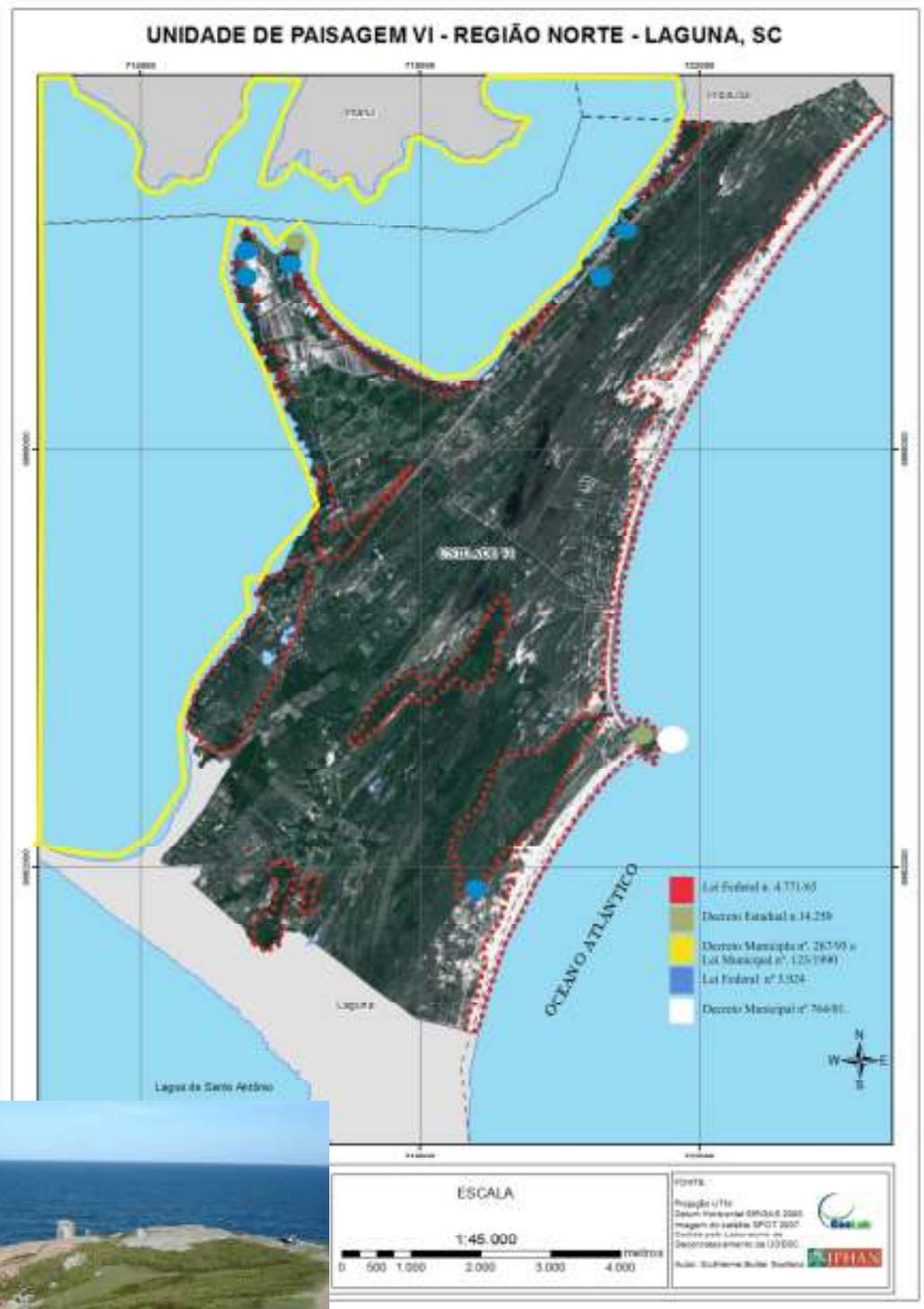
Centro
Histórico

Figura 37: Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP IV. Fonte: Acervo próprio, 2010.



Ilha dos Lobos

Figura 38: Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP V. Fonte: Acervo próprio, 2010.



Pedra do Frade

Figura 39: Paisagens reconhecidas de interesse natural e cultural mapeadas na UP VI. Fonte: Acervo próprio, 2010.

5.2.2 Valores de Paisagem

Segundo Nougé e Sala (2006) os valores de paisagem são analisados diante de paisagens que não são reconhecidas legalmente, porém, merecem ser preservadas devido aos seus aspectos estéticos, naturais e ecológicos, produtivos, históricos, de uso social, espirituais e mitológicos e os valores simbólicos e identitários.

Nestes casos, é importante ao menos realizar um inventário destes elementos, avaliando a necessidade de protegê-los ou apenas registrá-los, para que sirvam de testemunhos e referenciais para as futuras gerações.

a) Valores Naturais e Ecológicos

Na paisagem de Laguna foram identificadas como valores naturais e ecológicos os remanescentes da fisionomia da restinga, remanescentes da Floresta Tropical Atlântica, remanescente de restinga arbórea e arbustiva, principalmente, na UP V onde existe a proposta de criação de uma Reserva Extrativista para proteção deste ecossistema, e ainda, a proposta de criação de Parque Natural e Arqueológico Municipal na UP I.

Os remanescentes da fisionomia da restinga de dunas frontal e interna, estão situados nas praias localizadas ao norte do município, Itapirubá Sul, Sol e Gi, e nas praias do sul, Ipoã, Praia Grande, Galheta, Farol de Santa Marta, Cardoso e Tereza. Além da fisionomia restinga arbustiva situada nas localidades às margens da rodovia Br 101 nas localidades de Estreito, Barbacena, Barranceira e Cabeçadas. Os remanescentes da fisionomia da restinga arbórea e arbustiva em estágio avançado de regeneração, situados na localidade de Areia Vermelha e Bentos, as margens da rodovia Br 101.

A vegetação de remanescentes da Floresta Tropical Atlântica são encontrados nos morros da Glória e do Inhame, na encosta da localidade de Passagem da Barra entre a praia do Gravata e da Tereza, nas encostas das localidades da Laranjeira, Bananal, Morro Grande, Figueira e Ponta do Daniel. Além da vegetação remanescente da Floresta Tropical Atlântica que protege as nascentes dos cursos de água encontrados nas localidades do Sertão de Santiago, Estiva e Santiago.

Observa-se uma extensão de remanescente de Restinga Arbórea e Arbustiva de grande importância para a conservação da riqueza e diversidade local da flora na localidade de Areia Vermelha, entre a

Br101 e lagoa de Imarui. Vale ressaltar a importância deste contexto para os moradores locais que utilizam o fruto e as folhas do butiazeiro, planta encontrada em abundância, para produções do gênero alimentício e artesanato. Esta atividade é considerada a principal fonte de renda da localidade.

A proposta de criação do parque natural e arqueológico municipal partiu da sociedade civil organizada do Farol de Santa Marta que propõe a criação do parque para incentivar a proteção das áreas de preservação permanente e das áreas públicas em processo de privatização, considerando que neste local encontra-se um adensamento de sítios arqueológicos e a única fonte de água potável da região.

b) Valores Históricos

Em Laguna as paisagens e elementos de valor histórico são muito numerosos, identificou-se como de valor histórico, os engenhos, faróis, estaleiros, ranchos de pesca e sarilhos.

Os engenhos de farinha e cana de açúcar, alambiques e ferrarias distribuídos na extensão rural do território de Laguna, principalmente em Ribeirão. São edificações construídas com madeira e telhado de cerâmica, geralmente localizados próximo a córregos de água, pois, estes equipamentos eram movidos geralmente à água ou a bois. Os alambiques também são utilizados para produção do açúcar grosso e do melado.

O farol construído no Cabo de Santa Marta é considerado uma construção de grande relevância arquitetônica e histórica, pelo seu porte e exuberância marcando de maneira significativa a paisagem do local. O conjunto é constituído pela torre do farol e pelas edificações existentes em seu entorno utilizadas pela Marinha do Brasil que é responsável pelo conjunto. Além deste, existem outros dois faróis de pequeno porte utilizados para orientar as embarcações que navegam pela região, um deles localizado na ponta dos molhes na barra de Laguna e o outro na ilha dos Lobos.

Os ranchos de pesca são encontrados em grande quantidade nas localidades que sobrevivem da pesca artesanal, geralmente seu sistema construtivo é de madeira e telhas de barro, atualmente estão sendo substituídos por edificações em alvenaria.

Quanto aos estaleiros na maioria das vezes, observou-se embarcações de pequeno porte sendo construídas ao ar livre, à beira da lagoa ou embaixo de uma árvore. Isso ocorre, pois, a construção de

pequenas canoas pode ser realizada com ferramentas primitivas, tais como, serrotes, plainas, enxós e com recursos disponíveis no local.

Os sarilhos são encontrados em todo o ambiente as margens das lagoas de Laguna, são toscas engrenagens de madeira construídas por pescadores artesanais para suspender as embarcações que chegam da pesca, geralmente estão localizadas próximas aos trapiches. Os sarilhos possuem relevante valor cultural, pois, fazem parte de um costume praticado por pescadores ao longo do tempo, geralmente são construídas e remodeladas nos mesmos locais. Porém, aos poucos estão sendo substituídas por estruturas em alvenaria, supõe-se que este fato esta relacionado à facilidade para manutenção e durabilidade. Estas estruturas não são descritas em outras partes do litoral brasileiro.

c) Valores Religiosos e Espirituais

Na paisagem de Laguna identificou-se como elementos de valor religioso e espiritual os cemitérios, igrejas, monumento a Nossa Senhora da Glória, os terreiros de umbanda e os sambaquis que no imaginário popular é reconhecido como local de sepultamento dos povos sambaquieiros.

Entre as igreja e cemitérios não foram mapeadas apenas os que apresentam valor histórico ou arquitetônico, mas sim os que marcam significativamente a paisagem do local e são referencial de grande valor religioso aos moradores. Como por exemplo a capela do Farol de Santa Marta e cemitério de Ribeirão.

O Morro da Glória é considerado local de valor religioso devido à existência da imagem de Nossa Senhora da Glória implanta no topo do morro desde a década de 1950. A imagem é procurada pela população para realização de culto religioso.

d) Valores Produtivos

Como exemplos de valores produtivos foram mapeados na paisagem de Laguna as lagoas, mar, praia, cachoeiras, as folhas e o fruto do butiazeiro.

Destacam-se o complexo de lagoas que assinalam fortemente a paisagem de Laguna, são responsáveis por uma das principais fontes de renda do município, o pescado. A prática da pesca é uma das atividades mais antigas, é comum avistar embarcações pintadas com cores vivas deslocando-se nas lagoas. A pesca com auxílio dos botos é uma curiosa relação estabelecida, entre o boto e os pescadores de tarrafas no canal da Barra de Laguna.

O oceano atlântico também está registrado na paisagem de Laguna. É responsável pela atividade da pesca artesanal e principalmente industrial. Além da presença do porto de Laguna que esta diretamente ligada à atividade pesqueira. No canal da barra de Laguna, comumente avista-se embarcações de maior porte carregadas de pescado navegando com destino ao porto.

Além disso, os resíduos do pescado não são descartados, atualmente, são utilizados para confecção de produtos artesanais, tais como, jóias, bijuteria, roupas entre outros.

Já a praia é considerada uma paisagem totalmente vinculada à atividade turística. O uso deste espaço como área de lazer gera renda a população, principalmente nos meses de verão. Também é fonte de renda para pessoas que utilizam a material prima, como cascalho e areia para confecção de produtos artesanais.

O butiazeiro considerado árvore símbolo do município por estar presente em todo território, é responsável pela geração de renda de diversas famílias que sobrevivem de produtos feitos a base do butiá, tais como, pão, biscoitos, geléia, sorvete, suco, artesanato, entre outros.

d) Valores de Uso Social

O mar e as lagoas do complexo lagunar são fortes referenciais na paisagem quanto ao uso social, pois, são utilizados como meio de locomoção, passeio, prática de esportes e lazer. Além deles foram mapeados os salões paroquiais das comunidades, o mirante do Morro da Glória e Morro do Gi, os molhes da barra de Laguna, o parque da Pedra do Frade. Em todas as comunidades visitadas é visível ao lado da igreja, a presença de uma construção denominada como salão paroquial, utilizada como ponto de encontro, reunião e comemorações pelas pessoas da localidade.

Em vários locais das lagoas de Santo Antonio e Imarui existem pontos utilizados pela população para travessia com pequenas embarcações e balsa. Estes pontos de travessia estão localizados no Centro Histórico, fazendo a ligação da comunidade do Parobé ao centro da cidade, na barra de Laguna, interligando a comunidade da Ponta da Barra ao bairro Mar Grosso, na comunidade de Perichil, interligando o território de Laguna ao município vizinho, Imarui. Um dos principais pontos, talvez o mais utilizado, está localizado no bairro Magalhães, onde se encontra a balsa que realiza o transporte de veículos automotores e pedestres, interligando a área mais urbanizada de Laguna

as praias do sul do município. As lagoas e mar também são utilizados para o transporte de lazer como passeios de escunas, lanchas, jet-ski e pequenas embarcações, prática de esportes náuticos e surfe. A praia é o local de encontro, lazer e passeio mais utilizada pela população. (MENESES 2002, p.29) aponta que a concepção da praia como paisagem se dá na sensibilidade ocidental a partir do séc. XVIII primeiro marcada como local de tensão e mais tarde como local de prazer e fruição.

O molhe da barra é considerado principalmente um local de lazer, pois, sua estrutura é utilizada pela população local e regional para pesca artesanal e esportiva, passeio e observação panorâmica. O Morro da Gloria, além de ser reconhecido como paisagem de valor simbólico é considerado paisagem de uso social, pois, as pessoas apropriaram-se da área utilizando-a como local de observação panorâmica. Deste ponto é possível observar toda extensão territorial do município de Laguna entendendo os aspectos geográficos e o processo de ocupação.

e) Valores Estéticos

Após a entrevista realizada com um numero de 100 (cem) pessoas que usufruem da paisagem de Laguna, onde se questionou qual a paisagem do município o usuário atribui maior valor estético, obteve-se os seguintes resultados (Quadro 7).

Quadro 7: Valores estéticos atribuídos à paisagem de Laguna

n. Entrevistados 100	Resposta
30%	Farol de Santa Marta
25%	Canal da barra de Laguna junto aos molhes
15%	Lagoa de Santo Antonio
10%	Vista do Centro Histórico e lagoa de Santo Antonio a partir do Morro da Glória
6%	Centro Histórico
5%	Praias da Região da Ilha
5%	Praias da Região Norte
3%	Lagoa de Imaruí
1%	Morro Grande na Região do Distrito de Ribeirão

Fonte: Acervo próprio, 2010.

f) Valores Simbólicos e Identitários

Após a entrevista realizada com um número de 100 (cem) pessoas que usufruem da paisagem de Laguna, onde se questionou qual a paisagem do município o usuário atribuiu maior valor simbólico, obteve-se os seguintes resultados (Quadro 8).

Quadro 8: Valores Simbólicos atribuídos à paisagem de Laguna

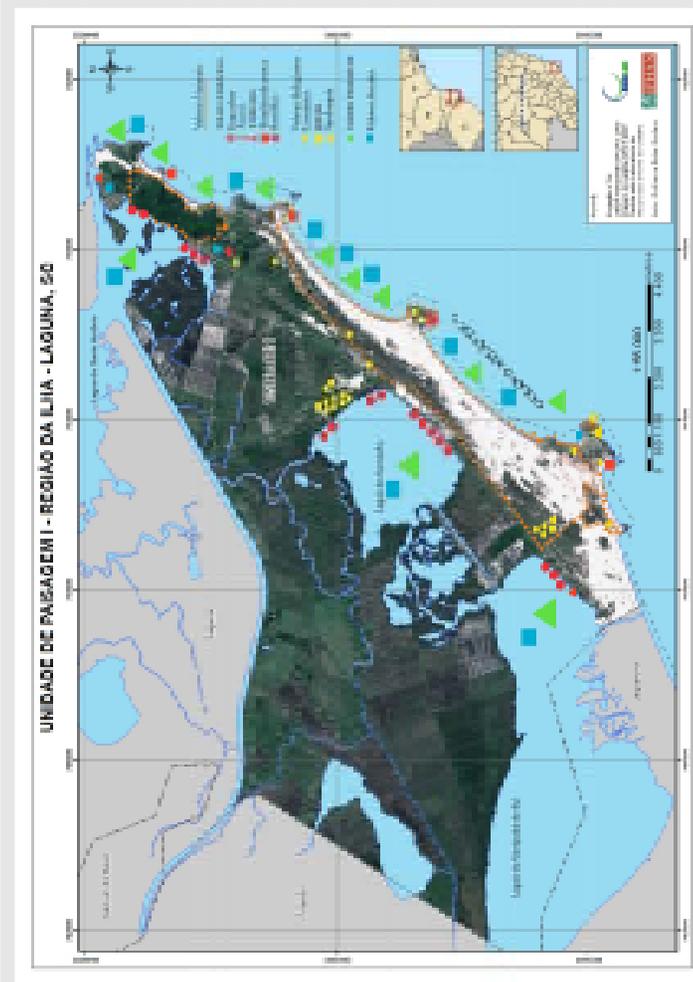
n. Entrevistadas 100	Resposta
25%	Centro Histórico
20%	Canal da barra de Laguna junto aos molhes
15%	Lagoa de Santo Antônio vista a partir do Centro Histórico
15%	Vista do Centro Histórico e lagoa de Santo Antonio a partir do Morro da Glória
10%	Farol de Santa Marta
5%	Praias
4%	Ponte Férrea do Bairro Cabeçadas
3%	Pedra do Frade
3%	conjunto de morros da Centro Histórico.

Fonte: Acervo próprio, 2010.

A partir destes resultados, no Quadro 9 foram listados e mapeados os valores de paisagem identificados em cada Unidade de Paisagem de Laguna. Para facilitar a compreensão e visualização dos valores de paisagem foram estabelecidas cores e formas que permitem relacionar os quadros aos elementos mapeados na cartografia.

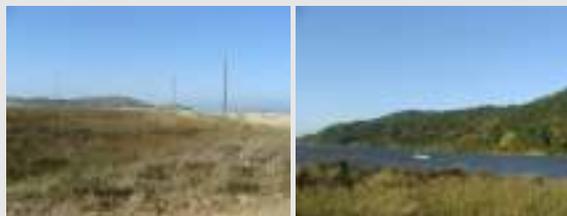
Quadro 9: Valores de Paisagem para cada Unidade de Paisagem de Laguna

Valores de Paisagem da Unidade de Paisagem I – Região da Ilha



Valores de Paisagem da Unidade de Paisagem I

Naturais e Ecológicos: Remanescentes da Fisionomia da Restinga, da Floresta Tropical Atlântica, Proposta de criação de Parque Natural e Arqueológico Municipal.



Floresta Tropical Atlântica Remanescente da Restinga

Produtivos: Lagoas, Mar, Praia, Folhas e o Palmeira Butiá.



Embarcação chegando da pesca. Fonte: André Bacha.

Históricos: Engenhos, Faróis, Estaleiros, Ranhos de Pesca, Sarrilhos



Rancho de Pesca Farol de Santa Marta

Social : Mar, Praia, Lagoas, Salões paroquiais, Molhes da barra



Molhes da Barra.

Religiosos Espirituais: Cemitério, Igrejas, Sambaquis



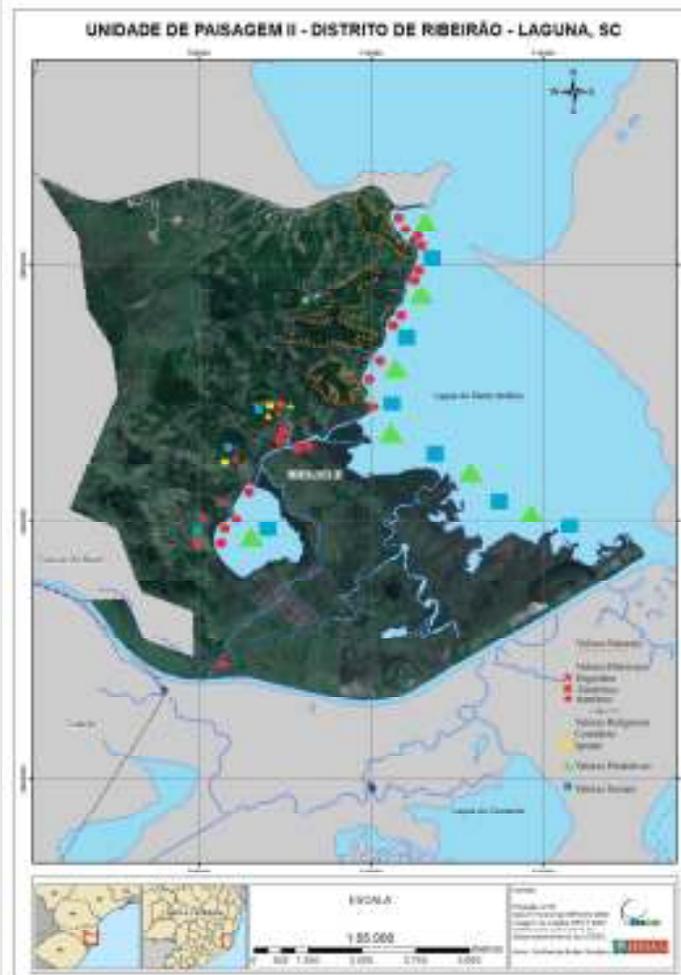
Capela, Cemitério, Farol. Fonte: Denise Somera, 2009.

Simbólicos e Identitários: Farol de Santa Marta, Praias, canal da barra de Laguna junto aos molhes.

Estéticos: Farol de Santa Marta, canal da barra de Laguna junto aos molhes, lagoa de Santo Antonio, praias da Região da Ilha

Fonte: Acervo próprio, 2010.

Valores de Paisagem da Unidade de Paisagem II – Região do Ribeirão



Valores de Paisagem da Unidade de Paisagem II

Fonte: Acervo próprio, 2010.

Naturais e Ecológicos: Remanescentes da Floresta Tropical Atlântica



Morro Grande e Ponta do Daniel.

Produtivos: Lagoas, Cachoeira



Cachoeira, Distrito Ribeirão.

Fonte: Laércio V. Oliveira

Históricos: Engenhos, Estaleiros, Sarilhos.



Engenho, Ribeirão.



Sarilhos, Morro Grande.

Fonte: Jurandir Figueiredo, 2010.

Social : Lagoas, Salões paroquiais



Salão Paroquial e Igreja do Morro Grande

Religiosos Espirituais: Cemitério, Igrejas, Sambaquis



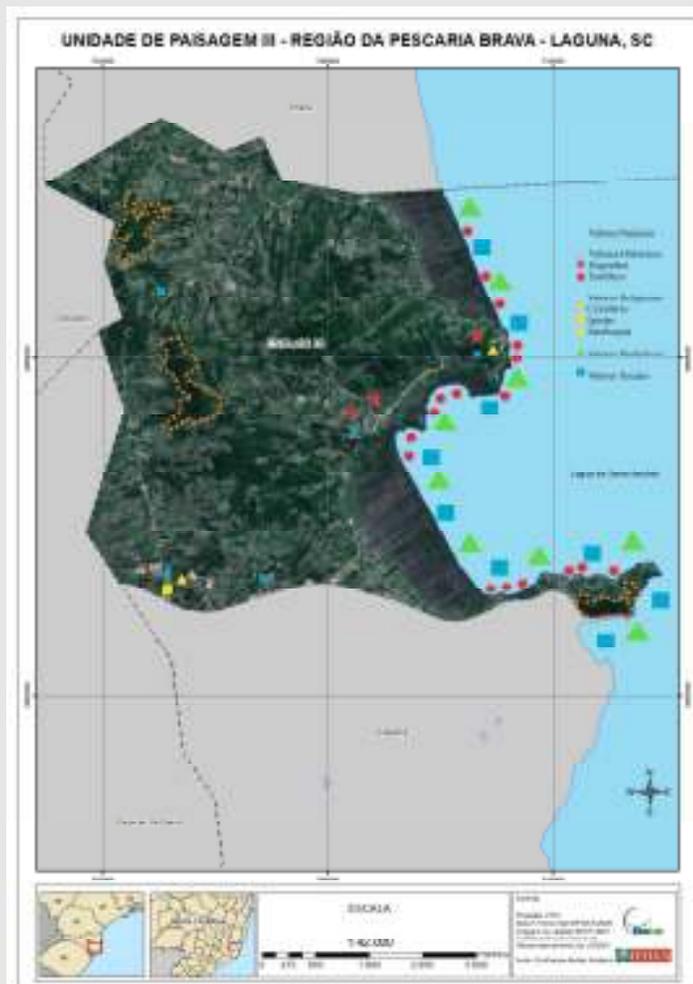
Cemitério e Capela do Distrito do Ribeirão.



Simbólicos e Identitários: Lagoa de Santo Antonio

Identitários: Vista do Morro Grande, lagoa de Santo Antonio

Valores de Paisagem Unidade de Paisagem III– Região da Pescaria



Naturais e Ecológicos: Remanescentes da Floresta Tropical Atlântica



Rema. da Floresta Tropical Atlântica, Ponta das Laranjeiras.

Históricos: Engenhos, Estaleiros, Sarilhos.



Sarilhos, Bairro Laranjeiras.

Religiosos Espirituais: Cemitério, Igrejas, Sambaquis



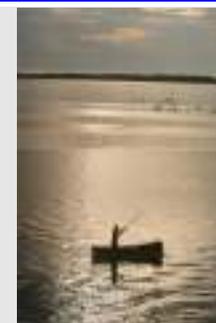
Igreja, Pescaria Brava

Produtivos: Lagoas, Cachoeira



Lagoas Imaruí. Fonte: Laércio V. J.Oliveira

Social: Lagoas, Salão Paroquial



Pesca na Lagoa de Imaruí

Simbólicos e Identitários: Lagoa de Santo Antonio

Identitários: Vista do Morro Grande, lagoa de Santo Antonio

Fonte: Acervo próprio, 2010.

Valores de Paisagem da Unidade de Paisagem IV- Centro Histórico



Valores de Paisagem da Unidade de Paisagem IV

Naturais e Ecológicos: Morro da Glória, Complexo Fonte da Carioca



Históricos: Ruínas da Enfermaria de Laguna, Centro Histórico



Religiosos Espirituais: Cemitério Irmandade, Igreja Santo Antonio, Trajeto da procissão de Santo Antonio e Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, Monumento a Nossa Senhora da Glória, Sambaqui.



Produtivos: Lagoa Santo Antonio



Lagoa de Santo Antonio

Social: Lagoa de Santo Antonio, Docas do Mercado Público, Mirante do Morro da Glória e Gi, Salão Paroquial do Magalhães

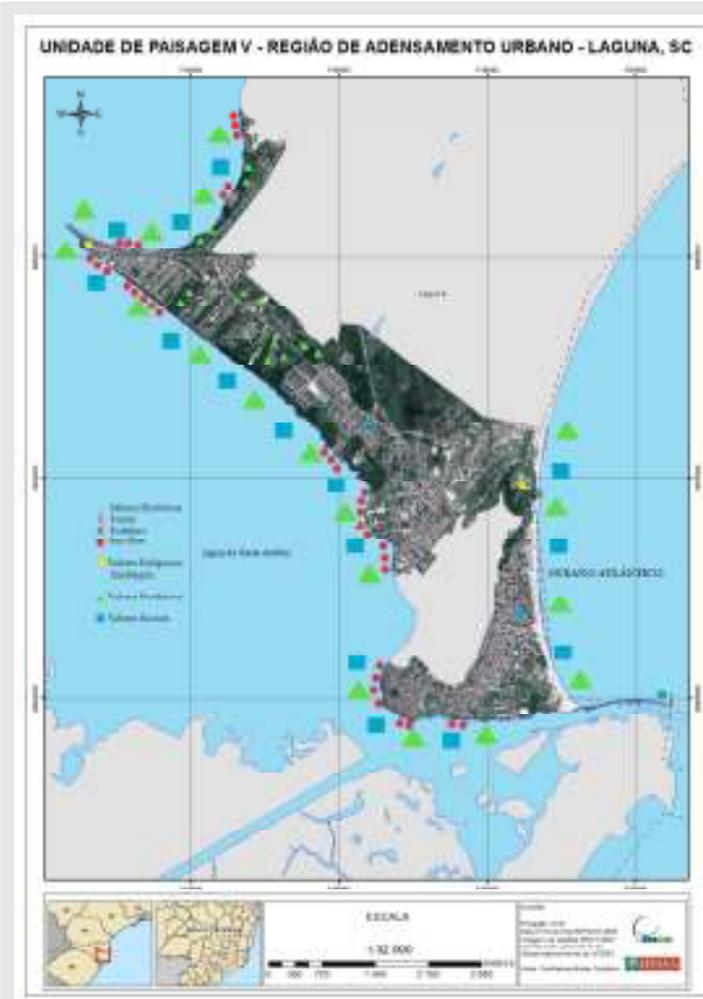


Docas do Mercado Público

Centro Histórico, de Santo Antônio vista do Centro Histórico, conjunto de morros da Centro Histórico

Identitários: lagoa de Santo Antonio, do morro da Glória em direção ao Centro Histórico e lagoa da Santo Antonio.

Valores de Paisagem da UP V – Região Adensamento Urbano



Valores de Paisagem da Unidade de Paisagem V

Históricos: Farol, Sarrilhos, Estaleiro



Farol Barra de Laguna



Sarrilhos



Estaleiro ao Ar Livre

Produtivos: Lagoas, Mar, Praia, Palmeira Butiá



Palmeira Butiá



Pesca na Lagoa

Mar, Praia, Lagoas, Molhes da Barra, Salões Paroquiais



Lazer Pesca nos Molhes da Barra



Lazer na Praia



Deslocamento na Lagoa

Religiosos Espirituais: Sambaqui

Centro Histórico, Lagoa Sto Antônio vista do Centro Histórico, conjunto de morros

Identitários: lagoa de Santo Antonio, do morro da Glória em direção ao Centro Histórico e lagoa da Santo Antonio.

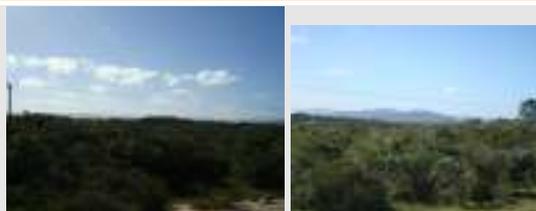
Fonte: Acervo próprio, 2010.

Valores de Paisagem da UP VI – Região Norte



Valores de Paisagem da Unidade de Paisagem VI

Ecológicos: Remanescente de Restinga Arbórea e Arbustiva, Remanescentes da fisionomia da restinga



Restinga Arbórea Arbustiva próximo a Rodovia BR 101

Produtivos: Lagoas, Mar, Praia e Palmeiras de Butiá



Pesca do camarão lagoa de Imaruí

Butiá

Históricos: Sarrilhos



Sarrilhos na localidade do Perixel

Social: Lagoas, Praia, Mar, Parque da Pedra do Frade



Prática de esporte no mar

Parque da Pedra do Frade

Religiosos Espirituais: Sambaqui



Sambaqui Perixel

Simbólicos Identitários: Praias e Pedra do Frade

Estéticos: Praias da região norte, lagoa de Imaruí

Fonte: Acervo próprio, 2010.

5.3 DINÂMICAS E PROCESSOS QUE INCIDEM NA PAISAGEM

Ao observar a paisagem de Laguna, observa-se que alguns espaços se mantêm estáticos, em outros o dinamismo é mais forte. Na maioria dos casos a ação antrópica é o principal agente que explica o modelo final da paisagem.

Através da análise da evolução urbana do município, da identificação dos valores de paisagem e da paisagem atual, obteve-se como resultado as principais interferências sofridas pela paisagem de Laguna nas últimas décadas. Observa-se o abandono das terras agrícolas e o aumento da superfície de solo urbanizada.

Sendo assim, foram identificadas as dinâmicas, atividades e processos que incidem mais notoriamente na configuração atual paisagem de Laguna, tais como: urbanização, turismo, atividades recreativas, extrativistas, infraestrutura. O mapa de uso do solo demonstra estas atividades.

Segundo Nogué e Sala (2006), as pressões que incidem sobre a paisagem podem ser classificadas em duas categorias: Elementos podem Gerar Riscos a Paisagem e Elementos Exerceram Forte Efeito Sobre a Paisagem. O primeiro diz respeito às atividades e perturbações visíveis à paisagem, são produtos da intervenção antrópica sobre o território. O segundo diz respeito às fragilidades que o próprio território possui de forma natural, sem que deliberadamente tenha havido alguma interferência humana. Estas características foram identificadas através da cartografia e trabalho de campo com a exposição visual dos lugares.

O objetivo da análise da intervenção antrópica, através da delimitação dos impactos é anotar as fragilidades daquelas paisagens que estão sofrendo pressão e expectativa de implantação de novos serviços.

Inicialmente observou-se a presença dos núcleos urbanos como catalisadores do processo de degradação dos sítios arqueológicos, corpos d'água e composições florestais. Apesar destes núcleos possuírem particularidades, é possível identificar alguns aspectos comuns entre as comunidades. Hardt-Engemin (2009) e Scientia Ambiental (2003) apontam a pesca artesanal como atividade preponderante, responsável por impulsionar os setores envolvidos com o transporte e comércio do produto pesqueiro. Aproximadamente 20 mil

peças dependem direta ou indiretamente da atividade de pesca no município, exercida em alto mar e nas lagoas locais.

Contraditoriamente, não há no município redes de esgotamento sanitário e tratamento de efluentes. Todos os rejeitos, incluindo-se resíduos industriais, hospitalares e agrotóxicos, são despejados diretamente nos mesmos corpos d'água dos quais depende significativa parcela da população.

A carcinicultura pode ser vista como elemento transformador do espaço e da dinâmica econômica da região. Após o surgimento das patologias que reduziram bruscamente a produção do camarão resultando, praticamente, na extinção da atividade no município, os terrenos que antes abrigavam os tanques foram substituídos por campos para pastagem de gado e plantio (rizicultura em sua maioria), levando a um significativo aumento da produção agropecuária local e a novas formas de impacto ao ecossistema local.

Apesar destas atividades agrícolas serem consideradas geradores de renda e emprego para as famílias do município, caso não haja orientação adequada aos produtores referentes ao cultivo, o crescimento econômico desordenado destas atividades pode causar impactos negativos ao meio ambiente.

Um aspecto bastante preocupante para a região é o assoreamento do complexo Lagunar. Estas lagoas além de receberem os efluentes gerados pelo próprio município, ainda recebem as águas provenientes do Rio Tubarão e seus afluentes, com isso ocorre a descarga de diversos materiais, como galhos, folhas, areias, esgoto sanitário, efluentes entre outros. A falta de controle e tratamento adequado dos resíduos está gerando o assoreamento das lagoas, provocando problemas econômicos e ambientais ao município.

Destaca-se também, o crescente fluxo turístico como potencial impulsionador do crescimento local, decorrente da procura cada vez maior pelas riquezas naturais do município de Laguna. Hardt-Engemin (2009) aponta um aumento progressivo de turistas no município nos últimos anos, principalmente na Unidade de Paisagem I, onde o número de turistas passou de aproximadamente 79 mil em 2006, para mais de 112 mil em 2008. Porém, os moradores destas áreas não utilizam efetivamente este aporte populacional como forma de geração de renda, mantendo suas atividades praticamente inalteradas ao longo de todo o ano.

Outro aspecto comum às seis Unidades de Paisagem de Laguna é a influência da malha viária na composição espacial regional. A agregação entre a expansão dos núcleos urbanos e das vias públicas, concentradas em torno das rodovias e, em alguns casos, o acesso facilitado a áreas desabitadas impulsiona a ocupação de áreas de preservação permanente, entorno dos sítios arqueológicos entre outras.

Estes fatores poderão trazer prejuízos irreversíveis ao patrimônio natural e cultural de Laguna, caso não sejam controlados pelos órgãos públicos de fiscalização.

Este trabalho buscou identificar as paisagens em transformação, cultivos abandonados situados nas áreas com grande exposição visual, paisagens influenciadas pela intensa atividade humana e paisagens com pressão para implantação de novos usos e os riscos sofridos pela paisagem que interferem em sua fragilidade.

O Quadro 10 lista os elementos que podem gerar riscos e os que exerceram forte efeito sobre a paisagem de Laguna, relacionando-as de acordo com cada unidade de paisagem.

Quadro 10: Dinâmicas e Processos que Incidem na Paisagem de Laguna

	Elementos podem Gerar Riscos a Paisagem	Elementos Exerceram Forte Efeito Sobre a Paisagem
UPI (Região da Ilha de Laguna)	<p>Rizicultura e Pecuária. Contaminação de águas e solo. Invasão de espécies exóticas em áreas de restinga e dunas. Assoreamento das lagoas. Mineração e Erosão. Urbanização sem planejamento. Turismo. Ocupação de áreas de preservação permanente. Destruição dos sítios arqueológicos. Desaparecimento da pesca artesanal. Perda do patrimônio material e imaterial.</p>	<p>Cultivo de camarão (Carcinicultura). Rizicultura. Pecuária. Retificação do rio Tubarão. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Urbanização sem planejamento adequado. Ocupação de áreas de preservação permanente. Destruição dos sítios arqueológicos. Diminuição do pescado e pesca artesanal.</p>

<p>UP II (Região da Ilha do Ribeirão)</p>	<p>Rizicultura e Pecuária. Contaminação das águas e solo. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Expansão Urbana e descaracterização das propriedades rurais. Ocupação de áreas de preservação permanente e erosão. Destruição do manguezal. Ocupação de encostas. Desmatamento. Desaparecimento das cachoeiras. Diminuição dos engenhos. Aterro Sanitário. Perda do patrimônio material e imaterial.</p>	<p>Cultivo de camarão (Carcinicultura). Rizicultura. Pecuária. Diminuição do pescado. Retificação do rio Tubarão. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Ocupação de áreas de preservação permanente. Erosão devido a ocupação inadequada de encostas. Perda das atividades artesanais, como produção de farinha, melado, cachaça e pesca artesanal. Aterro Sanitário.</p>
<p>UP III (Região da Pescaria Brava)</p>	<p>Rizicultura. Silvicultura. Contaminação das águas e solo. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Mineração. Erosão. Ocupação de áreas de preservação permanente. Duplicação da rodovia BR 101. Implantação de indústrias sem planejamento. Destruição do patrimônio arquitetônico da comunidade de Pescaria Brava. Desaparecimento da pesca artesanal. Perda do patrimônio material e imaterial.</p>	<p>Cultivo de camarão (Carcinicultura). Rizicultura. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Silvicultura. Mineração. Urbanização. Ocupação de áreas de preservação permanente. Rodovia BR 101. Diminuição do pescado. Perda do patrimônio material e imaterial.</p>

UP IV (Centro Histórico)	<p>Contaminação das águas e solo. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Especulação imobiliária. Turismo. Implantação de indústrias. Fluxo intenso de veículos. Implantação de novos usos e serviços. Perda do patrimônio material e imaterial.</p>	<p>Contaminação das águas e solo. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Urbanização sem planejamento no entorno do Centro Histórico. Ocupação da orla da Lagoa Santo Antônio. Alteração da volumetria do núcleo urbano original. Ocupação dos morros. Fluxo intenso de veículos. Antenas de telecomunicações.</p>
UP V (Região de Adensamento Urbano)	<p>Contaminação das águas e solo. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Urbanização sem planejamento. Turismo sazonal. Ocupação de áreas de preservação permanente. Destruição dos sítios arqueológicos. Rodovia BR101. Duplicação da rodovia BR 101. Implantação de indústrias sem planejamento. Ocupação do manancial de água potável.</p>	<p>Contaminação das águas e solo. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Retificação do rio Tubarão. Expansão Urbana sem planejamento. Ocupação de áreas de preservação permanente. Diminuição das áreas verdes. Destruição dos sítios arqueológicos. Rodovia BR 101.</p>
UP VI (Região Norte)	<p>Contaminação das águas e solo. Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Urbanização sem planejamento. Ocupação de áreas de preservação permanente. Destruição dos sítios arqueológicos. Rodovia BR101. Duplicação da rodovia BR 101. Implantação de indústrias sem planejamento. Desaparecimento da pesca artesanal. Ocupação da área de restinga da Praia Vermelha.</p>	<p>Cultivo de camarão (Carcinicultura). Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica. Silvicultura. Mineração. Urbanização. Ocupação de áreas de preservação permanente. Rodovia BR 101. Diminuição do pescado e da pesca artesanal. Destruição dos sítios arqueológicos.</p>

6 PROPOSTA PARA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL E CULTURAL DE LAGUNA

Diante do interesse em reconhecer e preservar as paisagens naturais e culturais do território de Laguna este trabalho sugere diretrizes e propostas de ação que viabilize a proteção integrada deste patrimônio.

Acredita-se que a proteção destas paisagens é um desafio atual que merece maior atenção diante das transformações pelas quais têm passado. A proposta aqui apresentada busca a preservação das características do patrimônio natural e do patrimônio cultural material e imaterial identificado em cada uma das unidades de paisagem. Sobretudo por meio da valorização das pessoas que vivem neste espaço uma vez que são detentores do conhecimento necessário para o enriquecimento da paisagem natural e cultural.

Trata-se do universo de exercício de planejamento preventivo, que orienta a ocupação futura da paisagem no sentido de não destruir os atrativos ambientais e culturais.

6.1 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE QUALIDADE PAISAGÍSTICA

O Quadro 11 de Cenários da Paisagem de Laguna faz uma síntese referente às potencialidades de cada unidade de paisagem. Os fatores degradantes mencionados no Quadro 10 (Dinâmicas e Processos que Incidem na Paisagem) resultou em múltiplas visões sobre o cenário atual e tendencial para cada unidade de paisagem. Com a interligação entre dos resultados destes quadros consegue-se perceber quais os objetivos de qualidade paisagística ideais que possibilitem a proteção, gestão e ordenação da paisagem de Laguna.

As informações e conclusões para estabelecer o cenário desejado para paisagem de Laguna foram obtidas através da metodologia aplicada à pesquisa considerando aspectos teóricos e legais, além das reuniões e consultas públicas realizadas junto ao conselho gestor do plano diretor participativo municipal que esta em fase de elaboração. O conselho é composto por representantes da administração pública, entidades não governamentais, movimentos sociais, sindicatos, setor empresarial, entidades profissionais, acadêmicas de pesquisa e conselhos

profissionais. Sendo assim, foram consultados técnicos do IPHAN, Poder Público Municipal, Epagri e outras instituições.

A partir da análise das características, cenário atual e desejado para cada Unidade de Paisagem de Laguna foi possível estabelecer quais são os objetivos de qualidade paisagística necessários para atingir um cenário desejado para a paisagem de Laguna que incentive a proteção integrada do patrimônio natural e cultural de Laguna.

O esforço empreendido de levantamento, análise e sistematização das informações sobre a paisagem do município, constitui o material para a projeção de seu uso e ocupação atuais, sob o ponto de vista ambiental, cultural e sócio-econômico.

A partir desses dados, dos conhecimentos apreendidos e das discussões em grupo pode-se, então, definir um cenário desejado para a paisagem, tendo como estratégia os seguintes objetivos de paisagem:

1. Valorizar e preservar a paisagem natural e cultural em todos os aspectos, tais como: patrimônio material, imaterial, arqueológico e natural. Capaz de valorizar a história do local e proporcionar melhora qualidade de vida dos cidadãos.

2. Organizar os núcleos populacionais de forma que crescimento urbanístico seja dimensionado de acordo com as diretrizes do plano diretor participativo municipal, seguindo os critérios de uso e ocupação do solo urbano e rural.

3. Proteger e recuperar as paisagens naturais para que atinjam um grau de qualidade que possibilite um desenvolvimento sustentável, proporcionando a integração das atividades agropecuária, da extração de recursos naturais e ao uso turístico e de lazer.

Quadro 11: Cenários da Paisagem de Laguna
Unidade De Paisagem I - Região Da Ilha

Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas caracterizadas por diferentes usos antrópicos: pecuária, agricultura (rizicultura e carcinicultura), pesca, urbanização, turismo, comunidades pesqueiras tradicionais. - Patrimônio Natural: cordões de dunas, restingas, lagoas, costões, vegetação de médio porte. Espaço territorial inserido na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Áreas visitadas por Baleias Francas nos meses de julho a novembro. - Patrimônio imaterial: manifestações religiosas, manifestações culturais, como artesanato (renda bilro, crivo, peças confeccionadas com escama de peixe e areia da praia), dança (boi de mamão), culinária (produtos com base no fruto do butiá, e frutos do mar), pesca artesanal com auxílio do boto no canal da barra de Laguna. - Patrimônio material: patrimônio arqueológico (sambaquis, sítios ceramistas, oficinas líticas), sarrilhos, engenhos de farinha, capelas, farol. - Procura da região para fins turísticos devido à existência do patrimônio natural e cultural.
Cenário Atual	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição da vazão e contaminação das lagoas devido à ocupação de suas bordas e degradação das matas ciliares, principalmente pela atividade de rizicultura e carcinicultura. - Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica devido à retificação do rio Tubarão na década de 1970. - Mutilação dos sítios arqueológicos por atividades de mineração até a década de 1980 e, atualmente, por atividades esportivas. - Descaracterização das comunidades voltadas à pesca tradicional. - Perda do patrimônio natural e cultural (imaterial e material). - Transformação das praias e comunidades tradicionais em balneários para veraneio.
Cenário Tendencial	<ul style="list-style-type: none"> - Contaminação dos solos e lagoas devido à ocupação indiscriminada destes pela atividade agrícola/pastoril e urbanização. - Diminuição da biodiversidade. - Degradação dos mananciais em níveis ainda mais críticos (poluentes). - Expansão das ocupações urbanas. - Destruição dos sítios arqueológicos pela implantação de novos empreendimentos. - Êxodo rural e pesqueiro pelas comunidades pesqueiras tradicionais e conseqüente perda do patrimônio material e imaterial. - Fortalecimento das atividades voltadas ao turismo degradante.
Objetivos de Qualidade Paisagística para atingir um Cenário Ideal	<ul style="list-style-type: none"> - Propor polígonos industriais e áreas terciárias implantadas em zonas visuais não notórias, e projetadas considerando a integração com o entorno. - Paisagem natural e cultural preservada em todos os aspectos, tais como: patrimônio material e imaterial. Capaz de valorizar a história do local e proporcionar melhora qualidade de vida dos cidadãos. - Organizar os núcleos populacionais de forma que crescimento urbanístico seja dimensionado de acordo com o plano diretor municipal. - Proteger e recuperar as paisagens naturais pra que atinjam um grau de qualidade que possibilite um desenvolvimento sustentável, proporcionando a integração das atividades agropecuária, da extração de recursos naturais e ao uso turístico e de lazer. - Organizar o uso e ocupação do solo. - Preservar cursos fluviais e lagoas conforme sua dinâmica e que se tornem acessíveis para atividade de lazer.

Unidade De Paisagem II- Região Do Distrito Do Ribeirão

Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas caracterizadas pela ausência de vegetação em margens de rios, lagoas ou em áreas cuja declividade é superior a 45%. - Áreas de alta fragilidade ambiental (impactadas), estando incompatíveis com a legislação. - Áreas caracterizadas por diferentes usos antrópicos: pecuária, agricultura (rizicultura), pesca, urbanização, comunidades com pequenos produtores rurais. <p>Patrimônio Natural: restingas, lagoas, rios, cachoeiras, vegetação de médio e grande porte, mangues e áreas de banhado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Patrimônio imaterial: manifestações religiosas, manifestações culturais como artesanato dança, culinária. - Patrimônio material: sarilhos, engenhos de farinha, alambique, capelas, cemitério.
Cenário Atual	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de vegetação em áreas marginais e/ou cuja declividade supera 45%. - Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica, devido à retificação do rio Tubarão e atividades antrópicas. - Desvio em leitos dos canais e com finalidades agrícolas. - Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica devido à retificação do rio Tubarão na década de 1970. - Intensa carga de matéria orgânica nas lagoas, provenientes de propriedades ribeirinhas, bem como de efluentes domésticos de pequenos povoados. - Expansão urbana. - Êxodo rural e pesqueiro. - Descaracterização das comunidades tradicionais. - Perda do patrimônio natural e cultural (imaterial e material).
Cenário Tendencial	<ul style="list-style-type: none"> - Contaminação dos solos e lagoas devido à ocupação indiscriminada destes pela atividade agrícola/pastoril e urbanização. - Diminuição da biodiversidade. - Degradação dos mananciais em níveis ainda mais críticos (poluentes). - Expansão das ocupações urbanas. - Êxodo rural e pesqueiro pelas comunidades pesqueiras tradicionais e conseqüente perda do patrimônio material e imaterial. - ocupação de áreas de preservação permanente. - Erosão. - Contaminação do lençol freático devido ao aterro sanitário.
Objetivos de Qualidade Paisagística para atingir um Cenário Ideal	<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem natural e cultural preservada em todos os aspectos, tais como: patrimônio material, imaterial. Capaz de valorizar a história do local e proporcionar melhora qualidade de vida dos cidadãos. - Organizar o uso e ocupação do solo, evitando a ocupação de áreas de preservação permanente, como encostas e áreas alagadas. - Proteger e recuperar as paisagens naturais pra que atinjam um grau de qualidade que possibilite um desenvolvimento sustentável, proporcionando a integração das atividades agropecuária, da extração de recursos naturais e ao uso turístico e de lazer. - Preservar cursos fluviais e lagoas conforme sua dinâmica e que se tornem acessíveis para atividade de lazer. - Propor polígonos industriais e áreas terciárias (comerciais) implantadas em zonas visuais não preferenciais e notórias, e projetadas considerando a integração com o entorno.

Unidade De Paisagem III- Região Do Distrito Da Pescaria Brava

Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas caracterizadas pela ausência de vegetação em margens das lagoas. - Áreas caracterizadas por diferentes usos antrópicos: agricultura, pesca, núcleos urbanos, comunidades pesqueiras tradicionais. - Patrimônio Natural: restingas, lagoas, rios, vegetação de médio e grande porte. - Patrimônio imaterial: manifestações religiosas, manifestações culturais como artesanato e culinária. - Presença da rodovia Br101 e SC437. - Patrimônio material: sarrilhos, igreja, edificações luso-brasileiras, patrimônio ferroviário.
Cenário Atual	<ul style="list-style-type: none"> - Fragmentação da mata nativa remanescente, provocando a perda gradativa da biodiversidade, erosão e assoreamento dos corpos d'água. - Introdução espécies de vegetação exótica. - Ausência de vegetação em áreas marginais e/ou cuja declividade supera 45%. - Desvio em leitos dos canais e com finalidades agrícolas e industriais. - Intensa carga de matéria orgânica nas lagoas, provenientes de propriedades ribeirinhas, bem como de efluentes domésticos de pequenos povoados. - Expansão urbana, principalmente nas proximidades das rodovias. - Êxodo rural e pesqueiro. - Descaracterização das comunidades tradicionais com a perda do patrimônio natural e cultural (imaterial e material). - Duplicação da rodovia Br101.
Cenário Tendencial	<ul style="list-style-type: none"> - Redução das áreas florestais, ocasionando a perda da diversidade animal e vegetal. Redução das áreas de preservação permanente. - Contaminação dos solos e lagoas devido à ocupação indiscriminada destes pela atividade agrícola/pastoril. Diminuição da biodiversidade. - Degradação dos mananciais em níveis ainda mais críticos (poluentes). - Expansão das ocupações urbanas. - Destruição do patrimônio material (edificado). - Êxodo rural e pesqueiro pelas comunidades pesqueiras tradicionais e perda do patrimônio imaterial. - Ocupação do solo por atividades industriais devido ao longo da BR 101. - Transformação de áreas com características rurais em áreas urbanas.
Objetivos de Qualidade Paisagística para atingir um Cenário Ideal	<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem natural e cultural preservada em todos os aspectos. - Proteger e recuperar as paisagens naturais pra que atinjam um grau de qualidade que possibilite um desenvolvimento sustentável, proporcionando a integração das atividades agropecuária, da extração de recursos naturais e ao uso turístico e de lazer. - Organizar o uso e ocupação do solo nas áreas rurais. - Organizar paisagisticamente os acessos aos núcleos urbanos para facilitar a transição entre os espaços abertos e as paisagens urbanas, fortalecendo o caráter e a identidade das populações. - Preservar cursos fluviais e lagoas conforme sua dinâmica e que tronem-se acessíveis para atividade de lazer. - Propor áreas verdes de amortecimento entre os espaços rurais e as cidades. - Propor polígonos industriais e áreas terciárias (comerciais) implantadas em zonas visuais não preferenciais e notórias, e projetadas considerando a integração com o entorno.

Unidade De Paisagem IV - Centro Histórico

Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> - Área protegida pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. - Área com características e serviços urbanos, onde são encontrados os principais serviços públicos e privados. - Concentração de atividades comerciais. - Facilidade de acesso e deslocamento através de transporte público. - Acervo arquitetônico e paisagístico bem preservado. Concentração de praças públicas. Manifestações religiosas. - Manifestações culturais como teatro, museu, cinema. Pesca artesanal com auxílio do boto próximo aos cais.
Cenário Atual	<ul style="list-style-type: none"> - Notabilidade do acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico, considerada a partir da diversidade e originalidade do seu patrimônio arquitetônico, pela qualidade de conjunto que constitui esse patrimônio cultural, bem como pela beleza e harmonia da paisagem na qual ele se insere, além do significado histórico para a nação. - Problemas relacionados com mobilidade e acessibilidade nas edificações e entre elas. Fluxo intenso de veículos. - Dificuldade para restauração em imóveis privados, sendo que alguns se encontram em mal estado de conservação. - Falta de diretrizes para ocupação da área de entorno do Centro Histórico. - Lançamento de efluentes domésticos e de drenagem urbana, diretamente nos corpos d'água, sem nenhum tratamento. - Implantação de novos usos e serviços, principalmente relacionados ao comércio. - Existência de antenas e torres de telecomunicação implantadas no Morro da Glória. - Especulação imobiliária. Perda parcial do patrimônio arquitetônico antes da década de 1980. Ocupação indevida da orla.
Cenário Tendencial	<ul style="list-style-type: none"> - Gentrificação do centro histórico, moradores a procura de outros bairros da cidade para moradia. - Intensificação do número de veículos automotores na área tombada. - Problemas estruturais nas edificações devido ao intenso fluxo de veículos. - Pressão para aberturas de garagem. Expansão das ocupações urbanas. - Perda da relação estabelecida entre o Centro Histórico e a lagoa de Santo Antônio. Especulação imobiliária. - Destruição do patrimônio arquitetônico não protegido existente na área de entorno.
Objetivos de Qualidade Paisagística para atingir um Cenário Ideal	<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem natural e cultural preservada em todos os aspectos, tais como: patrimônio material, imaterial. Capaz de valorizar a história do local e proporcionar melhora qualidade de vida dos cidadãos. - Valorizar a paisagem urbana, no que se refere ao patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico proporcionando melhor qualidade de vida dos cidadãos. - Proteger e recuperar as paisagens naturais pra que atinjam um grau de qualidade que possibilite um desenvolvimento sustentável, proporcionando a integração das atividades agropecuária, da extração de recursos naturais e ao uso turístico e de lazer. - Preservar os morros instituídos como pontos de atração visual. - Preservar cursos fluviais e lagoas conforme sua dinâmica e que se tornem acessíveis para atividade de lazer - Estabelecer diretrizes para ocupação da área de entorno do Centro Histórico. - Manter via de comunicação integrada paisagisticamente e que não danifiquem a continuidade paisagística e social do território - Estabelecer critérios para mobilidade e acessibilidade às edificações históricas.

Unidade De Paisagem V - Região De Concentração Urbana

Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> - Área com ocupação urbana e industrial. - Área com concentração de pousadas e hotéis. Áreas que apresentam fragilidade ambiental. - Área indicada para a expansão urbana por apresentar menor declividade. - Patrimônio Natural: lagoas, restingas, dunas, vegetação de médio porte. Áreas visitadas por Baleias Francas nos meses de julho a novembro. - Patrimônio material: patrimônio arquitetônico, patrimônio ferroviário. Patrimônio imaterial: culinária, pesca artesanal com auxílio do boto, manifestações culturais (carnaval). Presença da rodovia Br 101 e SC436.
Cenário Atual	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação desordenada, principalmente nas periferias e encostas do Morro da Glória. - Introdução espécies exóticas como por exemplo o pinus. - Lançamento de grandes quantidades de efluentes domésticos, industriais e de drenagem urbana, diretamente nos corpos d'água, geralmente sem nenhum tratamento. - Assoreamento das lagoas e interferência na dinâmica hidrológica e ecológica devido à retificação do rio Tubarão na década de 1970. - Construção de galerias fluviais devido à poluição exacerbada dos mananciais e/ou canalização parcial dos mesmos - Problemas relacionados com saneamento básico e, conseqüentemente, agravação de doenças de vinculação hídrica. - Ocupação humana e industrial em estágio inicial, porém com impactos ambientais já observados. Turismo sazonal. - Ocupação da orla das lagoas desrespeitando os recuos exigidos pela legislação. Privatização da orla da lagoa Santo Antônio.
Cenário Tendencial	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento e não aplicação do Plano Diretor Municipal. - Aumento populacional e industrial, e conseqüente ocupação desordenada de espaços. - Ocupação de áreas irregulares, propiciando o aumento de problemas sanitários e de saúde pública. - Aumento da carga de efluentes industriais e domésticos. - Destruição de paisagens naturais. Diminuição de áreas verdes públicas. Redução das áreas de preservação permanente. - Conflitos nos usos da terra (caso não haja um planejamento da ocupação, com a identificação dos riscos ambientais, muitos conflitos de usos poderão ocorrer). - Ocupação do solo por atividades industriais. Expansão das ocupações urbanas. Destruição do patrimônio material (edificado).
Objetivos de Qualidade Paisagística para atingir um Cenário Ideal	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar os núcleos populacionais de forma que crescimento urbanístico esteja de acordo com o plano diretor municipal. - Proteger e recuperar as paisagens naturais pra que atinjam um grau de qualidade que possibilite um desenvolvimento sustentável, proporcionando a integração das atividades agropecuária, da extração de recursos naturais e ao uso turístico e de lazer - Preservar os morros instituídos como pontos de atração visual. - Paisagem natural e cultural preservada em todos os aspectos. - Preservar cursos fluviais e lagoas conforme sua dinâmica e que se tornem acessíveis para atividade de lazer - Propor áreas verdes de amortecimento entre os espaços rurais e as cidades - Manter via de comunicação integrada paisagisticamente e que não danifiquem a continuidade paisagística e social do território. - Propor polígonos industriais e áreas terciárias implantadas em zonas visuais não notórias, e projetadas considerando a integração com o entorno.

Unidade De Paisagem VI - Região Norte

Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> - Área caracterizada por diferentes usos antrópicos: agricultura (rizicultura e carnicultura), pesca, urbanização, mineração, silvicultura. - Área com ocupação industrial ao longo da rodovia Br101. Áreas que apresentam fragilidade ambiental. - Área indicada para a expansão urbana por apresentar menor declividade. - Patrimônio Natural: lagoas, restingas, dunas, vegetação de médio porte, áreas alagadas, costões. Manancial de água potável com distribuição para todo o território municipal. - Espaço territorial inserido na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Patrimônio arqueológico (sambaquis e oficinas líticas). - Atividades turísticas devido ao patrimônio natural existente. - Remanescente de restinga arbórea e arbustiva de grande importância para a conservação da riqueza e diversidade local da flora, onde a comunidade sobrevive dos produtos a base do fruto do butiá, palmeira encontrada em abundância.
Cenário Atual	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação desordenada nas áreas próximas a rodovia Br101 e nas margens da lagoa. - Ocupações urbanas sem nenhuma infraestrutura ao longo da rodovia. Introdução espécies exóticas como por exemplo o pinus e eucalipto. - Lançamento de grandes quantidades de efluentes domésticos, industriais diretamente nos corpos d'água, geralmente sem nenhum tratamento. - Ocupação humana e industrial em estágio inicial, porém com impactos ambientais já observados. Turismo sazonal. - Ocupação da orla das lagoas desrespeitando os recuos exigidos pela legislação. - Êxodo rural pelos pescadores que vivem próximo a Lagoa de Imaru e Mirim para ocuparem as margens da rodovia Br101.
Cenário Tendencial	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento e não aplicação do Plano Diretor Municipal. - Aumento populacional e industrial, e conseqüente ocupação desordenada de espaços. - Ocupação de áreas irregulares, propiciando o aumento de problemas sanitários e de saúde pública. - Aumento da carga de efluentes industriais e domésticos. Contaminação do manancial de água potável. - Destruição de paisagens naturais. Redução das áreas de preservação permanente. - Conflitos nos usos da terra (caso não haja um planejamento da ocupação, com a identificação dos riscos ambientais, muitos conflitos de usos poderão ocorrer). Expansão das ocupações urbanas. Destruição do patrimônio arqueológico. Ocupação do solo por atividades industriais.
Objetivos de Qualidade Paisagística para atingir um Cenário Ideal	<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem natural e cultural preservada em todos os aspectos. Organizar os núcleos populacionais de forma que crescimento urbanístico seja orientado pelo plano diretor municipal. - Proteger e recuperar as paisagens naturais pra que atinjam um grau de qualidade que possibilite um desenvolvimento sustentável, proporcionando a integração das atividades agropecuária, da extração de recursos naturais e ao uso turístico e de lazer - Organizar paisagisticamente os acessos aos núcleos urbanos para facilitar a transição entre os espaços abertos e as paisagens urbanas. - Preservar cursos fluviais e lagoas conforme sua dinâmica e que se tornem acessíveis para atividade de lazer - Propor áreas verdes de amortecimento entre os espaços rurais e as cidades. - Manter via de comunicação integrada paisagisticamente e que não danifiquem a continuidade paisagística e social do território - Propor polígonos industriais e áreas terciárias (comerciais) implantadas em zonas visuais não preferenciais e notórias, e projetadas considerando a integração com o entorno. - Atingir paisagem de núcleos populacionais organizados urbanisticamente e com visão de conjunto.

Fonte: Autora, 2010.

6.2 ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES, MEDIDAS E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO

Os objetivos de qualidade paisagística de Laguna foram fundamentais para propor um cenário desejado à paisagem. O Quadro 12 apresenta diretrizes, medidas e ações necessárias para atingir esta qualidade. Para isso foram estabelecidas oito linhas de ação que integram diversos setores, tais como: Produção de Conhecimento, Educação, Recuperação e Uso do Patrimônio Cultural, Recuperação e Uso do Patrimônio Natural, Requalificação Urbana e Infraestrutura, Financiamento para Recuperação e Promoção do Patrimônio Natural e Cultural, Planejamento e Gestão, e Monitoramento. Para cada uma das linhas foram sugeridas medidas e propostas de ação necessárias para que cada unidade de paisagem alcance um patamar de qualidade desejável.

Buscou-se também, relacionar os possíveis gestores responsáveis para desenvolver e implantar cada proposta de atuação. Os gestores aqui mencionados foram referenciados a partir de um levantamento das instituições do poder público municipal, estadual e federal, que nos últimos anos aturam no território de Laguna. A proposta deste trabalho foi que cada agente desenvolvesse ações específicas de acordo com suas atribuições.

Para facilitar a leitura do Quadro 12 os agentes foram selecionados de acordo com a seguinte numeração:

1. Poder Público Municipal
2. Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC
3. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI
4. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
5. Instituto Federal de Educação – IF-SC
6. ICMBio – Instituto Chico Mendes
7. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
8. CASAN
9. Caixa Econômica Federal - CEF

A partir da elaboração do Quadro 14, referente às Medidas e Propostas de Atuação, observou-se que para proteger de fato o patrimônio natural e cultural de Laguna faz-se necessária a integração de instituições privadas e públicas municipal, estadual e federal.

Quadro 12: Medidas e Propostas de Atuação

Linhas de Ação	Medidas e Propostas de Atuação	Unidade de Paisagem	Possíveis Agentes
Produção de Conhecimento	Realizar inventário e mapeamento do patrimônio cultural: material e imaterial.	I, II, III	1, 2, 3, 5
	Realizar inventário e mapeamento do patrimônio natural.	I, II, III, IV, V, VI	1, 2, 3, 7
	Catalogar o artesanato tradicional.	I, II, III, IV, V, VI	1, 2, 3, 5
	Desenvolver estudos sobre estabelecimentos de circuitos culturais e paisagens culturais e naturais.	I, II, III, IV, V, VI	2, 3, 5, 7
	Elaborar material didático referente a fatos históricos e geográficos sobre Laguna para ampliação de conhecimento da população local.	I, II, III, IV, V, VI	1, 2, 3
Educação	Realizar orientações técnicas aos produtores rurais e pescadores da região.	I, II, III, VI	4
	Implementar projetos de educação ambiental e cultural que informem as comunidades locais sobre a importância da preservação dos bens naturais e culturais locais, incentivando atitudes de conservação.	I, II, III, IV, V, VI	1, 2
	Oferecer cursos para mestres artífices que trabalhem com patrimônio edificado e naval.	I, II, III, IV, V, VI	1, 2, 3, 8
	Oferecer cursos para qualificação do artesanato local.	I, II, III, IV, V, VI	1, 8
	Orientar os moradores locais para que despertem para a possibilidade de geração e renda através do turismo sustentável.	I, IV	1, 8
	Capacitação técnica referentes às atividades relacionadas à economia local (manuseio de pescado, culinária, receptivo turístico, hotelaria entre outros).	I, II, III, IV, V, VI	6
	Capacitação técnica de agentes locais para o turismo natural e cultural.	I, II, III, IV, V, VI	5, 6, 7
Recuperação e Uso do Patrimônio Cultural	Manter a diversidade de usos sendo o uso residencial considerado prioritário.	IV	1, 5
	Incentivar a implantação de pousadas e repúblicas estudantis em imóveis tombados.	IV	1, 5
	Restaurar e conservar o patrimônio edificado.	III, IV, V	1, 5
	Proibir a implantação de grandes equipamentos, de usos danosos, como depósito de gás, centrais de abastecimento e entrepostos de distribuição de mercadorias, postos de abastecimento de veículos, no centro histórico e entorno para diminuir o fluxo de veículos pesados.	IV	1, 5
	Implantação de novas atividades e usos deve ser condicionada à avaliação dos impactos na paisagem do conjunto edificado, no sistema viário e no meio ambiente.	IV	1, 5
Recuperação e Uso do Patrimônio Natural	Recuperar áreas ambientalmente impactadas.	I, II, III, V, VI	1, 7
	Recuperar o patrimônio paisagístico.	I, II, III, V, VI	1, 5, 7
	Formar corredores ecológicos, indispensáveis para a sobrevivência de diferentes espécies animais.	I, II, VI	1, 7
	Aumentar a cobertura florestal (decorrente da ampliação das áreas dos fragmentos com a criação das zonas-tampão).	I, II	1, 7
	Implantação de novas atividades e usos deve ser condicionada à avaliação dos impactos na paisagem e no meio ambiente.	I, II, III, IV, V, VI	1

	Conservar e/ou recuperar as nascentes e corpos d'água.	I, II, III, IV, V, VI	1
Qualificação Urbana e Infraestrutura	Reestruturar e/ou construir uma estrutura física adequada para a ocupação ordenada do espaço, incluindo saneamento básico, tratamento de efluentes domésticos e industriais, coleta de resíduos.	V, VI	1, 8
	Implementar saneamento básico em comunidades que este não existe ou é irregular.	I, II, III, IV, V, VI	1, 8
	Recuperação e implantação de espaços públicos, com enfoque nas orlas.	I, II, III, IV, V, VI	1
Financiamento para Recuperação e Promoção do Patrimônio Natural e Cultural	Incentivar a implantação de pousadas em edifícios históricos através de mecanismos de isenção tributária e com a criação de tabelas diferenciadas de descontos de impostos.	IV	1, 5
	Incentivar a preservação e recuperação do patrimônio natural através de mecanismos de isenção tributária e com a criação de tabelas diferenciadas de descontos de impostos.	I, II, III, IV, V, VI	1
	Financiamentos para restauração de imóveis privados tombados.	IV	8
	Financiamentos para recuperação do patrimônio natural em áreas privadas.	I, II, III, IV, V, VI	8
	Financiamento com critérios específicos para atendimento do serviço social de moradia.	I, II, III, IV, V, VI	8
	Linhas de crédito para a produção local.	I, II, III, IV, V, VI	8
Planejamento e Gestão	Elaborar planos visando o monitoramento adequado de áreas agrícolas.	I, II, III	1, 4
	Elaborar planos visando à ordenação do território por ocupações urbanas.	I, II, III, V, VI	1
	Elaborar o plano de gestão da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.	I, V, VI	7
	Elaborar o plano de mobilidade e acessibilidade para áreas com adensamento populacional.	IV, V	1
	Definir a poligonal de entorno ao Centro Histórico.	IV	5
Monitoramento	Planejar a ocupação de espaços propostos para a expansão urbana.	V, VI	1
	Controlar e fiscalizar as atividades industriais.	V, VI	1
	Efetuar monitoramento constante da qualidade das águas das lagoas e córregos, utilizadas tanto pelos banhistas como pelos pescadores.	I, II, III, IV, V, VI	1, 2, 3
	Acompanhar a qualidade dos recursos hídricos utilizando-os como bioindicadores de qualidade ambiental.	I, II, III, IV, V, VI	1, 2, 3, 7
	Controle e tratamento de resíduos e efluentes orgânicos, domésticos e agrícolas.	I, II, III, IV, V, VI	1
	Controlar e fiscalizar as atividades agrícolas e pecuárias.	I, II, III, VI	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2010.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho a paisagem foi vista como um território definido por características naturais e intervenções antrópicas, onde o ser humano habita e se relaciona com o meio ambiente, e que, além de valores naturais e ecológicos, tem significados sociais, culturais e econômicos, e também pode ser vista sob os seus aspectos estéticos e simbólicos.

A paisagem de Laguna é a expressão de como, historicamente, a sociedade local apropriou-se da natureza para produzir uma cultura material e imaterial com íntima relação com as lagoas e com o mar, ora colocada em risco e que precisa ser considerada na elaboração de diretrizes de política urbana para o município de Laguna, de modo que possa ser preservada.

Através da análise da paisagem de Laguna buscou-se responder a demandas específicas para este espaço referentes à prática da gestão patrimonial e ambiental, que se tornaram evidentes durante o desenvolvimento do trabalho. Estas demandas foram sintetizadas em protegidas e não protegidas por lei.

O ambiente natural destacou-se pela diversidade e fragilidade dos ecossistemas, pelo crescimento do uso e ocupação de forma desordenada, muitas vezes comprometendo as áreas de preservação permanentes, pelo aumento dos processos erosivos e pela contaminação das águas.

O ambiente construído destacou-se pela diversidade e pela peculiaridade encontrada em algumas comunidades, pela presença constante do patrimônio cultural material e imaterial, pelo uso inadequado do solo em áreas com recursos naturais e pela falta de gestão, referentes à expansão das áreas urbanas.

Estas demandas são expressas em conflitos identificados, como o bloqueio de acesso às praias e principalmente às lagoas, e com a ocupação de áreas de preservação permanente. O turismo de segunda residência, que muitas vezes, dado à forma acelerada como se dá o processo, conduz a uma incapacidade governamental de oferecimento de serviços básicos, como por exemplo, saneamento.

As áreas de preservação permanente localizadas às margens das lagoas e rios, tanto na área rural como nas partes urbanizadas, estão bastante descaracterizadas sofrendo interferência das ocupações urbanas e rurais. Atividades danosas à natureza e aos sítios arqueológicos

existentes, impulsionadas pela especulação imobiliária, reduzida fiscalização na exploração dos recursos ambientais e interesses particulares criaram um cenário complexo desfavorável aos esforços realizados por aqueles que desejam a preservação dos bens patrimoniais locais.

As atividades voltadas à pesca, pecuária e agricultura desenvolvidas nas áreas rurais são fundamentais para o desenvolvimento econômico do município, porém, ao implantá-las faz-se necessário considerar o uso sustentável dos recursos naturais, para diminuir a contaminação do solo e dos mananciais.

Em toda extensão territorial do município observou-se a presença de edificações construídas às margens das lagoas, ocupadas por famílias que vivem da pesca e em alguns pontos, principalmente em áreas urbanas, por famílias de baixa renda. Observou-se que a crescente procura por terras próximas às lagoas e ao mar, por parte dos empreendedores imobiliários, fez que muitas daquelas famílias vendessem suas propriedades e se deslocassem para outras áreas que não oferecem as mesmas condições sobrevivência, ligadas às atividades de pesca.

Em termos de legislação foi possível constatar que existem leis, decretos e recomendações nacionais e internacionais com objetivo de fiscalizar e proteger o patrimônio natural e cultural. O Brasil possui instrumentos capazes de proteger a paisagem em seus mais variados aspectos, porém, encontra dificuldades em alcançar efetividade nos resultados.

A ação dos organismos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural e natural não acontece de forma conjunta. As instituições envolvidas devem trabalhar de forma integrada e complementar, cada qual com suas atribuições, para que se obtenha um trabalho eficaz de preservação da paisagem.

Além das deficiências relacionadas à omissão do poder público verificou-se falta de conscientização da população a respeito da importância deste patrimônio. Para a preservação e gestão eficaz da paisagem é fundamental que a comunidade participe deste processo.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos desta pesquisa baseou-se nos procedimentos utilizados para a elaboração dos Catálogos de Paisagem da *Cataluña*, na Espanha. A escolha da metodologia é fundamentada no fato de que o debate sobre a categoria de paisagem

cultural na Europa vem originando modelos importantes como o deste caso, permitindo que a paisagem seja vista como uma porção territorial de atribuições legais semelhante às demais formas de divisão político-espacial. A metodologia é eficiente, pois através dela foi possível que a paisagem fosse incorporada como um objetivo a ser alcançado no planejamento urbano e para alcançar este objetivo da paisagem foi necessário que fossem definidas ações e estratégias para a organização, gestão e proteção das paisagens. A metodologia é eficaz também, pois estabelece diretrizes para todos os tipos de paisagens, não considerando apenas as melhores ou piores, mesmo que não se trate de paisagem protegidas.

Em Laguna, através de uma análise geral da paisagem natural e cultural do município, adotando-se diferentes escalas temporais e espaciais, foi possível expor os reflexos da presença humana na paisagem, desde os povos sambaquianos até os tempos atuais, resultando na identificação das unidades paisagem, sempre se destacando algum elemento geográfico, tais como: lagoas, canais, rios, mar ou traçado viário significativo para o território.

A opção por unidades de paisagem relativamente grandes em extensão territorial justificou-se pela extensão dos elementos geográficos presentes no território

A marcante presença da água, expressa em um complexo lagunar que envolve planícies sedimentares costeiras, lagoas, canais e mar, faz da pesca a principal atividade econômica, fazendo com que esta atividade se desenvolva em todas as unidades de paisagem. As atividades agrícolas desenvolvidas em áreas alagadas foram identificadas nas Unidades I, II, III e VI.

Todas as Unidades apresentam algum tipo de ocupação urbana, sejam pequenos núcleos ou aglomerados, como é o caso das Unidades IV e V. Possuem também áreas edificadas em locais inadequados, tais como: encostas, banhados e nas bordas das lagoas, apresentando áreas degradadas necessitando de recuperação.

O inventário realizado para identificar os valores de paisagem destacou que em todas as Unidades existem valores naturais, históricos, religiosos, produtivos, sociais, simbólicos e estéticos. As Unidades I – Região da Ilha, II – Região do Ribeirão e IV – Centro Histórico apresentaram maior concentração de valores, concluindo-se que são

áreas mais bem preservadas, menos atingidas por atividades degradantes.

Na Cataluña, a metodologia estabeleceu que fossem previstos mecanismos de consulta pública e social para todas as fases de elaboração dos catálogos. As consultas para esta pesquisa foram realizadas nas reuniões do Conselho Gestor do Plano Diretor Participativo Municipal, composto por representantes de todas as localidades classificadas em unidades de paisagem. Porém, não foi possível aplicar esta ferramenta em todas as etapas, ora por indisponibilidade dos membros do conselho, ora por restrição de tempo estabelecida nas próprias reuniões. A etapa que contou com intensa participação popular foi a de avaliação da paisagem quando foram definidos os valores de paisagem naturais, históricos, religiosos, produtivos, sociais, simbólicos e estéticos.

Na Unidade de Paisagem I – Região da Ilha de Laguna observou-se duas situações distintas: uma é formada pela população que mora no local, normalmente vivem de atividades vinculadas à pesca e em sua maioria localizada próxima das lagoas. A segunda situação são famílias que ocupam a região para fins de turismo, lazer e descanso, geralmente se concentram nas praias. É circundada por lagoas, rios e pelo mar, além das dunas, vegetação litorânea de pequeno porte e uma seqüência de morros que separam as lagoas do mar.

Nesta unidade foram identificadas grande concentração de paisagens reconhecidas de interesse cultural, como a maior concentração de sítios arqueológicos do município, e de interesse natural, como por exemplo, dunas, costões, lagoas e vegetação litorânea. Observou-se também a presença de valores de paisagem, tais como: sarilhos, faróis, ranchos de pesca entre outros. Essa diversidade cultural e natural é o que caracteriza a beleza da área, e o que indica a necessidade de cuidados especiais em sua ocupação.

Observou-se que o zoneamento do plano diretor, elaborado em 1979, definiu estas áreas como residenciais, desconsiderando as áreas de preservação permanente definidas pela legislação federal através do Código Florestal Brasileiro. A intensificação da fiscalização, principalmente por parte da comunidade local através do Ministério Público Federal, amenizou a ocupação de áreas protegidas, como por exemplo, a implantação de novos loteamentos.

Porém, faz-se necessário intensificar a fiscalização e implantar o plano de gestão para a paisagem, pois, ainda observa-se a expansão das áreas de veraneio em direção das lagoas e o crescimento urbano que deve acelerar com a implantação e pavimentação da rodovia SC100 (estrada Inter-praias), fatores que tendem a aumentar os problemas com a especulação imobiliária. A consequência desse processo pode gerar grande impacto ambiental e a transferência das famílias nativas para áreas distantes das lagoas, principal fonte de renda, além de transformar esta área tão peculiar em grandes balneários.

Na Unidade de Paisagem II – Região do Ribeirão conclui-se que todas as comunidades se localizam nas encostas da cadeia de morros e montanhas, possuem contato com lagoas ou rios, e apresenta topografia acidentada. Possui problemas relativos aos condicionantes naturais e à legislação de proteção ambiental, principalmente quanto à ocupação de áreas de preservação permanente. Esta unidade é caracterizada por atividades rurais, que em sua maioria acontecem nas áreas alagadas próximas às lagoas.

Não foram identificadas paisagens reconhecidas de interesse cultural, porém foram mapeadas paisagens reconhecidas de interesse natural, como por exemplo, mangue, lagoas, rios, vegetação de áreas alagadas. É constante a presença de valores de paisagem, principalmente históricos, tais como: sarilhos, engenhos e alambiques. Isso ocorre por se tratar de uma área com muitas pessoas que ainda vivem da agricultura familiar, utilizando técnicas tradicionais para o processamento dos produtos plantados.

Por se tratar de área rural, observou-se a ausência do poder público, principalmente, no que se refere à infraestrutura e fiscalização. Por isso, cada vez mais se intensifica o processo de ocupação de locais impróprios para novas construções e as atividades rurais avançam para as áreas de mangues e lagoas.

Para garantir melhor qualidade de vida para as pessoas e para paisagem, é fundamental o estabelecimento de diretrizes para o uso e ocupação do solo, caso contrário, desaparecerão os valores naturais e culturais identificados nesta unidade. Vale destacar que as características ambientais não são apenas riscos à ocupação, constituindo belos atrativos naturais que podem inclusive fomentar atividades voltadas ao turismo rural.

Na Unidade de Paisagem III – Região da Pescaria Brava observou-se que a combinação do crescimento urbano desordenado, topografia acidentada, abertura de jazidas para remoção de solo, remoção da mata e vegetação nativa, atividades rurais desenvolvidas em áreas de preservação permanente, fazem desta área foco necessário para intervenção ambiental e de infraestrutura, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas. Os problemas ligados à ocupação em locais inadequados como: lagoa, córregos, nascentes, locais com riscos de desabamento de solo, fazem com que esta unidade apresente risco ambiental.

Nesta unidade foram identificadas paisagens reconhecidas de interesse cultural, como por exemplo, a igreja do Bom Jesus do Socorro da Pescaria Brava, e de interesse natural em maior quantidade, tais como, vegetação encontradas em topos de morros, áreas alagadas nas margens da lagoa e as próprias lagoas. Observou-se a presença de valores de paisagem em menor quantidade, os valores mapeados estão sempre vinculados à pesca ou a atividades desenvolvidas nas lagoas, destacando os produtivos e sociais.

A falta de atuação do poder público, no que se refere à infraestrutura e fiscalização tende a intensificar os problemas observados, uma vez que, o plano diretor municipal em vigor define esta área como zona rural. Observou-se que esta característica mudou nos últimos anos, transformando núcleos rurais em pequenos núcleos urbanos sem nenhuma infraestrutura. Se este quadro se intensificar, os morros e encostas estarão ameaçados pela ocupação extensiva na meia encosta. A poluição das águas pode diminuir ou fazer que desapareçam os valores de paisagem mapeados que são vinculados ao uso das lagoas. Para mudar este cenário é importante implantar um plano de gestão para o local, visando diminuir a densidade de ocupação, espaçando as edificações nas encostas que se revestem de significado ecológico pela conectividade entre os sistemas biológicos e hidrológicos. Esteticamente, o espaçamento é necessário pela percepção de degradação e substituição da cobertura vegetal, por edificações e plantios, sendo importante a recomposição da vegetação destas encostas.

A Unidade de Paisagem IV – Centro Histórico de Laguna foi destacada pela notabilidade do acervo arquitetônico-urbanístico-paisagístico, pela diversidade e originalidade do seu patrimônio arquitetônico, pela qualidade de conjunto que constitui esse patrimônio

cultural, bem como pela beleza e harmonia da paisagem na qual ele se insere, além do significado histórico para a nação.

Esta unidade foi definida por ser considerada uma área especial do território de Laguna, trata-se de uma paisagem reconhecida de interesse cultural e natural. Os olhares atentos do poder público e da sociedade em geral, fez com que se mantivessem uma quantidade significativa de valores de paisagem, tais como, históricos, ecológicos, sociais, produtivos, identitários e simbólicos. O Centro Histórico de Laguna é o único espaço urbano do município onde ainda existe uma relação direta dos espaços públicos com a lagoa, ou seja, não se rompeu o acesso público para a orla e a lagoa.

A Unidade de Paisagem VI é gerida pela poder público municipal em parceria com o poder público federal através do IPHAN. A fiscalização mais intensa no que se refere ao uso e ocupação do solo, assim como a maior aplicação de recursos para manutenção desta paisagem, fez com que os problemas identificados nas outras unidades fossem amenizados neste local.

Os maiores problemas identificados foram o aumento do fluxo de veículos, principalmente, de cargas pesadas na área protegida. A falta de atividades que dinamizem o Centro Histórico nos finais de semana e no período noturno. Poluição das águas por falta de tratamento dos resíduos sólidos e líquidos. Além, da falta de apropriação do patrimônio pela população local.

Estes problemas podem ser resolvidos com a elaboração de um plano de mobilidade e acessibilidade para área protegida. A manutenção do uso residencial e a implantação de atividades, tais como: restaurantes, hotéis, pousadas, bares, entre outros, que dinamizem a área poderão ser valorizadas através de mecanismos de isenção tributária e com a criação de tabelas diferenciadas de descontos de impostos. Para resolver o problema referente a poluição das águas é necessário implantar um sistema para tratamento dos resíduos. Para aprimorar o processo de capacitação e sensibilização da população como instrumento de preservação do patrimônio cultural de Laguna, poderá ser desenvolvido um plano de educação patrimonial junto às escolas e aos moradores.

Na Unidade de Paisagem V – Região Adensamento Urbano, observou-se que é composta por diversas áreas com características diferenciadas em função de questões sociais, ambientais, disponibilidade de serviços urbanos, infraestrutura e uso do solo. Do ponto de vista dos

riscos ambientais, excetuando casos pontuais, a diversidade territorial dessa região não apresenta riscos à ocupação, apenas constitui limitantes ao crescimento e impõe a construção de infraestrutura adequada. Grande parte dos problemas existentes é resultado dos processos de ocupação inadequada, sem respeitar os limites impostos pela natureza, como por exemplo, as ocupações existentes nas bordas das lagoas.

Apesar da Unidade V apresentar um adensamento urbano alto, ainda foram identificados muitos valores de paisagem, tais como, sarilhos, estaleiros, faróis e, principalmente, de valor produtivo e social devido a presença das lagoas, praia e mar. Não foram identificadas paisagens reconhecidas de interesse cultural, porém, registrou-se muitas paisagens de interesse natural, como por exemplo, vegetação litorânea. Por isso uma das ações prioritárias para esta unidade é realizar uma catalogação aprofundada dos valores de paisagem mapeados, pois são responsáveis por agregar valor cultural e natural, impulsionando o turismo.

Por se tratar de uma área central do município percebeu-se a presença mais efetiva do poder público, referente à fiscalização e infraestrutura. Porém é incompleta, pois não há existência de serviços básicos para melhorar a qualidade da paisagem, tais como: tratamento de resíduos, coleta seletiva de lixo. Assim como não se percebeu um controle na ocupação das margens da lagoa, tanto para construções de baixa renda como para edificações de maior poder aquisitivo. Mesmo que a legislação federal e o zoneamento municipal tenham definidos estas áreas como não edificáveis.

Esta carência foi observada em todas as unidades, mas neste caso se agrava por se tratar da área com maior adensamento urbano da cidade. Se este cenário continuar poderão se agravar problemas como a poluição das águas, o que interfere diretamente em nas principais fontes de renda do município, a pesca e o turismo.

Um cenário desejado para esta unidade será alcançado se a expansão dos núcleos populacionais for organizada, se for implantando o sistema de tratamento de resíduos, juntamente com o plano de gestão para a paisagem que vise sua recuperação, proporcionando a integração das atividades urbanas com a extração de recursos naturais e uso turístico e de lazer.

A Unidade de Paisagem VI – Região Norte é formada por várias comunidades, a maioria interligadas pela BR- 101 e localizadas entre a

rodovia e a lagoa de Imaruí. Nas áreas próximas ao mar percebeu-se que a maioria das habitações são usadas como segunda residência e que são locais ambientalmente sensíveis, pouco ocupados, com presença de vegetação litorânea, pequenas lagoas e dunas. Porém, é um local suscetível a novas ocupações devido à facilidade de acesso e por se tratar de terrenos completamente planos.

As paisagens culturais reconhecidas foram os sítios arqueológicos e as naturais foram dunas, costões, parques municipais, ilhas e vegetação litorânea. Os valores de paisagem mapeados estão relacionados ao uso e apropriação das lagoas e praias.

No geral esta unidade não apresentou muitos problemas, com exceção das ocupações em áreas de preservação permanente nas margens da lagoa e ao longo da rodovia BR-101, que poderão se agravar com a duplicação das pistas, caso não haja um planejamento para ocupação da faixa lindeira.

Como se trata de uma área de baixa ocupação, tanto relacionadas às atividades rurais quanto aos serviços urbanos, é fundamental que seja implantado um plano de gestão para esta unidade visando, entre outras ações: organizar os núcleos populacionais de forma que crescimento urbanístico seja orientado, proteger e recuperar as paisagens naturais, proporcionando a integração entre a atividade agropecuária, a extração de recursos naturais e o uso turístico e de lazer.

Este trabalho buscou valorizar e fomentar ações que integrem a sociedade civil e os governos municipal, estadual e federal, na implementação de diretrizes gerais de valorização e proteção da paisagem natural e cultural de Laguna. Observou-se que o elemento norteador da paisagem nos âmbitos cultural e natural é o complexo Lagunar. Em todas as unidades necessita-se que sejam desenvolvidas ações preventivas que orientem a ocupação futura no sentido de não destruir os ativos ambientais e culturais, além de ações corretivas onde a prática do planejamento é urgente, para agregar um mínimo de qualidade a ambientes já deteriorados ou diminuir os processos de degradação.

Para a continuidade deste trabalho recomenda-se que a pesquisa se apóie não somente em análises da legislação e do zoneamento, objetos desta pesquisa, mas no aprofundamento do estudo de bacias visuais e mirantes, visando destacar os percursos e cenários resultantes. Uma vez garantidas as formas de proteção e tipos de usos incidentes na

paisagem, estudados nesta pesquisa, dever-se-ia aprofundar as formas de percepção da paisagem em seus aspectos tridimensionais e quadridimensionais, ou seja, acrescentando-se as variáveis, profundidade e movimento.

7.1. SUGESTÕES PARA NOVOS TRABALHOS

Durante o desenvolvimento deste trabalho, surgiram algumas lacunas que deveriam ser abordadas com maior intensidade para ampliar e complementar o conhecimento referente aos assuntos investigados. Assim, sugere-se para novos trabalhos:

a) Elaborar materiais cartográficos e cadastrais em escalas compatíveis, permitindo uma análise mais detalhada da paisagem;

b) Aprofundar o inventário referente aos valores de paisagem com fichas e tabelas que possam ser aplicadas para o reconhecimento dos valores;

d) Ampliar os objetivos de qualidade paisagística e valores de paisagem a partir de novas consultas públicas;

e) Detalhar as unidades de paisagem destacando os elementos específicos de cada uma delas formando subunidades;

f) Transformar as propostas de atuação em normas técnicas que dêem suporte ao planejamento urbano do município;

g) Desenvolver estudos comparativos da paisagem utilizando outras metodologias, tais como: SNUC, Reserva da Biosfera, Projeto Orla.

h) Aprofundar o estudo de bacias visuais e mirantes, visando ampliar o estudo de percepção da paisagem, destacando os percursos e cenários resultantes.

i) Desenvolver o estudo referente à volumetria resultante do zoneamento que está sendo proposto no plano diretor municipal que está sendo elaborado.

8 REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-grossense: patrimônios básicos.** 2 ed. Cotia, Ateliê Editorial, 2007. 105p.

AFONSO, Sônia. **Urbanização de Encostas: Crises e Possibilidades. O Morro da Cruz como um Referencial de Projeto de Arquitetura da Paisagem.** Tese de Doutorado – FAUUSP. 1999.

AGUIAR, José. **Patrimônio paisagístico: os caminhos da transversalidade.** Portugal, 2007. Disponível em <<http://icomos.fautl.pt/index.html>> Acesso em 09/ mar/2008.

ALVES, Tereza. **Paisagem em busca do lugar perdido.** Finnesterra, XXXVI, 72, 2001, p. 67-74.

AMUREL. Associação de Municípios da Região de Laguna. Disponível em: <<http://www.amurel.org.br/conteudo/?item=1720&fa=431>>. Acesso em 05/out/2010.

BARTALINI, Vladimir. Arte e paisagem: uma união instável e sempre renovada. **Arquitextos**, São Paulo, v. 02, n. 097, p.1-1, jun. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq097/arq097_02.asp>. Acesso em: 15 out. 2008.

BECK, Anamaria. Os sambaquis da região do litoral de Laguna – SC, p.69-76. In: DUARTE, Paulo. (ed.) **O Homem Antigo na América**, São Paulo: Instituto de Pré-História, USP, 1971.144 p.

BELTRAME, Elpídio. **Seleção de sítios e planejamento da atividade de cultivo de camarões marinho com base em geotecnologias.** Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Probemática para uma Geografia Cultural.** In: CORREA,

Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 80 p.

_____. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/conama/>>. Acesso em: 25 out. 2008.

_____. **Lei nº 10.257/2001**, de 10 de julho de 2001. Institui O Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

_____. **Lei nº 9605/1998**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de atividades lesivas ao meio ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998.

_____. **Lei nº 9433/1997**, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1997.

_____. **Lei nº 7803/1989**, de 18 de julho de 1989. Código Florestal. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1989.

_____. **Lei nº 7661/1988**, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988.

_____. **Lei nº 6938/1981**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1981.

_____. **Lei nº 6766/1979**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1979.

_____. **Lei nº 4771/1965**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1965.

_____. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela de paisagem cultural brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Homepage Institucional do IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 30 out. 2008.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Homepage Institucional do IBAMA**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2008.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Homepage do IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2008b.

BUENO, Ayrton Portilho. **Patrimônio Paisagístico e turismo na Ilha de Santa Catarina: a permanência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística**. 2006. 374 f. Tese (Doutorado) Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

_____. **Laguna e Outros Ensaios**. IHG, Florianópolis, 1939.

CASTELLO, Lineu. **A percepção do lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo**. Porto Alegre. PROPAR-UFRGS, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006. 288 p.

CITTADIN, Ana Paula; LANDOVSKY, Geraldo Santos; AFONSO, Sonia; RAMPAPZZO, Sonia. **Paisagem e Patrimônio Natural: uma abordagem a partir da legislação**. In: Anais do 4 Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável. Faro, Portugal, 2010.

CORREA, A.A; GROCK, Karina R. **Ocorrência de grupos de baleias francas austrais na APA da baleia franca - SC, nas temporadas reprodutivas de 2003 e 2004**. In. Congresso Brasileiro de Oceanografia – CBO III, 2008, Fortaleza. Anais Fortaleza: AOCEANO, 2008. p.54-60.

Convenção Européia da Paisagem. Florença, 2000. **Diário da Republica nº 31 – 14 de fevereiro de 2005, pág. 1017 – 1028**. Disponível em <http://www.apap.pt/.%5CAnexos%5Cpaisagem1.pdf>. Acesso em 15 fev. 2007.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.100.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed. rev. aum. Rio de Janeiro, IPHAN, 2004. 408p.

CRESPO-TORAL, Hernán; CASARES, Román F.b.. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://200.130.9.7/alcue/patrimonio.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2007.

DALL'ALBA, João L. (org). **Laguna antes de 1880: documentário**. Florianópolis, Lunardelli/UDESC, 1979.

DEBLASIS, Paulo A.; AFONSO, Marisa Coutinho.; FIGUTI, Levy.; FISH, Paul.; FISH Suzanne; GASPAR, Maria Dulce; EGGERS, Sabine;

LAHR, Marta. M., Padrões de Assentamento e formação de sambaquis em Santa Catarina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 8:319-321. 1998.

DEBLASIS, Paulo A.; FISH Suzanne; GASPAR, Maria Dulce; FISH, Paul. Some references for the discussion of complexity among the sambaqui moundbuilders from the southern shores of Brazil. **Revista de Arqueologia Americana**, Rio de Janeiro, 2007.

DE CAMPOS, Gizely Cesconetto. **Patrimônio edificado de Laguna: conhecer, interpretar e preservar** – Dissertação do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2007.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O Patrimônio Natural do Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. 20p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>. Acesso em: 30 fev. 2008.

DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral.. **Geologia do Brasil**: Textos Explicativos do Mapa Geológico do Brasil e da Área Oceânica Adjacente Incluindo Depósitos Minerais. Brasília: DNPM, 1984.

DALOTTO, Roque Alberto Sánchez. **Estruturação de dados como suporte à gestão de manguezais utilizando técnicas de geoprocessamento**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

DORNELES, S. S.; MOREIRA, G. M.; FREITAS, L. M. 2006. **Caracterização da estrutura vegetal dos manguezais do Canal do Linguado, Baía da Babitonga**. In: CREMER, M. J.;

EKAU, W. & KNOPPERS, B. 1999. An introduction to the pelagic system of the North-East and East Brazilian shelf. **Archive of Fishery and Marine Research** 47(2/3): 113-132.

EMBRAPA. **SPOT – Système Pour l’Observation de La Terre**. Texto em formato digital. Disponível em <www.sat.cnpm.embrapa.br/conteudo/spot.htm>. Acesso em 08 de março de 2010.

_____. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 1998. Boletim de Pesquisa n.6.

ESCADA, M. I. S.; ALVES, D. S. **Indicadores para a Compartimentação da Paisagem em Unidades de Ocupação em uma Região de Fronteira Agrícola em Rondônia**. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 11., 2003, Belo Horizonte. Anais... São José dos campos: INPE, 2001. p. 1099-1106. Disponível na biblioteca digital URLib:iris.sid.inpe.br:1908/col/dpi.inpe.br/lise/2001/09.19.09.06/doc/0585.587.194.pdf >. Acesso em: 22 oct. 2004

ELIAS, Isis Baldini. **Conservação e restauro de obras de arte em suporte de papel**. 2002. 143 f. Dissertação(Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FORMAN, R.T.T., GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: John Wiley & Sons, 1986.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Distribuição e padrão de assentamento**: propostas para os sítios da Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

_____. Deisi Scunderlick Eloy de. **Dossiê de Preservação para o Parque Arqueológico do Sul**. Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 2009.

FOWLER, Peter J. **World Heritage Cultural Landscapes: 1992 - 2002**. World Heritage Papers 6, UNESCO World Heritage Centre, 2003. 141 pag. Disponível em http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_06_en.pdf. Acesso em 25 set. 2007.

FRANCO, Luiz Fernando P. N. Centro histórico de Laguna. In: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Cadernos de Documentos , 2. **Estudos de Tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

GALVÃO, Manoel N. Fonseca. **Notas Geográficas e Históricas sobre Laguna**. Desterro: Desterro, 1884.

GASPAR, Maria Dulce. Considerations of the sambaquis of the Brazilian coast. **Antiquity**, Separata, **72(277)**: 592-615. 1998.

_____. AFONSO, Marisa Coutinho; DE-BLISIS, Paulo A.; EGGERS, Sabine; FIGUTI, Levy; FISH, Paul; FISH Suzanne; KLOKLER, Daniela M.; LAHR, Marta M.; MORLEY, Edna. Uma breve História do Projeto de Pesquisa “Padrão de assentamento e formação de sambaquis: arqueologia e preservação em Santa Catarina”. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, **23(29)**:103-153. 1999.

_____. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GEOAMBIENTE. **Mapeamento Temático Geral do Estado de Santa Catarina**. Relatório Técnico. Ago. 2008.

GIANNINI P. C. F. **Sistemas deposicionais no quartenário costeiro entre Jaguaruna e Imbituba – SC**. Tese (Doutorado em Geologia Sedimentar). Programa de Pós Graduação em Geologia sedimentar, Universidade de São Paulo, Instituto de Geociências, V.1. São Paulo, 1993.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. P. 21-29. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. 320 p.

GUIMARÃES, Nathália A.. **A proteção do patrimônio cultural: uma obrigação de todos**. Elaborado em 2004. Disponível em:

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5372>>. Acesso em: 30 jul. 2007.

HARDT-ENGEMIN. **Plano Diretor Municipal Levantamentos**: fase 01; Lote 02 – Núcleo 04 – Município: Laguna. 2009. Documento obtido em meio digital. Endereço eletrônico:[http://www.laguna.sc.gov.br/paginas.php?pag=plano diretor](http://www.laguna.sc.gov.br/paginas.php?pag=plano%20diretor)>. Acesso em 10 de junho de 2010.

HUK, Soeli Regina. Laguna: **Patrimônio Histórico e Turismo Cultural**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do vale do Itajaí, Balneário Camboriú: UNIVALI, 2004.

IGNÁCIO et al (1984) apud PIRES, Paulo dos Santos. **Paisagem litorânea em Santa Catarina como recurso turístico**. IN: YÁZIG, Edyuardo; CARLOS, Ana Fani Alessandra; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 161-177.

INPE. **Conceitos cartográficos**. Texto em formato digital. Disponível em <www.dpi.inpe.br/terraview>. Acesso em 05 de abril de 2010.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Org.). **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p.

KLEIN, R. M. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: SUDESUL; FATMA; HBR, 1978.

_____. R. M. 1984. **Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil**. “Selowia” – Anais Botânicos do “Herbário Barbosa Rodrigues” ano 36 - n. 36. julho de 1984. Itajaí. p. 5-54.

KOERNER, H. **International Móbile CCIT of the work**. Los Angeles: Scientific Books, 1990.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre. Posenato Arte e Cultura, 1989.

LAURIE, Michael. **An Introduction to Landscape Architecture**. 2. ed. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1986. 248 p.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. Buenos Aires, Infinito1970.

LUCENA, Liliane M. F. **Laguna**: de ontem a hoje – espaços públicos e vida urbana. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1998.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem, Urbanização e Litoral, do Éden à Cidade**. São Paulo, 1993. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1993.

MACEDO, Silvio Soares. PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Do Éden à cidade – Transformação da Paisagem Litorânea Brasileira. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandrini; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (orgs.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999. pág. 156 – 160. 239 p.

MACHADO, Mari Ângela. AYLA Lucia. **Mapa Geomorfológico Preliminar do Complexo Lagunar Sul Catarinense e Análise Paleoambiental da Lagoa do Imaruí apoiada em Furos de Sondagem**. In: Anais do 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo, Uruguay, 2010. Disponível: http://egal2009.easyplanners.info/area07/7244_Machado_Mari_Angela.pdf em 10/Nov/2010.

MARTINS, Celso. **Farol de Santa Marta: A Esquina do Atlântico**. Florianópolis: Ed.Garapuvu, 1997. 160 p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O Patrimônio cultural entre o público e o privado**. In: São Paulo (cidade), Secretaria Municipidade Cultura, CDHP. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p.104

_____. **A Paisagem como fato cultural.** p. 29-64. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. 226 p.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2002. Resolução **CONAMA** nº 312. de 10 de outubro de 2002 – publicada no D.O.U. DE18/10/02. Disponível:
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res31202.html>> em 20/Março/2010.

MORALES P. R. D.; DE OLIVIERA, T. M.N. (Org.). 2006. **Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga.** Univille, Joinville, 256p.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere. **Prototipo de Catálogo de Paisaje.** Bases conceptuales, metodológicas y procedimentales para la elaboración de los Catálogos de Paisaje de Cataluña. Olot y Barcelona: Observatorio del Paisaje de Cataluña, 2006.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000. In: Revista USP. São Paulo.(44):218-269. dez/fev 1999-2000. Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira II.

PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina.** Florianópolis: BRDE, 1982.

_____. **Santa Catarina: sua História.** Florianópolis: Lunardelli, 1983

PIPPI, Luis Guilherme Aita. **Considerações Ambientais Paisagísticas para o Planejamento Urbano do Campeche – Florianópolis, SC.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina. PósArq Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, SC, 2004.

PIRES, P. S. **Avaliação da qualidade visual da paisagem na região carbonífera de Criciúma-SC.** Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado

em Ciência do Solo) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

PIVELLO, Vânia Regina; METZGER, Jean Paul. Diagnóstico da pesquisa em Ecologia de Paisagens no Brasil (2001-2005). **Biota Neotropica**, Campinas, v. 3, n. 7, p.21-29, 01 set. 2007. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v7n3/pt/fullpaper?bn00107032007+pt>>. Acesso em: 28 set. 2008.

Plano Municipal de Habitação e Interesse Social. Disponível em: <<http://www.laguna.sc.gov.br>. Acesso em: 28 agosto 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei nº 54/2000**, de 23 de agosto de 2000. Institui o Primeiro Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano do Loteamento Laguna Internacional. Diário Oficial Municipal, Laguna, SC, 2000.

PROJETO ORLA: **Fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Editora UNB. Distrito Federal, 1992

PROVIDA, SC. Complexo Lagunar Sul Catarinense- Relatório final. Vol. I .SC, 1994.

OLIVEIRA, Laércio Vitorino de Jesus. Memória: um patrimônio irrenunciável: “comunidades do distrito de Ribeirão Pequeno da Laguna”. Palhoça: Unisul, 2010.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. 152p.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 01-138.

SAINT'HILAIRE, A. **Viagem de Curitiba e Província de Santa Catarina**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1978.

SANCHES, Deize Sbaral. **Avaliação da Qualidade Ambiental no Projeto Urbano: Complexo Riviera de São Lourenço**. Dissertação do PósArq Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização**. p.46-55 In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Lei Estadual de Tombamento**. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/al/index.php>>. Acesso em: 30 out. 2008.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias hidrográficas do estado de Santa Catarina: diagnóstico geral**, Florianópolis, 1997.

_____. **Constituição do Estado de Santa Catarina**, 05 de outubro de 1989. Institui a Constituição do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1989. 330 p.

_____. Secretarias de Desenvolvimento Econômico Sustentável & Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Mapas das Unidades Geomorfológicas de Santa Catarina**. Acessado em: 01 out. 2008.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A questão do Paleoíndio. In: TENÓRIO, Maria Cristina.

Pré-História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 1999. p. 55-59.

_____. Continuidade e mudança no litoral de Santa Catarina. Revista do Museu de Arqueologia e Etnografia n8. MAE, São Paulo, 1998. p. 25-31.

SCIENTIA AMBIENTAL LTDA. **Parecer Técnico:** acerca da importância do patrimônio cultural e natural da região situada entre a Barra de Laguna (município de Laguna) e a Barra do Rio Araranguá (município de Araranguá) para fins de tombamento e criação de uma unidade de conservação. Florianópolis, 2003.

SCOFANO, Butter Guilherme. **Projeção UTM, Datum Horizontal SIRGAS 2000. Imagem de Satélite Spot 2007.** GeoLab UDESC, 2010.

SDM/CLIMERH/EPAGRI 2001. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina. **Dados climatológicos das estações meteorológicas de Laguna e Orleans.**

SILVA, José Afonso. **Aspectos Jurídicos do Patrimônio Ambiental.** São Paulo, FAUUSP, 1981. 40p.

SIMON, Lilian. **Documentação e monitoramento de sítios urbanos históricos com apoio do cadastro técnico multifinalitário e da fotogrametria - Estudo de caso Laguna -** Dissertação do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SOARES, José Carlos de Macedo. **Fronteira do Brasil no Regime Colonial.** Rio de Janeiro, 1939. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/gruporetis/module/xcgal/thumbnails.php?album=1>> Acesso em: 10 out. 2009.

SORIANO-SIERRA. E. 1991. **O Complexo Lagunar Sul-Catarinense. Comunidades vegetais e animais mais conspícuos.** Cap. 4. In.: Relatório Final PROVIDA. Vol. 3. 1991. Florianópolis. p. 17 a 37

SVEDIN, U. **The Challenge of sustainability.** The search for a dynamic relationship between ecosystemic, social and economic factors. Trabalho apresentado no Workshop Internacional sobre sustentabilidade Ecológica do Desenvolvimento Regional. Vilnius (URSS), 1987.

TURNES, V.A. Reflexões sobre o fluxo migratório internos e populações do estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v.4, n.1, p.155-194, jan-abr/2008.

TRINDADE, Larissa Carvalho. **Os manguezais da Ilha de Santa Catarina frente à antropização da paisagem.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina. PósArq Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, SC, 2004.

ULYSSEA, Saul. **A Laguna de 1980.** Florianópolis: IOFSC (Imprensa Oficial de Santa Catarina), 1943.

_____. **Coisas Velhas.** Florianópolis: IOFSC, 1946

_____. **A Organização da Justiça e do Império e a História da Comarca de Laguna.** Estab. Gráfico Santa Terezinha, LTDA. Porto Alegre, 1955.

UNESCO. World Heritage Conventions. **World Heritage List.** Disponível em whc.unesco.org. Acesso em 30 mar. 2009.

_____. World Heritage Conventions. Disponível em unesdoc.unesco.org/images/011/001140/114044s.p.pdf. Acesso em 10 fev. 2010a.

_____. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial.** Lisboa, 2010. Disponível em <www.whc.unesco.org/committee/>. Acesso em 02 de outubro de 2010b.

URÍA MENÉNDEZ. Actualidad Jurídica Uría Menéndez. Disponível em www.uria.com/esp/actualidad_juridica/n12/legis06.pdf. Acesso em 04 de outubro 2010.

VAZ, Nelson Popini. **Reorganização da área central de Florianópolis: o espaço público do ritual**. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.